

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	9
DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	10

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	18
Demonstração do Fluxo de Caixa	19

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	21
DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	22

Demonstração do Valor Adicionado	23
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	24
--------------------------	----

Notas Explicativas	33
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	113
---	-----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	116
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	118
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	119
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	120

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2017</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	720.210.378
Preferenciais	1.009.616.927
<b>Total</b>	<b>1.729.827.305</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Reunião do Conselho de Administração	09/08/2017	Dividendo	01/09/2017	Ordinária		0,05600
Reunião do Conselho de Administração	09/08/2017	Dividendo	01/09/2017	Preferencial		0,05600

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2017</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2016</b>
1	Ativo Total	5.910.485	5.772.385
1.01	Ativo Circulante	946.759	982.021
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	122.669	41.878
1.01.02	Aplicações Financeiras	677.129	797.525
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	677.129	797.525
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	677.129	797.525
1.01.03	Contas a Receber	27.326	5.989
1.01.03.01	Clientes	27.326	5.989
1.01.04	Estoques	63	59
1.01.06	Tributos a Recuperar	48.329	32.477
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	71.243	104.093
1.01.08.03	Outros	71.243	104.093
1.01.08.03.01	Dividendos a receber	2.225	32.293
1.01.08.03.03	Instrumentos financeiros derivativos	1.163	0
1.01.08.03.04	Outros créditos	67.855	71.800
1.02	Ativo Não Circulante	4.963.726	4.790.364
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	773.007	736.364
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	763.791	710.946
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	9.216	25.418
1.02.01.09.03	Creditos tributários	2.375	2.375
1.02.01.09.04	Depósitos e cauções vinculados	99	96
1.02.01.09.06	Impostos a recuperar	6.742	21.599
1.02.01.09.07	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	1.348
1.02.02	Investimentos	4.142.061	4.026.069
1.02.02.01	Participações Societárias	4.142.061	4.026.069
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	4.132.082	4.016.090
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	9.979	9.979
1.02.03	Imobilizado	38.862	18.332
1.02.04	Intangível	9.796	9.599
1.02.04.01	Intangíveis	9.796	9.599

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2017</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2016</b>
2	Passivo Total	5.910.485	5.772.385
2.01	Passivo Circulante	295.604	298.596
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.826	3.791
2.01.01.01	Obrigações Sociais	5.826	3.791
2.01.01.01.01	Tributos e Contrib.Sociais	5.826	3.791
2.01.02	Fornecedores	2.398	2.370
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.398	2.370
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	209.936	191.942
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	82.437	81.162
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	82.437	81.162
2.01.04.02	Debêntures	127.499	110.780
2.01.05	Outras Obrigações	77.444	100.493
2.01.05.02	Outros	77.444	100.493
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	2.971	14.533
2.01.05.02.05	Encargos de dívidas - moeda estrangeira	284	568
2.01.05.02.06	Benefícios a empregados - plano de pensão	597	597
2.01.05.02.07	Obrigações estimadas	5.301	2.338
2.01.05.02.09	Instrumentos financeiros derivativos	12.665	27.637
2.01.05.02.10	Outras contas a pagar	55.626	54.820
2.02	Passivo Não Circulante	1.843.933	1.791.922
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.448.610	1.503.850
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	81.163
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	81.163
2.02.01.02	Debêntures	1.448.610	1.422.687
2.02.02	Outras Obrigações	394.269	286.773
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	382.454	269.608
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	382.454	269.608
2.02.02.02	Outros	11.815	17.165
2.02.02.02.03	Benefícios a empregados - Plano Pensão	1.953	1.655
2.02.02.02.04	Provisão para riscos trabalhista, cíveis e fiscais	1.353	1.332
2.02.02.02.05	Instrumentos financeiros derivativos	4.907	10.624
2.02.02.02.07	Outras contas a pagar	3.602	3.554
2.02.03	Tributos Diferidos	1.054	1.299
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.054	1.299
2.03	Patrimônio Líquido	3.770.948	3.681.867
2.03.01	Capital Social Realizado	2.795.963	2.795.963
2.03.02	Reservas de Capital	-62.727	-59.602
2.03.02.07	Custo com emissão de ações	-65.723	-65.723
2.03.02.10	Outras Reservas	2.996	6.121
2.03.04	Reservas de Lucros	997.959	1.085.122
2.03.04.01	Reserva Legal	121.489	121.489
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	876.470	876.470
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	87.163
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	179.369	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-139.616	-139.616

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	32.954	47.044	17.612	33.121
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-16.440	-26.056	-7.261	-13.932
3.02.01	Pessoal e administradores	-13.377	-20.410	-5.156	-9.858
3.02.03	Material	-102	-170	-37	-80
3.02.04	Serviços Terceiros	-1.942	-3.271	-1.222	-2.186
3.02.05	Depreciação e Amortização	-742	-1.501	-626	-1.251
3.02.06	Outras despesas	-277	-704	-220	-557
3.03	Resultado Bruto	16.514	20.988	10.351	19.189
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	52.138	180.445	-11.733	123.503
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-9.905	-15.447	-5.074	-9.305
3.04.02.02	Pessoal e administradores	-4.147	-5.797	-1.263	-2.415
3.04.02.03	Entidade de Previdência Privada	-136	-239	-76	-148
3.04.02.04	Material	-230	-397	-95	-209
3.04.02.05	Serviços Terceiros	-4.920	-8.047	-3.333	-5.844
3.04.02.06	Depreciação e Amortização	-383	-735	-288	-577
3.04.02.08	Outras	-89	-232	-19	-112
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	2	13
3.04.04.02	Outros	0	0	2	13
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	-35	-35
3.04.05.02	Outras Despesas	0	0	-35	-35
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	62.043	195.892	-6.626	132.830
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	68.652	201.433	-1.382	142.692
3.06	Resultado Financeiro	-9.040	-22.064	-35.605	-68.481
3.06.01	Receitas Financeiras	49.364	105.826	35.183	71.268
3.06.01.01	Receita de aplicação financeira	18.306	44.851	6.503	14.770
3.06.01.02	Receita de atualização de mútuos	24.973	48.771	22.782	44.781
3.06.01.03	Receita de comissão de aval	8.533	16.700	6.146	12.789
3.06.01.04	Tributos sobre receitas financeiras	-2.510	-5.100	-1.873	-3.850

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016</b>
3.06.01.05	Outras receitas financeiras	62	604	1.625	2.778
3.06.02	Despesas Financeiras	-58.404	-127.890	-70.788	-139.749
3.06.02.01	Encargos e dívidas - juros	-34.226	-69.153	-68.584	-148.475
3.06.02.02	Marcação a mercado derivativos	4.007	10.676	26.066	43.038
3.06.02.03	Instrumentos financeiros derivativos	-68	-11.993	-42.390	-72.090
3.06.02.04	Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	-16.983	-31.400	27.264	64.363
3.06.02.05	Despesas Bancárias	-641	-2.481	-1.667	-3.109
3.06.02.06	IOF	-1.518	-2.763	-788	-1.071
3.06.02.07	Despesa de comissão de aval	-2.813	-5.625	-2.500	-5.000
3.06.02.08	Despesas de atualização de mútuos	-6.356	-14.873	-7.099	-14.541
3.06.02.10	Marcação a mercado da dívida	176	-362	-361	-813
3.06.02.11	Outras despesas financeiras	18	84	-729	-2.051
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	59.612	179.369	-36.987	74.211
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	0	5.883	5.883
3.08.02	Diferido	0	0	5.883	5.883
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	59.612	179.369	-31.104	80.094
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	59.612	179.369	-31.104	80.094
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,03446	0,10369	-0,02327	0,05992
3.99.01.02	PN	0,03446	0,10369	-0,02327	0,05992
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,03446	0,10369	-0,02327	0,05992
3.99.02.02	PN	0,03446	0,10369	-0,02327	0,05992

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	59.612	179.369	-31.104	80.094
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-236
4.02.01	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-236
4.03	Resultado Abrangente do Período	59.612	179.369	-31.104	79.858

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-3.244	-23.330
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	9.217	12.176
6.01.01.01	Lucro líquido do período	179.369	80.094
6.01.01.04	Despesas com juros, var.monet. e cambiais - líquidas	21.825	39.102
6.01.01.05	Resultado de equivalência patrimonial	-195.892	-132.830
6.01.01.06	Depreciação e amortização	2.236	1.828
6.01.01.08	Instrumentos financeiros derivativos	11.993	72.090
6.01.01.09	Marcação a mercado de derivativos	-10.676	-43.038
6.01.01.12	Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	-5.883
6.01.01.14	Marcação a mercado das dívidas	362	813
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-12.461	-35.506
6.01.02.01	Diminuição (Aumento) de clientes	-21.337	-2.644
6.01.02.02	(Aumento) de recursos vinculados	0	-18
6.01.02.04	(Aumento) de estoques	-4	0
6.01.02.05	(Aumento) de cauções e depósitos vinculados	-3	0
6.01.02.06	Diminuição (Aumento) de impostos a recuperar	-995	-38.938
6.01.02.09	Diminuição de outros créditos	3.945	6.576
6.01.02.10	Aumento(Diminuição) de fornecedores	28	19
6.01.02.11	Aumento de tributos e contribuições sociais	1.790	2.963
6.01.02.13	Aumento de obrigações estimadas	2.963	1.081
6.01.02.14	Aumento (Diminuição) de outras contas a pagar	1.152	-4.545
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	343.026	49.365
6.02.01	Aumento de capital e compra de ações de subsidiárias e outros investimentos	-311	-1.207
6.02.02	Aquisição de ativo imobilizado	-21.418	-4.437
6.02.03	Aplicações no intangível	-1.545	0
6.02.04	Recebimento de dividendos	107.154	96.627
6.02.05	Aplicações Financeiras	165.247	-68.542
6.02.07	Alienação de bens do imobilizado	0	36
6.02.09	Partes relacionadas	93.899	26.888
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-258.991	-24.057
6.03.01	Novos empréstimos e financiamentos obtidos	0	270.000
6.03.03	Pagamento de empréstimos , debentures - principal	-79.617	-250.274
6.03.04	Pagamento de empréstimos , debentures - juros	-58.828	-62.505
6.03.05	Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	-21.821	93.859
6.03.07	Pagamentos de dividendos	-98.725	-75.137
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	80.791	1.978
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	41.878	222.737
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	122.669	224.715

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	2.795.963	-59.602	1.085.122	0	-139.616	3.681.867
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.795.963	-59.602	1.085.122	0	-139.616	3.681.867
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-1.616	-87.163	0	0	-88.779
5.04.09	Dividendos adicionais propostos	0	0	-87.163	0	0	-87.163
5.04.13	Transações de capital - instrumento financeiro MTM - reflexo	0	-1.616	0	0	0	-1.616
5.05	Resultado Abrangente Total	0	-1.509	0	179.369	0	177.860
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	179.369	0	179.369
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	-1.509	0	0	0	-1.509
5.05.02.06	Ganho/Perda c/ Investimentos	0	-1.509	0	0	0	-1.509
5.07	Saldos Finais	2.795.963	-62.727	997.959	179.369	-139.616	3.770.948

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	1.260.000	-67.800	1.099.492	0	-80.039	2.211.653
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.260.000	-67.800	1.099.492	0	-80.039	2.211.653
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-20.951	-75.201	0	0	-96.152
5.04.10	Aquisição de participações	0	173	0	0	0	173
5.04.12	Distribuição Dividendos 2015	0	0	-75.201	0	0	-75.201
5.04.13	Transações de capital - instrumentos financeiros MTM - reflexo	0	-21.124	0	0	0	-21.124
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	80.094	-236	79.858
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	80.094	0	80.094
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-236	-236
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	-236	-236
5.07	Saldos Finais	1.260.000	-88.751	1.024.291	80.094	-80.275	2.195.359

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016</b>
7.01	Receitas	52.618	37.385
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	52.618	37.372
7.01.02	Outras Receitas	0	13
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-12.624	-8.949
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-11.884	-8.320
7.02.04	Outros	-740	-629
7.03	Valor Adicionado Bruto	39.994	28.436
7.04	Retenções	-2.236	-1.828
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.236	-1.828
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	37.758	26.608
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	306.818	207.948
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	195.892	132.830
7.06.02	Receitas Financeiras	110.926	75.118
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	344.576	234.556
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	344.576	234.556
7.08.01	Pessoal	22.553	10.563
7.08.01.01	Remuneração Direta	17.314	8.059
7.08.01.02	Benefícios	4.040	1.906
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.199	598
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	14.565	4.081
7.08.02.01	Federais	13.858	3.320
7.08.02.03	Municipais	707	761
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	128.089	139.818
7.08.03.01	Juros	127.890	139.749
7.08.03.02	Aluguéis	199	69
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	179.369	80.094
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	179.369	80.094

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2017</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2016</b>
1	Ativo Total	20.215.344	20.022.820
1.01	Ativo Circulante	6.219.243	6.347.068
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	726.504	797.200
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.643.682	1.765.232
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.633.540	1.755.584
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	1.633.540	1.755.584
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	10.142	9.648
1.01.03	Contas a Receber	2.065.168	1.990.788
1.01.03.01	Clientes	2.065.168	1.990.788
1.01.04	Estoques	45.543	40.732
1.01.06	Tributos a Recuperar	551.385	485.838
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	551.385	485.838
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.186.961	1.267.278
1.01.08.03	Outros	1.186.961	1.267.278
1.01.08.03.01	Títulos de crédito a receber	11.055	9.661
1.01.08.03.02	Instrumentos financeiros derivativos	138.737	116.961
1.01.08.03.03	Ativos financeiros setoriais	378.296	538.771
1.01.08.03.08	Outros créditos	658.873	601.885
1.02	Ativo Não Circulante	13.996.101	13.675.752
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	6.406.725	6.043.346
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	153.957	138.524
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	153.957	138.524
1.02.01.03	Contas a Receber	312.220	233.526
1.02.01.03.01	Clientes	312.220	233.526
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	5.940.548	5.671.296
1.02.01.09.03	Títulos de créditos a receber	20.121	18.304
1.02.01.09.04	Impostos a recuperar	215.129	233.421
1.02.01.09.05	Créditos tributários	1.271.649	1.273.990
1.02.01.09.06	Depósitos e cauções vinculados	241.868	208.223
1.02.01.09.07	Instrumentos financeiros derivativos	67.432	140.998
1.02.01.09.08	Contas a receber da concessão	3.812.700	3.484.798
1.02.01.09.09	Ativos financeiros setoriais	158.277	152.130
1.02.01.09.10	Outros créditos	153.372	159.432
1.02.02	Investimentos	23.631	23.648
1.02.02.01	Participações Societárias	23.631	23.648
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	23.631	23.648
1.02.03	Imobilizado	171.736	142.413
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	171.736	142.413
1.02.04	Intangível	7.394.009	7.466.345
1.02.04.01	Intangíveis	7.394.009	7.466.345
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	7.394.009	7.466.345

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2017</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2016</b>
2	Passivo Total	20.215.344	20.022.820
2.01	Passivo Circulante	5.246.767	5.011.302
2.01.02	Fornecedores	1.225.671	1.170.254
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.225.671	1.170.254
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.742.243	1.534.659
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.454.510	1.260.071
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	406.294	385.241
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.048.216	874.830
2.01.04.02	Debêntures	287.733	274.588
2.01.05	Outras Obrigações	2.278.853	2.306.389
2.01.05.02	Outros	2.278.853	2.306.389
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	20.930	27.106
2.01.05.02.04	Parcelamento de impostos	11.583	13.839
2.01.05.02.05	Obrigações estimadas	96.471	81.753
2.01.05.02.07	Taxa de iluminação pública	55.470	54.677
2.01.05.02.08	Benefícios a empregados - plano de pensão	49.464	48.549
2.01.05.02.09	Encargos de dívidas	85.295	57.831
2.01.05.02.11	Tributos e Contribuições Sociais	413.026	426.431
2.01.05.02.12	Encargos setoriais	284.107	314.144
2.01.05.02.13	Passivos financeiros setoriais	655.735	631.701
2.01.05.02.14	Taxas regulamentares	58.635	58.635
2.01.05.02.16	Incorporação de redes	214.767	234.398
2.01.05.02.17	Bandeiras tarifárias CCRBT	37.180	12.740
2.01.05.02.18	Instrumentos financeiros derivativos	121.319	139.935
2.01.05.02.19	Outras contas a pagar	174.871	204.650
2.02	Passivo Não Circulante	10.101.870	10.238.477
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.832.196	6.069.233
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.878.218	4.076.208
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.847.198	2.904.049
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.031.020	1.172.159
2.02.01.02	Debêntures	1.953.978	1.993.025
2.02.02	Outras Obrigações	2.420.290	2.271.312
2.02.02.02	Outros	2.420.290	2.271.312
2.02.02.02.03	Fornecedores	151.386	207.096
2.02.02.02.04	Instrumentos financeiros derivativos	355.698	368.826
2.02.02.02.05	Tributos e contribuições sociais	334.761	255.503
2.02.02.02.06	Parcelamentos de impostos	67.556	70.907
2.02.02.02.07	Benefício a empregado-Plano pensão	287.289	263.250
2.02.02.02.08	Provisão para Riscos, Trabalhistas, Civeis e Fiscais	550.729	504.345
2.02.02.02.09	Taxas regulamentares	66.993	95.705
2.02.02.02.10	Passivos financeiros setoriais	230.331	171.638
2.02.02.02.11	Encargos setoriais	182.843	175.799
2.02.02.02.12	Incorporação de redes	98.914	78.615
2.02.02.02.13	Outras contas a pagar	93.790	79.628
2.02.03	Tributos Diferidos	1.849.384	1.897.932
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.849.384	1.897.932

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2017</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2016</b>
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	4.866.707	4.773.041
2.03.01	Capital Social Realizado	2.795.963	2.795.963
2.03.02	Reservas de Capital	-62.727	-59.602
2.03.02.08	Custo com emissão de ações	-65.723	-65.723
2.03.02.10	Outras Reservas	2.996	6.121
2.03.04	Reservas de Lucros	997.959	1.085.122
2.03.04.01	Reserva Legal	121.489	121.489
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	876.470	876.470
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	87.163
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	179.369	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-139.616	-139.616
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	1.095.759	1.091.174

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.084.367	6.146.358	2.707.800	5.551.195
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.697.642	-5.297.902	-2.383.494	-4.826.037
3.02.01	Energia elétrica comprada p/revenda	-1.619.222	-3.249.149	-1.360.368	-2.807.365
3.02.02	Encargos uso sistema transm.e distribuição	-107.866	-245.249	-157.566	-364.634
3.02.03	Pessoal e administradores	-196.132	-385.418	-181.069	-356.585
3.02.04	Entidade de previdencia privada	-8.362	-17.149	-6.171	-12.143
3.02.05	Material	-30.095	-56.773	-29.458	-63.778
3.02.06	Serviços terceiros	-120.592	-222.770	-122.178	-239.842
3.02.07	Depreciação e amortização	-160.477	-324.770	-145.326	-296.474
3.02.08	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-14.462	-28.422	4.097	268
3.02.09	Provisão p/créditos de liquidação duvidosa	-36.446	-64.079	24.285	-27.903
3.02.10	Custo de construção	-385.041	-672.977	-362.612	-621.820
3.02.11	Outras	-18.947	-31.146	-47.128	-35.761
3.03	Resultado Bruto	386.725	848.456	324.306	725.158
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-164.668	-284.553	-112.723	-285.621
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-137.364	-272.291	-106.639	-268.551
3.04.02.01	Pessoal	-25.344	-50.859	-46.933	-88.446
3.04.02.02	Entidade de previdencia privada	-10.314	-21.016	-9.344	-17.225
3.04.02.03	Material	-4.255	-9.024	-4.550	-9.145
3.04.02.04	Serviços de terceiros	-35.185	-72.340	-38.000	-67.284
3.04.02.05	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-9.484	-10.827	10.834	20.273
3.04.02.06	Depreciação e amortização	-24.326	-49.156	-23.508	-48.260
3.04.02.07	Outras	-28.456	-59.069	4.862	-58.464
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	14.339	56.485	14.184	22.231
3.04.04.01	Outros	14.339	56.485	14.184	22.231
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-41.643	-68.747	-20.268	-39.301
3.04.05.01	Outras	-41.643	-68.747	-20.268	-39.301
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	222.057	563.903	211.583	439.537

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016</b>
3.06	Resultado Financeiro	-140.982	-292.971	-262.147	-286.955
3.06.01	Receitas Financeiras	140.300	295.796	170.483	374.988
3.06.01.01	Receitas de aplicação financeira	60.997	137.307	63.147	130.141
3.06.01.02	Varição monetária e acresc.moratorio de energia	64.441	110.517	32.372	70.988
3.06.01.05	Juros Recebidos/Selic	5.372	12.128	3.151	7.868
3.06.01.06	Atualização deposito judicial	1.971	5.156	2.162	2.310
3.06.01.07	Ajuste a valor presente	11.489	15.448	0	0
3.06.01.08	Atualização de ativo financeiro setorial	9.883	14.899	28.777	100.534
3.06.01.09	Tributos sobre receitas financeiras	-8.566	-19.691	-5.920	-18.272
3.06.01.10	Outras receitas	-5.287	20.032	46.794	81.419
3.06.02	Despesas Financeiras	-281.282	-588.767	-432.630	-661.943
3.06.02.01	Encargos dívidas - juros	-146.228	-302.609	-233.267	-431.736
3.06.02.02	Encargos dividas - var monetaria e cambial	-128.409	-120.175	239.260	450.905
3.06.02.03	(-) Transferência p/ordens em curso	1.244	2.399	8.529	22.119
3.06.02.04	Ajuste valor presente de ativos	0	0	-3.319	-4.589
3.06.02.05	Marcação a mercado derivativos	-10.591	2.163	85.079	174.509
3.06.02.06	Instrumentos financeiros derivativos	53.092	-50.810	-353.523	-573.021
3.06.02.07	Atualização PEE e P&D	-5.112	-10.944	-7.200	-13.780
3.06.02.08	Despesas bancarias	-2.956	-7.754	-7.784	-13.155
3.06.02.10	Atualização contingencias	-3.644	-7.135	-11.213	-27.966
3.06.02.11	Marcação a mercado da divida	-6.611	-7.611	-51.346	-31.615
3.06.02.12	Atualização de passivo financeiro setorial	-7.219	-30.712	-53.941	-76.128
3.06.02.14	Despesa de AVAL	-3.341	-5.625	-2.500	-5.000
3.06.02.15	Incorporação de redes	0	0	-21.330	-27.904
3.06.02.16	Outras despesas financeiras	-21.507	-49.954	-20.075	-104.582
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	81.075	270.932	-50.564	152.582
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-6.032	-65.035	23.348	-55.347
3.08.01	Corrente	-12.829	-111.242	31.394	-119.649

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016</b>
3.08.02	Diferido	6.797	46.207	-8.046	64.302
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	75.043	205.897	-27.216	97.235
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	75.043	205.897	-27.216	97.235
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	59.612	179.369	-31.104	80.094
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	15.431	26.528	3.888	17.141
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,03446	0,10369	-0,02327	0,05992
3.99.01.02	PN	0,03446	0,10369	-0,02327	0,05992
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,03446	0,10369	-0,02327	0,05992
3.99.02.02	PN	0,03446	0,10369	-0,02327	0,05992

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	75.043	205.897	-27.216	97.235
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-849	-1.216
4.02.01	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-849	-1.216
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	75.043	205.897	-28.065	96.019
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	59.612	179.369	-31.104	79.858
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	15.431	26.528	3.039	16.161

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	995.051	788.060
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.094.616	714.423
6.01.01.01	Lucro líquido do período	205.897	97.235
6.01.01.03	Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	65.035	55.347
6.01.01.04	Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas	299.362	-158.039
6.01.01.05	Depreciação e amortização	373.926	344.734
6.01.01.06	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	64.079	27.903
6.01.01.07	Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	39.249	-20.541
6.01.01.08	(Ganho) na alienação da aeronave	-18.560	0
6.01.01.09	Valor residual de ativos permanentes baixados	30.822	17.070
6.01.01.10	Marcação a mercado das dívidas	7.611	31.615
6.01.01.11	Marcação a mercado de derivativos	-2.163	-174.509
6.01.01.12	Instrumentos financeiros derivativos	50.810	573.021
6.01.01.13	Ajuste a valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão	-21.452	-79.413
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-99.565	73.637
6.01.02.01	(Aumento) diminuição de consumidores e concessionárias	-199.653	179.423
6.01.02.02	(Aumento) de títulos e créditos a receber	-2.532	-24.325
6.01.02.03	(Aumento) diminuição de estoques	-4.811	871
6.01.02.04	(Aumento) de impostos a recuperar	-52.875	-142.770
6.01.02.05	(Aumento) de cauções e depósitos vinculados	-43.306	-13.958
6.01.02.07	(Aumento) diminuição de outros créditos	-77.534	99.258
6.01.02.08	Diminuição de ativos financeiros setoriais	169.227	257.049
6.01.02.10	Aumento (Diminuição) de fornecedores	67.629	-191.096
6.01.02.11	Aumento (Diminuição) de tributos e contribuições sociais	75.169	-129.808
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social pagos	-105.861	-68.335
6.01.02.15	Aumento de obrigações estimadas	14.718	19.096
6.01.02.16	Aumento de passivos financeiros setoriais	52.015	202.866
6.01.02.17	Aumento (Diminuição) de outras contas a pagar	8.249	-114.634
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-355.483	-998.853
6.02.02	Aplicação de ativo imobilizado	-42.625	-9.565
6.02.03	Aplicações no intangível	-600.481	-631.842
6.02.04	Aplicação Financeira e recursos vinculados	243.424	-387.674
6.02.07	Alienação de bens do imobilizado e intangível	44.199	30.228
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-710.264	203.854
6.03.01	Novos empréstimos e financiamentos obtidos	880.501	1.440.922
6.03.02	Pagamento de empréstimos, debêntures - principal	-989.456	-739.050
6.03.03	Pagamento de empréstimos, debêntures - juros	-272.516	-284.614
6.03.04	Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	-28.601	-65.713
6.03.06	Pagamento de dividendos	-115.079	-82.786
6.03.07	Parcelamento de impostos	-5.607	-6.195
6.03.08	Pagamento de incorporação de redes	-52.112	-22.198
6.03.10	Pagamento parcelamento de fornecedores	-90.825	-26.643
6.03.11	Parcelamento de encargos setoriais	-36.569	-9.869
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-70.696	-6.939

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016</b>
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	797.200	1.083.627
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	726.504	1.076.688

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.795.963	-59.602	1.085.122	0	-139.616	3.681.867	0	3.681.867
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	1.091.174	1.091.174
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.795.963	-59.602	1.085.122	0	-139.616	3.681.867	1.091.174	4.773.041
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-1.616	-87.163	0	0	-88.779	-21.741	-110.520
5.04.09	Dividendos adicionais propostos	0	0	-87.163	0	0	-87.163	-21.740	-108.903
5.04.13	Transações de capital - instrumento financeiro MTM - reflexo	0	-1.616	0	0	0	-1.616	-1	-1.617
5.05	Resultado Abrangente Total	0	-1.509	0	179.369	0	177.860	26.326	204.186
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	179.369	0	179.369	26.528	205.897
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	-1.509	0	0	0	-1.509	-202	-1.711
5.05.02.06	Ganho/Perda c/ investimentos	0	-1.509	0	0	0	-1.509	-202	-1.711
5.07	Saldos Finais	2.795.963	-62.727	997.959	179.369	-139.616	3.770.948	1.095.759	4.866.707

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.260.000	-67.800	1.099.492	0	-80.039	2.211.653	1.106.517	3.318.170
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.260.000	-67.800	1.099.492	0	-80.039	2.211.653	1.106.517	3.318.170
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-20.951	-75.201	0	0	-96.152	-4.276	-100.428
5.04.11	Aquisição de participação de não controladores	0	173	0	0	0	173	9	182
5.04.12	Distribuição de Dividendos 2015	0	0	-75.201	0	0	-75.201	-4.278	-79.479
5.04.13	Outras transações - Instrumento Financeiro MTM - reflexo	0	-21.124	0	0	0	-21.124	-7	-21.131
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	80.094	-236	79.858	16.161	96.019
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	80.094	0	80.094	17.141	97.235
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-236	-236	-980	-1.216
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	0	-236	-236	-980	-1.216
5.07	Saldos Finais	1.260.000	-88.751	1.024.291	80.094	-80.275	2.195.359	1.118.402	3.313.761

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016</b>
7.01	Receitas	9.378.615	8.814.796
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	8.710.833	8.176.529
7.01.02	Outras Receitas	56.485	22.231
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	675.376	643.939
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-64.079	-27.903
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.935.339	-4.522.716
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-3.793.538	-3.209.419
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-493.918	-468.358
7.02.04	Outros	-647.883	-844.939
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.443.276	4.292.080
7.04	Retenções	-373.926	-344.734
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-373.926	-344.734
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.069.350	3.947.346
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	315.487	393.260
7.06.02	Receitas Financeiras	315.487	393.260
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.384.837	4.340.606
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.384.837	4.340.606
7.08.01	Pessoal	405.460	405.797
7.08.01.01	Remuneração Direta	268.314	272.350
7.08.01.02	Benefícios	106.740	80.842
7.08.01.03	F.G.T.S.	30.406	52.605
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.173.612	3.142.202
7.08.02.01	Federais	1.436.134	1.433.005
7.08.02.02	Estaduais	1.728.189	1.700.037
7.08.02.03	Municipais	9.289	9.160
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	599.868	695.372
7.08.03.01	Juros	591.166	684.062
7.08.03.02	Aluguéis	8.702	11.310
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	205.897	97.235
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	179.369	80.094
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	26.528	17.141

## Comentário do Desempenho - Resultados do 2º trimestre de 2017

### Perfil da Companhia

O Grupo Energisa tem 112 anos de história e é o sexto maior grupo distribuidor de energia do país em consumo de energia, atendendo nesse segmento de atuação a aproximadamente 6,6 milhões de consumidores em nove estados brasileiros - o equivalente a 8,1% do total de consumidores do Brasil. Em suas atividades também incluem a prestação de serviços e o desenvolvimento de estudos de geração de energia.

#### ÁREAS DE ATUAÇÃO DO GRUPO ENERGISA

9 concessões de distribuição de energia em todas as regiões do Brasil<sup>(\*)</sup>

**788** municípios atendidos

**6,6 milhões** de clientes

**16,3 milhões** de pessoas atendidas (8,1% do Brasil)

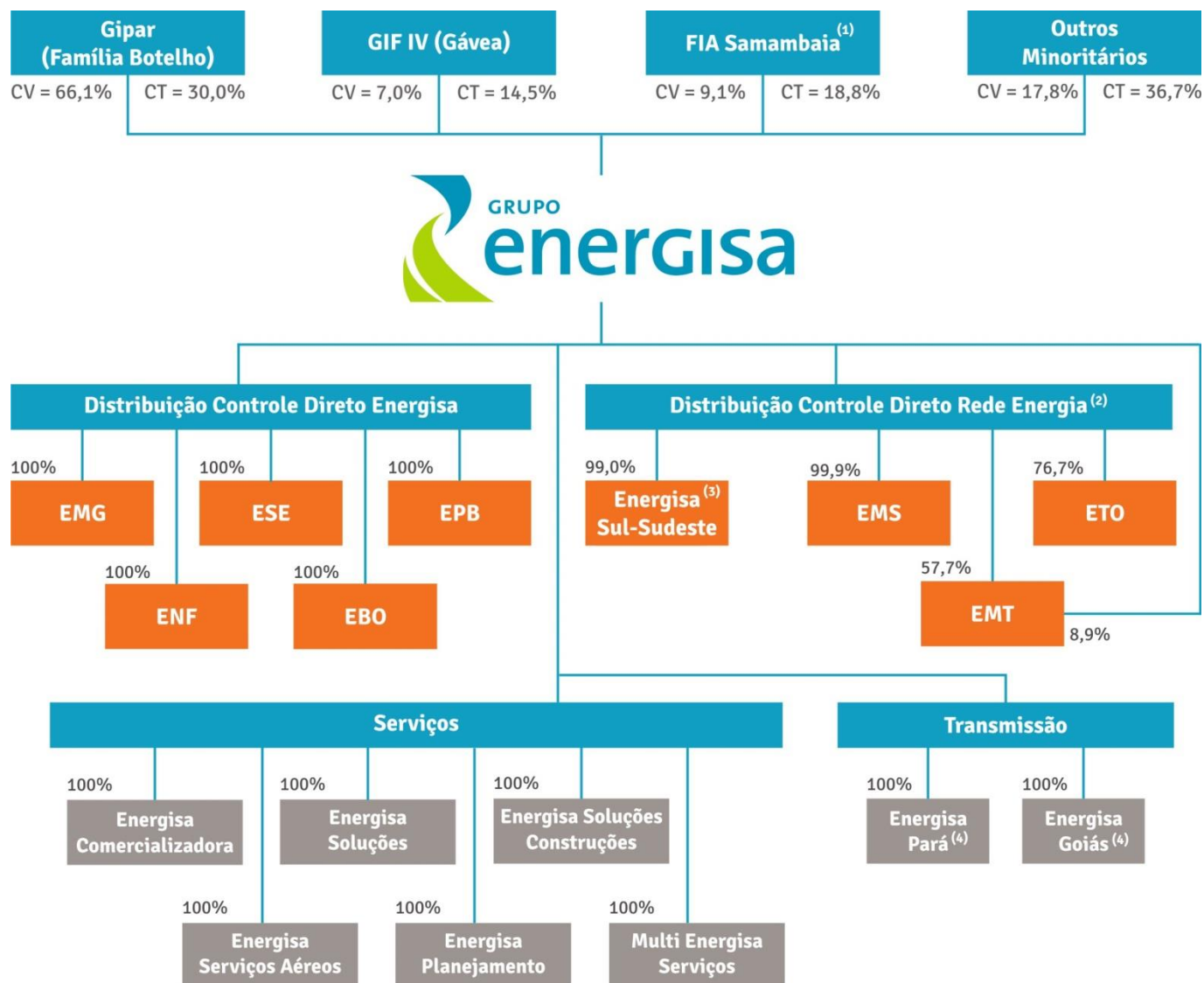
**1.630 mil km<sup>2</sup>** total de área coberta (19,1% do território brasileiro)

6 Empresas de serviços (MG e RJ)



<sup>(\*)</sup> Em 30 de junho de 2017, a Energisa Sul-Sudeste (nova razão social da Caiuá Distribuidora de Energia S/A) incorporou as distribuidoras CNEE, EDEVP, EEB e CFLO.

## Comentário do Desempenho



CV = Capital Votante | CT = Capital Total

(1) Posição acionária direta e indireta através de veículos de investimentos.

(2) A Energisa possui participação de 96,2% na Rede Energia.

(3) Em 30 de junho de 2017, a Energisa Sul Sudeste (nova razão social da Caiuá Distribuidora de Energia S/A) incorporou as distribuidoras CNEE, EDEVP, EEB e CFLO.

(4) SPE's de transmissão em constituição (Leilão de Transmissão nº 5/2016).

## Comentários do Desempenho

**Lucro líquido consolidado totaliza R\$ 75,0 milhões no 2T17 e R\$ 205,9 em 6M17, aumento de 111,8%**

- **Consumo consolidado** (cativo + livre + não faturado) cresceu 2,6% no 2T17 em relação ao 2T16. Em 6M17, o aumento do consumo atingiu 2,8%, em relação ao mesmo período do ano anterior;
- **EBITDA Ajustado** totalizou R\$ 471,2 milhões no 2T17, crescimento de 14,1% em relação aos R\$ 412,8 milhões do 2T16. No acumulado em 6M17 atingiu R\$ 1.048,2 milhões, 22,6% superior ao registrado em 6M16;
- **Lucro líquido consolidado** somou R\$ 75,0 milhões no 2T17, contra prejuízo de R\$ 27,2 milhões no 2T16. No acumulado em 6M17, o lucro saltou para R\$ 205,9, aumento de 111,8%, em relação ao verificado em 6M16;
- **PMSO** consolidado do 2T17 apresentou redução de 0,5% (- R\$ 2,2 milhões). Em 6M17, as despesas com PMSO mostraram queda de 2,4% (- R\$ 23,0 milhões);
- **Dívida líquida** totalizou R\$ 6.323,2 milhões, contra R\$ 6.141,9 milhões em março de 2017 e R\$ 6.021,5 milhões em dezembro de 2016. A relação dívida líquida por EBITDA Ajustado (12 meses encerrados em junho de 2017) ficou em 2,8 vezes, mesmo patamar de março de 2017;
- Os **investimentos** atingiram R\$ 645,7 milhões no 2T17 e R\$ 1.078,4 milhões no 6M17, crescimento de 50,5% e 47,4% em relação ao 2T16 e 6M16, respectivamente.

Descrição	2T17	2T16 (Reapresentado) <sup>4</sup>	Var. %	6M17	6M16 (Reapresentado)	Var. %
<b>Indicadores Financeiros - R\$ milhões</b>						
Receita Operacional Bruta	4.693,4	4.283,8	+ 9,6	9.383,8	8.798,4	+ 6,7
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	2.699,4	2.345,2	+ 15,1	5.473,4	4.929,4	+ 11,0
PMSO	477,8	480,0	- 0,5	925,6	948,6	- 2,4
EBITDA <sup>(1)</sup>	406,8	380,4	+ 6,9	937,8	784,2	+ 19,6
EBITDA Ajustado <sup>(1)</sup>	471,2	412,8	+ 14,1	1.048,3	855,2	+ 22,6
Lucro Líquido (prejuízo)	75,0	(27,2)	-	205,9	97,2	+ 111,8
Endividamento Líquido <sup>(2)</sup>	6.323,2	7.015,0	- 9,9	6.323,2	7.015,0	- 9,9
Investimentos	645,7	429,0	+ 50,5	1.078,4	731,7	+ 47,4
<b>Indicadores Operacionais Consolidados</b>						
Energia vendida mercado cativo faturado (GWh)	6.139,7	6.235,2	- 1,5	12.384,5	12.609,9	- 1,8
Mercado cativo + TUSD faturado (GWh)	7.312,8	7.145,6	+ 2,3	14.685,2	14.358,0	+ 2,3
Mercado cativo + TUSD + não faturado (GWh)	7.199,2	7.014,7	+ 2,6	14.591,4	14.194,8	+ 2,8
Número de Consumidores Totais	6.593.341	6.446.459	+ 2,3	6.593.341	6.446.459	+ 2,3

(1) EBITDA é a soma do lucro líquido, impostos, resultado financeiro e depreciação/amortização, conforme Instrução CVM 527/12. EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios. | (2) Inclui créditos setoriais (CDE, CCC, CVA). | (3) Não incluem terceirizados em obras e excluem terceirizados das distribuidoras registrados como próprios nas empresas prestadoras de serviços.

## Comentário do Desempenho

O consumo de energia no mercado cativo e livre (7.312,8 GWh) do Grupo Energisa mostrou crescimento de 2,3% no segundo trimestre de 2017. Considerando o fornecimento não faturado, o consumo no 2T17 passa para 7.199,2 GWh, o que significa um aumento de 2,6% em relação ao mesmo trimestre de 2016.

Destaque para o consumo total de energia na região Centro-Oeste, com aumento médio de 3,9% nas distribuidoras Energisa Mato Grosso (+ 4,8%) e Energisa Mato Grosso do Sul (+ 2,5%), impactado pela elevação das temperaturas. Também se destacou no trimestre o consumo da Energisa Borborema (+ 3,5%) e da Energisa Paraíba (+ 2,5%),

permitindo que o consumo na região atingisse aumento de 1,3% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Na região Sul/Sudeste, o consumo mostrou um crescimento médio de 1,1%, com destaque para a Energisa Sul-Sudeste com aumento de 2,0%. Apenas duas concessionárias apresentaram decréscimo de mercado em relação ao trimestre do ano anterior. O consumo cativo e livre da Energisa Sergipe apresentou recuo de 0,7%, decorrente, em parte, dos altos índices pluviométricos e baixas temperaturas no período, além de redução no consumo de dois grandes clientes. A Energisa Nova Friburgo recuou 2,1%, em função do inverno mais rigoroso na sua área de concessão:

### Energia elétrica total comercializada pelo Grupo Energia

Descrição (Valores em GWh)	2º Trimestre			1º Semestre		
	2T17	2T16	Var. %	6M17	6M16	Var. %
✓ Energia vendida mercado cativo faturado	6.139,7	6.235,2	- 1,5	12.384,5	12.609,9	- 1,8
✓ Transporte de energia clientes livres (TUSD)	1.173,1	910,4	+ 28,9	2.300,7	1.748,1	+ 31,6
<b>Subtotal (Mercado Cativo + TUSD faturado)</b>	<b>7.312,8</b>	<b>7.145,6</b>	<b>+ 2,3</b>	<b>14.685,2</b>	<b>14.358,0</b>	<b>+ 2,3</b>
✓ Consumo não faturado	(113,6)	(130,9)	- 13,2	(93,8)	(163,2)	- 42,5
<b>Subtotal (Mercado Cativo + TUSD + não faturado)</b>	<b>7.199,2</b>	<b>7.014,7</b>	<b>+ 2,6</b>	<b>14.591,4</b>	<b>14.194,8</b>	<b>+ 2,8</b>

## Comentário do Desempenho

No 2T17, a Energisa apresentou um lucro líquido consolidado de R\$ 75,0 milhões, revertendo o prejuízo de R\$ 27,2 milhões do 2T16. Esta melhoria é explicada, principalmente em função da redução de R\$ 121,1 milhões no resultado financeiro e maior geração bruta de caixa (+ R\$ 26,4 milhões no EBITDA).

No acumulado em 6M16, o lucro líquido consolidado totalizou R\$ 205,9 milhões, o que representou um aumento de 111,8% em relação ao registrado em

igual período de 2016 em função do aumento de R\$ 156,3 milhões no EBITDA.

A seguir, o lucro líquido consolidado da Energisa e das suas subsidiárias por segmento:

Lucro líquido Valores em R\$ milhões	2º Trimestre			1º Semestre		
	2T17	2T16	Var. %	6M17	6M16	Var. %
<b>Distribuição de energia elétrica</b>	<b>145,3</b>	<b>39,6</b>	<b>+ 266,9</b>	<b>359,9</b>	<b>269,4</b>	<b>+ 33,6</b>
Energisa Minas Gerais	0,9	(5,8)	-	13,4	(6,4)	-
Energisa Nova Friburgo	(1,1)	0,1	-	(1,1)	0,4	-
Energisa Sergipe	21,3	(1,2)	-	40,1	68,5	- 41,5
Energisa Borborema	6,3	6,1	+ 3,3	16,8	11,5	+ 46,1
Energisa Paraíba	40,6	15,2	+ 167,1	94,2	77,4	+ 21,7
Energisa Mato Grosso	49,3	32,6	+ 51,2	87,3	53,9	+ 62,0
Energisa Mato Grosso do Sul	(1,0)	4,8	-	32,5	33,7	- 3,6
Energisa Tocantins	24,6	(7,3)	-	30,8	7,9	+ 289,9
Energisa Sul-Sudeste (*)	4,4	(4,9)	-	45,9	22,5	+ 104,0
<b>Comercialização e serviços</b>	<b>0,5</b>	<b>4,4</b>	<b>- 88,6</b>	<b>5,6</b>	<b>3,0</b>	<b>+ 86,7</b>
ECOM	1,4	0,4	+ 250,0	4,7	(2,6)	-
ESO Consolidada	(0,7)	0,6	-	(1,3)	2,9	-
Multi Energisa	0,2	3,3	- 93,9	2,0	2,3	- 13,0
Outras operacionais	(0,4)	0,1	-	0,2	0,4	- 50,0
<b>Energisa Consolidada</b>	<b>75,0</b>	<b>(27,2)</b>	<b>-</b>	<b>205,9</b>	<b>97,2</b>	<b>+ 111,8</b>

(\*) Em 30 de junho de 2017, a Caiuá - Distribuição de Energia S/A incorporou as distribuidoras: Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S/A, Empresa Elétrica Bragantina S/A, Companhia Nacional de Energia Elétrica e Companhia Força e Luz do Oeste. Para fins de acompanhamento gerencial, os valores mencionados no quadro acima se referem ao somatório das cinco distribuidoras.

## Conciliação Lucro Líquido e EBITDA

Descrição (R\$ mil)	Trimestres			Acumulado		
	2T17	2T16	Var. %	6M17	6M16	Var. %
<b>(=) Lucro líquido consolidado</b>	<b>75,0</b>	<b>(27,2)</b>	<b>-</b>	<b>205,9</b>	<b>97,2</b>	<b>+ 111,8</b>
(-) Contribuição social e imposto de renda	(6,0)	23,3	-	(65,0)	(55,3)	+ 17,5
(-) Resultado financeiro	(141,0)	(262,1)	- 46,2	(293,0)	(287,0)	+ 2,1
(-) Depreciação e amortização	(184,8)	(168,8)	+ 9,5	(373,9)	(344,7)	+ 8,5
<b>(=) EBITDA</b>	<b>406,8</b>	<b>380,4</b>	<b>+ 6,9</b>	<b>937,8</b>	<b>784,2</b>	<b>+ 19,6</b>
(+) Receitas de acréscimos moratórios	64,4	32,4	+ 98,8	110,5	71,0	+ 55,6
<b>(=) EBITDA Ajustado, com venda de ativos</b>	<b>471,2</b>	<b>412,8</b>	<b>+ 14,1</b>	<b>1.048,3</b>	<b>855,2</b>	<b>+ 22,6</b>
Margem EBITDA (%)	13,2	14,0	- 0,8 p.p	15,3	14,1	+ 1,2 p.p
Margem EBITDA Ajustado (%)	15,3	15,2	+ 0,1 p.p	17,1	15,4	+ 1,7 p.p

## Mercado de capitais

### Desempenho das ações

Negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3), as ações de maior liquidez da Energisa, ENGI11 - Units, (compostas de 1 ação ordinária e 4 ações preferenciais) valorizaram-se 30,1% em 6M17 e

42,8% nos últimos 12 meses, o que explica a redução de 64% no *dividend yield*.

A seguir, os indicadores de mercado ao fim de junho:

Indicadores de Mercado	Junho/2017	Junho/2016	Varição %
Cotação da ENGI11 (Unit) no fechamento (R\$/Unit)	23,88	17,00	+ 40,5
Cotação da ENGI3 (ON) no fechamento (R\$/ação)	6,40	3,00	+ 113,3
Cotação da ENGI4 (PN) no fechamento (R\$/ação)	4,28	2,91	+ 47,1
Valor de Mercado (R\$ milhões)	9.021	4.352	+ 107,3
Enterprise Value (EV - R\$ milhões) <sup>(1)</sup>	15.344	11.367	+ 35,0
Dividend yield de ENGI11 (Units) - % <sup>(2)</sup>	1,8	5,0	- 64,0
Valor de Mercado / Patrimônio Líquido (vezes)	1,9	2,0	- 5,0
Volume médio diário negociado - Units (R\$ milhões)	18,5	0,1	+ 18.400,0

(1) EV = Valor de mercado (R\$/ação x quantidade de ações) + dívida líquida consolidada.

(2) Proventos distribuídos nos últimos quatro trimestres / cotação de fechamento das Units.

## Eventos subsequentes

### Aneel homologa o primeiro reajuste tarifário anual da Energisa Sul-Sudeste

Em 25 de abril de 2017, através da Resolução Autorizativa nº 6.318, a Agência Nacional de Energia Elétrica ("Aneel") aprovou o grupamento das áreas de concessão da CFLO, CNEE, EDEVP, EEB e ESS em uma única concessão, que irá atender a 756 mil clientes, em 82 municípios, em uma área de cobertura de aproximadamente 30 mil km<sup>2</sup>. Esse processo de grupamento das concessões foi concluído em 30 de junho de 2017.

Em 11 de julho de 2017, a diretoria da Aneel aprovou o primeiro índice de reajuste tarifário da Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S/A, com vigência a partir de 12 de julho de 2017, que passará a ter uma tarifa única. Dado que as distribuidoras anteriormente possuíam tarifas distintas, o efeito médio percebido pelos consumidores da nova concessão agrupada neste primeiro ano será diferenciado, conforme tabela a seguir:

Descrição	Efeito Médio para o Consumidor (%)				
	Caiuá	EEB	EDEVP	CNEE	CFLO
Alta Tensão	6,35	- 9,19	0,70	7,85	13,01
Baixa Tensão	0,64	- 11,0	- 2,37	4,77	- 7,54
Efeito Médio Total	2,13	- 10,32	- 1,46	5,52	- 0,60

O processo de reajuste tarifário anual consiste no repasse aos consumidores dos custos não gerenciáveis da concessão (Parcela A - compra de energia, encargos setoriais e encargos de transmissão) e na atualização dos custos

**Comentário do Desempenho** (Parcela B distribuição) pela variação do IPCA subtraída do Fator X, que repassa aos consumidores os ganhos de produtividade anuais da concessionária.

A variação nos custos da Parcela A da ESS foi de 6,60%, impactada pelos custos com transmissão. O preço médio de repasse dos contratos de compra de energia ("PMix") foi definido em R\$ 167,39 / MWh. A Parcela B da ESS foi homologada em R\$ 361,7 milhões, aumento de 0,64%.

### Energisa finaliza captação de R\$ 374,9 milhões em oferta pública de debêntures

Em 19 de julho de 2017, a Energisa concluiu a liquidação financeira da oferta pública de distribuição de 374.946 debêntures da sua 8ª emissão, considerando as debêntures adicionais e as debêntures suplementares, todas nominativas, escriturais, simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real, em duas séries, perfazendo o montante de R\$ 374,9 milhões, conforme segue:

Descrição	Data da Emissão	Nº de Títulos Emitidos	Montante Total (R\$ milhões)	Remuneração	Vencimento
Primeira Série	15/06/2017	197.598	197,6	IPCA + 5,6000%	15/06/2022
Segunda Série	15/06/2017	177.348	177,3	IPCA + 5,6601%	15/06/2024

Para essa emissão, a Companhia contratou derivativo financeiro objetivando a troca integral da remuneração para aproximadamente 102% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

A totalidade dos recursos líquidos captados pela Companhia por meio dessa emissão destinar-se-á ao pagamento futuro e/ou ao reembolso de gastos que tenham ocorrido em prazo igual ou inferior a 24 (vinte e quatro) meses anteriores à data da divulgação do Anúncio de Encerramento da Oferta e que sejam relacionados aos projetos de investimentos em linhas de distribuição (SDAT) e em subestações (SED) já realizados ou a serem realizados pelas distribuidoras controladas dos projetos.

### Controladas captam R\$ 374,9 milhões em oferta privada de debêntures

As distribuidoras de energia elétrica abaixo mencionadas, controladas da Energisa S/A, concluíram, em 19 de julho de 2017, a colocação de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, para colocação privada, com data de emissão de 15 de junho de 2017. Sobre as debêntures da primeira série incidirão juros remuneratórios equivalentes ao IPCA + 5,6000% ao ano, com vencimento em 15 de junho de 2022, e sobre as debêntures da segunda série incidirão juros remuneratórios equivalentes ao IPCA + 5,6601% ao ano, com vencimento em 15 de junho de 2024, perfazendo o montante total de R\$ 374,9 milhões, conforme segue:

Descrição	Debêntures 1ª série (R\$ milhões)	Debêntures 2ª série (R\$ milhões)	Montante Total (R\$ milhões)
EMT	81,9	73,5	155,4
ETO	39,8	35,7	75,5
EDEVP	24,6	22,1	46,7
EEB	18,4	16,5	34,9
EPB	15,2	13,6	28,8
ESE	9,3	8,4	17,7
EMG	8,4	7,5	15,9
<b>Total</b>	<b>197,6</b>	<b>177,3</b>	<b>374,9</b>

A totalidade dos recursos líquidos captados pelas distribuidoras será aplicada integralmente em projetos de investimentos em linhas de distribuição (SDAT) e em subestações (SED) já realizados ou a serem realizados pelas Companhias.

### Energisa antecipa dividendos do exercício de 2017

O Conselho de Administração da Energisa S/A aprovou no dia 9 de agosto, a distribuição de dividendos intercalares à conta dos resultados do exercício de 2017, no montante de R\$ 96,9 milhões, o que equivale a R\$ 0,28 por Unit ou R\$ 0,056 por ação ordinária ou preferencial. Esses dividendos serão pagos a partir do dia 1º de setembro e farão jus os acionistas da Companhia detentores de ações em 14/08/2017, respeitadas as negociações em Bolsa até a referida data.

## Investimentos

### Comentário do Desempenho

No 2T17, o total de investimentos nas áreas de concessão do grupo Energisa, totalizaram R\$ 645,7 milhões, aumento de 50,5% em relação aos R\$ 429,0 milhões investidos no mesmo período do ano

passado, principalmente em função das revisões tarifárias de 2017 e 2018 (EPB, EMT, EMS e ESE). Os investimentos realizados, por subsidiária, no 2T17 e em 6M17 podem ser foram assim demonstrados:

Investimentos 6 Meses Valores em R\$ milhões	Investimento Total			Investimento Total		
	2T17	2T16	Var. %	6M17	6M16	Var. %
EMG	23,4	14,2	+ 64,8	45,1	22,2	+ 103,2
ENF	1,9	1,7	+ 11,8	3,6	3,2	+ 12,5
ESE	30,6	24,0	+ 27,5	53,5	42,9	+ 24,7
EBO	3,1	4,0	- 22,5	6,4	10,3	- 37,9
EPB	35,6	43,8	- 18,7	68,6	79,1	- 13,3
EMT	256,5	163,0	+ 57,4	373,8	282,6	+ 32,3
EMS	192,6	64,6	+ 198,1	341,8	107,5	+ 218,0
ETO	50,8	81,3	- 37,5	85,7	131,5	- 34,8
ESS	36,3	28,7	+ 26,5	59,6	42,5	+ 40,2
<b>Total Distribuidoras</b>	<b>630,8</b>	<b>425,3</b>	<b>+ 48,3</b>	<b>1.038,1</b>	<b>721,8</b>	<b>+ 43,8</b>
Energisa Soluções e Construções	8,8	1,4	+ 528,6	16,3	4,3	+ 279,1
Outras	6,1	2,3	+ 165,2	24,0	5,6	+ 328,6
<b>Total</b>	<b>645,7</b>	<b>429,0</b>	<b>+ 50,5</b>	<b>1.078,4</b>	<b>731,7</b>	<b>+ 47,4</b>

## Demonstrações Dos Resultados Consolidados

Demonstração de Resultados Valores em R\$ milhões	2º Trimestre			1º Semestre		
	2T17	2T16 (Reapresentado)	Var. %	6M17	6M16 (Reapresentado)	Var. %
<b>Receita Bruta</b>	<b>4.693,4</b>	<b>4.283,8</b>	<b>+ 9,6</b>	<b>9.383,8</b>	<b>8.798,4</b>	<b>+ 6,7</b>
Deduções	(1.609,0)	(1.576,0)	+ 2,1	(3.237,4)	(3.247,2)	- 0,3
<b>Receita Líquida</b>	<b>3.084,4</b>	<b>2.707,8</b>	<b>+ 13,9</b>	<b>6.146,4</b>	<b>5.551,2</b>	<b>+ 10,7</b>
<b>Receita Líquida, sem construção</b>	<b>2.699,4</b>	<b>2.345,2</b>	<b>+ 15,1</b>	<b>5.473,4</b>	<b>4.929,4</b>	<b>+ 11,0</b>
<b>Despesas Não Controláveis</b>	<b>(1.727,1)</b>	<b>(1.518,0)</b>	<b>+ 13,8</b>	<b>(3.494,3)</b>	<b>(3.172,0)</b>	<b>+ 10,2</b>
Energia Comprada	(1.619,2)	(1.360,4)	+ 19,0	(3.249,1)	(2.807,4)	+ 15,7
Transporte de Potência Elétrica	(107,9)	(157,6)	- 31,5	(245,2)	(364,6)	- 32,7
<b>Despesas Controláveis</b>	<b>(538,1)</b>	<b>(440,8)</b>	<b>+ 22,1</b>	<b>(1.028,9)</b>	<b>(956,0)</b>	<b>+ 7,6</b>
PMSO	(477,8)	(480,0)	- 0,5	(925,6)	(948,6)	- 2,4
<i>Pessoal</i>	(221,5)	(228,0)	- 2,9	(436,3)	(445,0)	- 2,0
<i>Fundo de Pensão</i>	(18,7)	(15,5)	+ 20,6	(38,2)	(29,4)	+ 29,9
<i>Material</i>	(34,4)	(34,0)	+ 1,2	(65,8)	(72,9)	- 9,7
<i>Serviços</i>	(155,8)	(160,2)	- 2,7	(295,1)	(307,1)	- 3,9
<i>Outros</i>	(47,4)	(42,3)	+ 12,1	(90,2)	(94,2)	- 4,2
Provisões/Reversões	(60,3)	39,2	-	(103,3)	(7,4)	+ 1.295,9
<i>Provisão para Contingências</i>	(23,9)	14,9	-	(39,2)	20,5	-
<i>Provisão para Devedores Duvidosos</i>	(36,4)	24,3	-	(64,1)	(27,9)	+ 129,7
Depreciação e Amortização	(184,8)	(168,8)	+ 9,5	(373,9)	(344,7)	+ 8,5
Outras Receitas/Despesas	(27,3)	(6,1)	+ 347,5	(12,3)	(17,1)	- 28,1
<b>EBITDA</b>	<b>406,8</b>	<b>380,4</b>	<b>+ 6,9</b>	<b>937,8</b>	<b>784,2</b>	<b>+ 19,6</b>
Resultado Financeiro	(141,0)	(262,1)	- 46,2	(293,0)	(287,0)	+ 2,1
<i>Receita Financeira</i>	140,3	170,5	- 17,7	295,7	375,0	- 21,1
<i>Despesa Financeira</i>	(281,3)	(432,6)	- 35,0	(588,7)	(662,0)	- 11,1
Equivalência Patrimonial	-	-	-	-	-	-
<b>Resultados antes dos tributos</b>	<b>81,1</b>	<b>(50,6)</b>	<b>-</b>	<b>270,9</b>	<b>152,6</b>	<b>+ 77,5</b>
Tributos	(6,0)	23,3	-	(65,0)	(55,3)	+ 17,5
<b>Lucro Líquido</b>	<b>75,0</b>	<b>(27,2)</b>	<b>-</b>	<b>205,9</b>	<b>97,2</b>	<b>+ 111,8</b>
Atribuído aos acionistas controladores	59,6	(31,1)	-	179,4	80,1	+ 124,0
Atribuído aos acionistas não controladores	15,4	3,9	+ 294,9	26,5	17,1	+ 55,0
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>471,2</b>	<b>412,8</b>	<b>+ 14,1</b>	<b>1.048,3</b>	<b>855,2</b>	<b>+ 22,6</b>

<sup>(1)</sup> Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção. | <sup>(2)</sup> EBITDA é a soma do lucro líquido, impostos, resultado financeiro e depreciação/amortização, conforme Instrução CVM 527/12. EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

### Serviços prestados pelo auditor independente

Em atendimento ao rodízio obrigatório previsto no artigo 31 da Instrução Normativa CVM nº 308, de 14 de maio de 1999, e conforme orientado pelo Comitê de Auditoria e Riscos da Companhia, foi aprovada pelo Conselho de Administração a contratação da Ernst & Young Auditores Independentes na qualidade de novo auditor independente da Companhia a partir do primeiro trimestre de 2017.

A remuneração total desses auditores independentes pelos serviços prestados para a Energisa S/A nos primeiros seis meses de 2017 foi de R\$ 843 mil pela revisão contábil das demonstrações financeiras. A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

**Notas Explicativas****Notas Explicativas**

**Energisa S/A**  
**Notas explicativas às informações trimestrais para o**  
**período findo em 30 de junho de 2017**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário).

**1. Contexto operacional**

A Energisa S/A (“Energisa” ou “Companhia”), com sede em Cataguases, estado de Minas Gerais, é uma sociedade anônima de capital aberto, com ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo. O principal objetivo social é a participação no capital de outras empresas, além da prestação de serviços administrativos às suas distribuidoras de energia elétrica e demais controladas, relacionadas na nota explicativa nº 4.

**Adesão ao Nível 2 de Governança Corporativa da B3**

Em 28 de julho de 2016, a Companhia confirmou a adesão ao Nível 2 de Governança da B3 e o início das negociações das suas ações neste segmento diferenciado. Com esta adesão, a Energisa se posiciona entre as empresas listadas na bolsa que atuam sob as melhores práticas de governança e transparência de mercado.

**Participações**

A Energisa S/A detém controle societário de empresas distribuidoras, transmissoras, geradoras e comercializadora de energia elétrica, que possuem obrigações regulatórias conforme consta nos contratos de concessão de distribuição e de transmissão de energia elétrica e nas autorizações concedidas às empresas de geração e comercialização, conforme segue.

**Distribuição de energia elétrica:**

I - fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar por sua integridade, sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV - atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações; e

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) alterações em posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente - Ministério de Minas Energia - MME. Os Contratos de Concessão das controladas Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (“EMG”), Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (“ENF”), Energisa Sul - Sudeste - Distribuidora de Energia S/A (“ESS”) (nova denominação social da Caiuá Distribuição de Energia S/A (“CAIUÁ”), Companhia Nacional de Energia Elétrica (“CNEE”), Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S/A (“EDEVPP”), Empresa Elétrica Bragantina S/A (“EEB”) e Companhia Força e Luz do Oeste (“CFLO”), vencidos em julho/2015, foram renovados pelo Poder Concedente (Ministério de Minas Energia - MME) por mais 30 anos, ou seja, até julho/2045. Em dezembro de 2015, os aditivos de prorrogação aos contratos foram assinados.

As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários, ativo e passivo financeiro setorial, contas a receber da concessão, ativos vinculados à concessão e receita de construção estão apresentados nas notas explicativas nº 11, 12, 16 e 19, respectivamente.

## Agrupamento de áreas de concessão

### Notas Explicativas

As áreas de concessão previstas nos Contratos de Concessão para Prestação de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica n.ºs. 12/1999, 13/1999, 14/1999, 16/1999 e 22/1999, titularizados respectivamente, pela Empresa Elétrica Bragantina S.A. - EEB, pela Caiuá Distribuição de Energia S.A. - Caiuá, pela Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A. - EDEVP, pela Companhia Nacional de Energia Elétrica - CNEE e pela Companhia Força e Luz do Oeste - CFLO foram agrupadas a partir de 01 de julho de 2017, em uma única empresa, conforme Resolução Autorizativa da ANEEL n.º 6.318 de 25 de abril de 2017.

Para tanto em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de junho de 2017 foi aprovada a incorporação pela Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A (nova denominação da Caiuá Distribuição de Energia S/A ("CAIUA")) das empresas Companhia Nacional de Energia Elétrica ("CNEE"), Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S/A ("EDEVP"), Empresa Elétrica Bragantina S/A ("EEB") e Companhia Força e Luz do Oeste ("CFLO"), de forma que a nova área de concessão será explorada, através do Sexto Aditivo do contrato de concessão 13/1999 pela Energisa Sul-Sudeste (ESS).

Tal operação tinha por finalidade, em atendimento à regulamentação vigente, obter sinergia nos processos para melhorar, ainda mais, os serviços prestados aos consumidores por meio da integração dos sistemas utilizados e está inserida em um projeto de simplificação da estrutura societária do Grupo Energisa, devendo resultar em redução de custos de natureza operacional, administrativa e financeira e conferirá maior eficiência gerencial e organizacional do Grupo Energisa.

Após a unificação, a ESS atenderá 739 mil clientes em uma área de cobertura de pouco mais de 30 mil km<sup>2</sup>, que envolve 82 municípios nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná. Para tanto, a nova Concessionária permanecerá com 1,4 mil colaboradores, que hoje já compõem o quadro das cinco distribuidoras.

Por fim, para a concretização da operação, o patrimônio líquido das empresas EDEVP, EEB, CNEE, e CFLO foram avaliados na data base de 31 de maio de 2017, com base no valor contábil, pelos montantes de R\$141.800, R\$101.434, R\$80.782 e R\$17.726, respectivamente, conforme Laudo de Avaliação Contábil para Fins de Incorporação, emitidos por peritos avaliadores.

O acervo líquido contábil avaliado está apresentado como segue:

	EDEVP	EEB	CNEE	CFLO	Total
Caixa, equivalente de caixa e aplicações financeiras	52.315	46.561	53.296	21.326	173.498
Consumidores e concessionárias	63.993	49.495	24.756	13.681	151.925
Tributos a recuperar	15.127	40.529	11.387	12.541	79.584
Créditos tributários	21.827	11.502	6.020	5.478	44.827
Ativos financeiros setoriais	4.861	5.216	12.197	5.559	27.833
Cauções e depósitos vinculados	13.570	4.229	2.939	127	20.865
Contas a receber da concessão	5.256	8.394	5.895	1.548	21.093
Outros ativos	25.756	18.046	13.878	8.749	66.429
Intangível	119.526	158.967	98.370	26.368	403.231
Fornecedores	27.872	38.581	33.450	10.240	110.143
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívida	36.192	81.839	42.522	40.053	200.606
Tributos e contribuições sociais	47.226	40.502	27.072	6.175	120.975
Passivos financeiros setoriais	28.350	31.623	15.315	2.821	78.109
Instrumentos financeiros derivativos	-	18.503	-	6.403	24.906
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	5.251	3.245	1.998	499	10.993
Encargos setoriais	16.934	15.930	10.912	4.761	48.537
Outras contas a pagar	18.606	11.282	16.687	6.699	53.274
<b>Acervo líquido</b>	<b>141.800</b>	<b>101.434</b>	<b>80.782</b>	<b>17.726</b>	<b>341.742</b>

Os saldos de valores a receber e a pagar das empresas foram eliminados no processo de incorporação.

**Renovação das Concessões:****Notas Explicativas**

As controladas EMG, ENF, ESS, (atual denominação da Caiua), CNEE, EDEVP, EEB e CFLO tiveram seus contratos de concessões vencidos em 07 de julho de 2015 para os quais foram assinados em dezembro de 2015 termos aditivos aos contratos de concessão com vencimento em 07 de julho de 2045. Os aditivos foram formalizados de acordo com o Despacho do Ministro de Estado de Minas e Energia de 09 de dezembro de 2015, na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, no Decreto nº 7.805 de 14 e setembro de 2012 e no Decreto nº 8.461 de 02 de junho de 2015.

Estes novos aditivos exigiram das distribuidoras a aceitação aos seguintes critérios:

- I - eficiência com relação à qualidade do serviço prestado;
- II - eficiência com relação à gestão econômico-financeira;
- III - racionalidade operacional e econômica; e
- IV - modicidade tarifária

O alcance dos referidos indicadores será monitorado pelos Órgãos reguladores, podendo haver penalidades na eventualidade de não atingimentos dos mesmos. Com os novos aditivos que prorrogaram o prazo de concessão até 2045, o direito de imobilização a receber registrado pelas controladas como ativo financeiro até a assinatura dos referidos aditivos, foram transferidos para o ativo intangível, para serem amortizados ao longo da vida útil remanescente dos bens, ao novo prazo de concessão.

Os contratos das demais concessões têm vigência até janeiro/2020 (Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A - "ETO"), dezembro/2027 (Energisa Sergipe Distribuidora de Energia S/A - "ESE"), (Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia - "EMT") e (Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A - "EMS"), fevereiro/2030 (Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A - "EBO") e janeiro/2031 (Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A - "EPB").

**Geração de energia elétrica:**

A Energisa possui projetos de instalação de Parque Eólico, localizado no Estado da Bahia, uma Pequena Central de geração de energia em Nova Friburgo (RJ) e Projetos de Geração Solar.

Além desses projetos, a controlada EMT possui Contrato de Concessão de Geração nº 04/1997 de 3 Usinas Termelétricas, com as respectivas subestações associadas, com vencimento em 10 de dezembro de 2027.

De acordo com o artigo 8º da Lei nº 10.848 de 15 de março de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.163 de 30 de julho de 2004, ficou vedada às concessionárias que atuam na distribuição de energia elétrica, manter atividades de geração no sistema interligado nacional de transmissão. A exceção ficou para os casos de atendimento a sistema elétrico isolado, ou seja, aqueles não ligados ao sistema interligado de transmissão. Embora, possuindo 3 usinas termelétricas próprias no sistema isolado, a principal atividade da controlada EMT é a distribuição de energia elétrica, e a necessidade da manutenção desses ativos de geração é somente para atendimento dessas comunidades isoladas. Portanto, a administração da controlada EMT considera seu negócio principal a atividade de distribuição de energia elétrica e a pequena atividade de geração como parte integrante do negócio principal, o que levou a bifurcação dos ativos da concessão em ativo financeiro e ativo intangível visto que o contrato garante o direito de indenização.

As obrigações previstas nas autorizações/concessões da ANEEL para exploração da geração de energia são como segue:

- I - Operar Usina termelétrica;
- II - Celebrar os contratos de conexão e de uso dos sistemas de transmissão e distribuição;
- III - Organizar e manter permanentemente atualizado o cadastro de bens e instalações de geração;
- IV - Manter em arquivo à disposição da fiscalização da ANEEL, todos os estudos e projetos das usinas;
- V - Manter, permanentemente, por meio de adequada estrutura de operação e conservação, os equipamentos e instalações da PCH, do projeto Eólico e Solar em perfeitas condições de funcionamento e conservação com estoque de peças de reposição, pessoal técnico e administrativo legalmente habilitado e treinado de forma a assegurar a continuidade, a regularidade, a eficiência e a segurança da exploração do ativo de geração;
- VI - Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária, ambiental e regulatória, bem como quaisquer outras obrigações relacionadas; e
- VII - Solicitar anuência prévia da ANEEL, em caso de transferência do controle acionário.

## **Transmissão de energia elétrica:**

A Energisa foi vencedora de dois lotes do Leilão de Transmissão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), adquirindo as concessões das linhas de Goiás (lote 3) e do Pará (lote 26), em um investimento total de R\$625.085. O Leilão de Transmissão aconteceu no dia 24 de abril de 2017, na Bovespa, em São Paulo. Segundo a Aneel, o prazo para entrada em operação comercial da linha em Goiás é agosto de 2021 e a do Pará, em fevereiro de 2022. A Energisa deverá realizar o licenciamento e contratação de todas as obras para a operação dos empreendimentos buscando antecipar estes prazos.

Lote 3 - composto por instalações que ficam no estado de Goiás, incluindo a linha de transmissão de 230 kV Rio Verde Norte - Jataí, com 136 quilômetros em circuito duplo, e a subestação Rio Verde Norte. Os investimentos previstos no empreendimento somam R\$295.294 e o prazo para a realização das obras é de 48 meses. A linha fica próxima ao Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, onde ficam duas das empresas do Grupo Energisa.

Lote 26 - ficará no estado do Pará, em uma área localizada quase na divisa com Tocantins e Mato Grosso. O lote consiste em Linha de Transmissão 230 kV Xinguara II - Santana do Araguaia, com 296 quilômetros de extensão em circuito duplo, e a subestação Santana do Araguaia. Os investimentos previstos montam em R\$329.791 e o prazo para a realização das obras é de 54 meses. Esta obra é muito importante para concluir os reforços da região do Baixo Araguaia do Mato Grosso, que é a fronteira agrícola mais dinâmica do Estado.

## **Comercialização de energia elétrica:**

A comercialização de energia elétrica e serviços correlatos, a proposição de soluções integradas com objetivos de racionalizar custos são realizados através da controlada Energisa Comercializadora de Energia Ltda (“ECOM”), que também participa no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

## **Serviços:**

A Energisa, através de suas controladas direta e indireta Energisa Soluções S/A (“ESOL”) e Multi Energisa Serviços S/A (“MULTI”), presta serviços de operação, manutenção e serviços correlatos à geração e distribuição de energia elétrica, comissionamento, pré-operação, operação remota e local, e também manutenção eletromecânica de usinas, subestações, linhas de transmissão e parques. A controlada Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A (“ESER”) presta serviços Aéreos na qualidade de prospecção - modalidade SAE, principalmente em apoio às empresas que exploram linhas de alta tensão, oleodutos e de obras de engenharia de reflorestamento.

## **Histórico da aquisição de controle acionário da Rede Energia e suas subsidiárias:**

Os principais eventos que sucederam à assunção do controle da Rede Energia e suas subsidiárias pela Energisa obedeceram à seguinte cronologia:

- Em 31 de agosto de 2012, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL decretou a intervenção administrativa nas controladas: EMT, ETO, EMS, CFLO, ESS (Atual denominação da CAIUÁ), EEB, EDEVP e CNEE. Nesta data, em decorrência da perda do poder de controle sobre as empresas distribuidoras de energia elétrica, a Companhia reclassificou seus investimentos para “ativos financeiros classificados como disponíveis para venda”.
- 26 de novembro de 2012: A Rede Energia S/A (“REDE”) publicou fato relevante informando que ajuizara pedido de Recuperação Judicial (“RJ”). Na mesma data, foram ajuizados, os pedidos de RJ da Companhia Técnica de Comercialização de Energia (“CTCE”), da QMRA Participações S/A. (“QMRA”), da Empresa de Eletricidade Vale Parapanema S/A. (“EEVP”) e da Denerge Desenvolvimento Energético S/A. (“Denerge”).
- 09 de setembro de 2013: O Plano de RJ foi homologado na 2ª Vara de Falência e Recuperações para as empresas Rede, CTCE, EEVP, Denerge e QMRA, favorável à proposta apresentada pela Energisa.
- 16 de outubro de 2013: A operação objeto do Plano homologado foi aprovada pelo CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica.
- 17 de dezembro de 2013: A ANEEL aprovou o plano de recuperação das concessionárias de distribuição sob intervenção (“Plano ANEEL”) apresentado pela Rede que foi detalhado e atualizado pela Energisa.
- 28 de janeiro de 2014: A ANEEL anuiu à transferência do controle societário da Rede para a Energisa.

**Notas Explicativas**

- 08 de abril de 2014: A ANEEL decretou o fim da intervenção nas concessionárias e em 11 de abril de 2014 foi divulgado o fato relevante informando que naquela data foi formalizada a transferência do controle societário da Rede à Energisa. Com o fim de intervenção, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia passaram a refletir ativos e passivos das subsidiárias, distribuidoras de energia elétrica, mensurados pelo valor justo na data da transação.

Atualmente, todas as disposições dos planos de recuperação apresentados à ANEEL vêm sendo estritamente cumpridas e, no momento, aguarda-se apenas o trânsito em julgado da decisão que decretou o encerramento do processo de recuperação judicial.

Recuperação judicial de controladas: em fevereiro de 2016, a administradora judicial protocolou petição informando que o plano de recuperação vinha sendo devidamente cumprido, requerendo o encerramento da Recuperação Judicial. Em agosto de 2016, o parecer da administradora foi acolhido, tendo sido proferida decisão decretando o encerramento da recuperação judicial, uma vez que cumpridas todas as obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial dentro do período de dois anos previsto no artigo 61, da Lei 11.101/2005. Contra estas decisões alguns credores apresentaram embargos de declaração, os quais foram devidamente rejeitados pelo Juízo da recuperação em decisão datada de 11/10/2016. Na sequência, um dos credores interpôs Apelação contra a decisão de encerramento, o qual aguarda julgamento pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Apesar de pendente o julgamento desta Apelação, o Juízo da recuperação, autorizou a retirada da expressão “em recuperação judicial” da razão social das Recuperadas, o que já foi averbado junto às respectivas juntas comerciais.

A posição em 30 de junho de 2017 do saldo remanescente das dívidas habilitadas na Recuperação Judicial é a seguinte:

Descrição	Rede Energia	Denerge	CTCE	Total
<b>= Saldos 31 de dezembro de 2015</b>	<b>139.513</b>	<b>244.230</b>	<b>42.036</b>	<b>425.779</b>
(+) Atualização (1)	11.410	43.267	3.559	58.236
Reversão de provisão ajuste a valor presente (1) e (2)	11.414	2.919	3.169	17.502
(-) Liquidação/Cessão de Créditos (3)	(6.980)	(28.842)	(1.013)	(36.835)
<b>= Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>155.357</b>	<b>261.574</b>	<b>47.751</b>	<b>464.682</b>
(+) Atualização (1)	5.686	21.629	1.743	29.058
Reversão de provisão ajuste a valor presente (1) e (2)	5.163	1.881	1.888	8.932
<b>= Saldos em 30 de junho de 2017</b>	<b>166.206</b>	<b>285.084</b>	<b>51.382</b>	<b>502.672</b>

- Ajustes realizados na rubrica de outras receitas financeiras na demonstração de resultado da Rede, Denerge e CTCE. Na Energisa esses valores foram registrados no resultado financeiro na demonstração do resultado do período/exercício.
- Ajustes a Valor Presente: Refere-se ao valor de ajuste a valor presente, registrado pelas controladas Rede, Denerge e CTCE, para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial opções para os recebimentos de seus créditos - opções A e B. Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 15,19% a.a., que a Companhia considera como a taxa de retorno adequada para a realização dos créditos. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração da Companhia entende que essa taxa de desconto representava adequadamente o custo de capital na data de aquisição das empresas.
- Os pagamentos previstos no plano de recuperação judicial foram iniciados a partir de 11 de abril de 2014. Durante o período de 01 de janeiro de 2016 a 30 de junho de 2017, foram liquidados diretamente pela Energisa cerca R\$36.835 (R\$6.980 dívida da controlada Rede Energia, R\$28.842 dívida da controlada Denerge S/A e R\$1.013 dívida da controlada indireta CTCE).

## 2. Apresentação das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais)

As informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, aprovadas em 09 de agosto de 2017 pelo Conselho de Administração, compreendem:

- As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 2 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2016”), publicadas na imprensa oficial em 27 de março de 2017.

**Notas Explicativas** Nessas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

### 3. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

#### 3.1 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo IASB -International Accounting Standards Board

As informações referentes aos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo IASB não sofreram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na nota explicativa 3.1 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2016.

#### 3.2 Reapresentação das informações financeiras intermediárias

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu reclassificações nas suas demonstrações do resultado e do valor adicionado e do fluxo de caixa de 30 de junho de 2016, emitidas em 12 de agosto de 2016, conforme demonstrado a seguir, com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”:

Consolidado				
Demonstração do Resultado	Ref	Divulgado		Reapresentado
		01/04/2016 a 30/06/2016	Reclassificação	01/04/2016 a 30/06/2016
Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	(a)	2.679.443	28.357	2.707.800
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(b)	43.291	(19.006)	24.285
Outras	(b)	(66.134)	19.006	(47.128)
Resultado bruto		295.949	28.357	324.306
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		183.226	28.357	211.583
Resultado financeiro		(233.790)	(28.357)	(262.147)
Receita financeira	(a)	198.840	(28.357)	170.483
Atualização contas a receber da concessão - VNR		28.357	(28.357)	-

Consolidado				
Demonstração do Resultado	Ref	Divulgado		Reapresentado
		01/01/2016 a 30/06/2016	Reclassificação	01/01/2016 a 30/06/2016
Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	(a)	5.471.782	79.413	5.551.195
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(b)	23.974	(51.877)	(27.903)
Outras	(b)	(87.638)	51.877	(35.761)
Resultado bruto		645.745	79.413	725.158
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		360.124	79.413	439.537
Resultado financeiro		(207.542)	(79.413)	(286.955)
Receita financeira	(a)	454.401	(79.413)	374.988
Atualização contas a receber da concessão - VNR		79.413	(79.413)	-

Consolidado				
Demonstração do Valor Adicionado	Ref	Divulgado		Reapresentado
		01/01/2016 a 30/06/2016	Reclassificação	01/01/2016 a 30/06/2016
Receitas		8.787.260	27.536	8.814.796
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	(a)	8.097.116	79.413	8.176.529
Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	(b)	23.974	(51.877)	(27.903)
Insumos Adquiridos de Terceiros		(4.574.593)	51.877	(4.522.716)
Outros	(b)	(896.816)	51.877	(844.939)
Valor adicionado bruto		4.212.667	79.413	4.292.080
Valor adicionado líquido		3.867.933	79.413	3.947.346
Valor adicionado recebido em transferência		472.673	(79.413)	393.260
Receitas financeiras	(a)	472.673	(79.413)	393.260

Consolidado				
Fluxo de caixa	Ref	Divulgado 01/01/2016 a 30/06/2016	Reclassificação	Reapresentado 01/01/2016 a 30/06/2016
Demonstração do fluxo de caixa				
<b>Atividades operacionais</b>				
Caixa Gerado nas Operações		662.546	51.877	714.423
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas	(a)	(237.452)	79.413	(158.039)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(b)	(23.974)	51.877	27.903
Ajuste a valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão	(a)	-	(79.413)	(79.413)
<b>Variações nos Ativos e Passivos</b>		125.514	(51.877)	73.637
Consumidores e concessionárias	(b)	231.300	(51.877)	179.423
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>788.060</b>	<b>-</b>	<b>788.060</b>

A natureza dos ajustes e reclassificações realizadas encontra-se descritas a seguir:

- (a) A Companhia revisou suas práticas contábeis e concluiu que o ajuste a valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão, originalmente apresentado sob a rubrica de “Receita financeira - Atualização do contas a receber da concessão VNR”, no resultado financeiro, deveria ser reclassificado para o grupo receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão, objetivando melhor a apresentação quanto à sua posição patrimonial e seu desempenho e de sua atividade de distribuição de energia elétrica. Esta mudança de prática, de acordo com o CPC 23 tem como base:
- (i) O retorno dos negócios de distribuição, sobre o investimento em infraestrutura, é determinado pelo valor justo dessa infraestrutura mais a taxa de “WACC” (custo médio ponderado do capital);
- (ii) Investir em infraestrutura é a atividade do negócio de distribuição de energia elétrica, e o seu modelo está suportado em controlar a construção, manutenção e operação dessa infraestrutura; e
- (iii) A nova classificação adotada está corroborada pelo parágrafo 23 do OCPC 05 - Contrato de Concessão.

O impacto no período findo em 30 de junho de 2016, na Companhia foi uma reclassificação de R\$79.413 da receita financeira - Atualização do contas a receber da concessão VNR para receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão.

- (b) A Companhia reclassificou valores de baixas de contas de energia elétrica anteriormente classificadas na rubrica de Custos dos Bens e/ou Serviços Vendidos - Outras para a rubrica de Custos dos Bens e/ou Serviços Vendidos - Provisão para crédito de liquidação duvidosa, objetivando melhor apresentação da demonstração de resultado.
- (c) Alterações das notas explicativas e balanço patrimonial:
- Nota Explicativa 34 - “Instrumentos Financeiros” na seção “Gestão de Risco de Capital” - alteração do saldo de “Dívida” de R\$7.659.309 para R\$7.661.723. Conseqüentemente os saldos de “dívida líquida” antes de R\$6.862.109 para R\$6.864.523 relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.
  - Nota Explicativa nº 21 - Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas - após a apresentação analítica das dívidas, a totalização dos empréstimos em moeda nacional e moeda estrangeira de 31 de dezembro de 2016 foi reclassificada entre as linhas o montante de R\$500, (R\$250 no passivo circulante e R\$250 no passivo não circulante), mas sem provocar qualquer alteração do valor da dívida total. Empréstimos, financiamentos - moeda nacional de R\$3.299.096 para R\$3.298.596; Empréstimos financiamentos - moeda estrangeira de R\$2.021.416 para R\$2.021.916. No balanço patrimonial o ajuste é demonstrado como segue:

Consolidado				
Passivo	Ref	Divulgado 31/12/2016	Reclassificação	Reapresentado 31/12/2016
Passivo circulante				
Empréstimos e Financiamentos		1.260.071	-	1.260.071
Em Moeda Nacional	(c)	384.991	250	385.241
Em Moeda Estrangeira	(c)	875.080	(250)	874.830
Passivo não circulante				
Empréstimos e Financiamentos		4.076.208	-	4.076.208
Em Moeda Nacional	(c)	2.903.799	250	2.904.049
Em Moeda Estrangeira	(c)	1.172.409	(250)	1.172.159

#### 4. Informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) consolidadas

##### Notas Explicativas

As informações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da Energisa e das controladas:

	Ramo de atividade	% de participação	
		30/06/2017	31/12/2016
<b>Controladas diretas</b>			
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE) (2)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB) (2)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (EMG) (2)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Nova Friburgo Distribuidora de Energia S/A (ENF)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Soluções S/A (ESO) (3)	Serviços de geração e distribuição de energia	100	100
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A (ESER)	Inspeção termográfica aérea	99,99	99,99
Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda. (EPLA)	Corretagem de seguros	100	100
Energisa Comercializadora Ltda. (ECOM)	Comercialização de energia	100	100
Parque Eólico Sobradinho Ltda. (1)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Usina Maurício S/A (GUM)	Geração de energia elétrica	100	99,99
Energisa Geração Central Solar Coremas S/A	Geração solar de energia	100	100
Energisa Geração Eólica Boa Esperança S/A	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Eólica Mandacaru S/A	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Central Eólica Alecrim S/A	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Central Eólica Umbuzeiro -Muquim S/A	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração de Energia S/A	Holding de instituição não financeira	100	100
FIM Zona da Mata	Fundo de Investimento exclusivo	100	100
Caixa FI Energisa	Fundo de Investimento exclusivo	100	100
Dinâmica Direitos Creditórios	Securitização de créditos	100	100
Alvorada Direitos Creditórios	Securitização de créditos	100	100
Denerge Desenvolvimento Energético S/A (4)	Holding	99,97	99,97
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	Transmissão de energia	100	-
Energisa Góias Transmissora de Energia I S/A	Transmissão de energia	100	-
<b>Controladas indiretas</b>			
Empresa Energética Vale Paranapanema S/A	Holding	99,9	99,99
Rede Energia S.A (2)	Holding	96,21	96,21
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A	Distribuição de energia	66,6	66,6
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S/A	Distribuição de energia	99,93	99,93
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A	Distribuição de energia	76,67	76,67
Companhia Força e Luz do Oeste (5)	Distribuição de energia	-	98,3
Empresa Elétrica Bragantina S/A (5)	Distribuição de energia	-	95,85
Companhia Nacional de Energia Elétrica (5)	Distribuição de energia	-	98,7
Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S/A (5)	Distribuição de energia	-	100
Multi Energisa Serviços S/A	Serviços	99,9	99,9
Vale do Vacaria Açúcar e Alcool	Serviços	100	100
Energisa Sul - Sudeste - Distribuidora de Energia S/A (5)	Distribuição de energia	98,99	100

(1) Em fase pré-operacional.

(2) Companhias Abertas.

(3) Empresa que possui 99,99% de participação no capital da Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A, constituída em novembro de 2013.

(4) Empresa holding - possui participação direta no capital social da EEVP e Rede Energia detém o controle das Companhias: EEVP, Rede Energia S.A, Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A, Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S/A, Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A, Companhia Força e Luz do Oeste; Empresa Elétrica Bragantina S/A; Companhia Nacional de Energia Elétrica; Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S/A e Energisa Sul Sudeste- Distribuição de Energia S/A.

(5) Em Assembleia Geral Extraordinária de 30 de junho de 2017, foi aprovada as incorporações societárias pela Energisa Sul-Sudeste - Distribuição de Energia S.A (nova denominação de Caiuá - Distribuição de Energia S/A) da Empresa Elétrica Bragantina S.A, Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A., Companhia Nacional de Energia Elétrica, e Companhia Força e Luz do Oeste.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- 1) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- 2) Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e resultados das empresas consolidadas; e
- 3) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as empresas.

**5. Informações por segmento - consolidado****Notas Explicativas**

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outras unidades da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras intermediárias individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

A Companhia e suas controladas atuam nos segmentos econômicos de geração, distribuição, comercialização e na prestação de serviços de manutenção e operação de empreendimentos de geração e distribuição de energia elétrica. Resumem-se a seguir as operações por segmento:

**a) Informações sobre segmentos**

	30/06/2017				
	Distribuição	Geração	Comercialização	Serviços	Total
Receitas Externas	5.815.831	158	305.357	25.012	6.146.358
Receitas Intersegmentos	-	-	-	107.290	107.290
<b>Total</b>	<b>5.815.831</b>	<b>158</b>	<b>305.357</b>	<b>132.302</b>	<b>6.253.648</b>
Receitas Financeiras	252.313	4	1.427	123.794	377.538
Despesas Financeiras	(459.358)	(10)	(2.189)	(208.952)	(670.509)
<b>Total</b>	<b>(207.045)</b>	<b>(6)</b>	<b>(762)</b>	<b>(85.158)</b>	<b>(292.971)</b>
Depreciação e amortização	357.377	16	14	16.519	373.926
Resultado por segmento divulgável antes do imposto de renda e contribuição social	359.502	(91)	7.077	(95.556)	270.932

	30/06/2016				
	Distribuição	Geração	Comercialização	Serviços	Total
Receitas Externas	5.313.570	164	192.179	45.282	5.551.195
Receitas Intersegmentos	-	-	-	89.442	89.442
<b>Total</b>	<b>5.313.570</b>	<b>164</b>	<b>192.179</b>	<b>134.724</b>	<b>5.640.637</b>
Receitas Financeiras	357.464	24	1.664	87.945	447.097
Despesas Financeiras	(504.370)	(2)	(2.709)	(226.971)	(734.052)
<b>Total</b>	<b>(146.906)</b>	<b>22</b>	<b>(1.045)</b>	<b>(139.026)</b>	<b>(286.955)</b>
Depreciação e amortização	329.388	16	21	15.309	344.734
Resultado por segmento divulgável antes do imposto de renda e contribuição social	280.765	(84)	(3.914)	(124.185)	152.582

	Distribuição	Geração	Comercialização	Serviços	30/06/2017	31/12/2016
<b>Ativos dos segmentos divulgáveis</b>	<b>18.197.282</b>	<b>4.555</b>	<b>123.622</b>	<b>1.914.960</b>	<b>20.240.419</b>	<b>20.071.908</b>
Ativo circulante	5.029.305	360	111.113	1.103.540	6.244.318	6.396.156
Ativo não circulante	13.167.977	4.195	12.509	811.420	13.996.101	13.675.752
<b>Passivos dos segmentos divulgáveis</b>	<b>11.561.472</b>	<b>87</b>	<b>114.457</b>	<b>3.697.696</b>	<b>15.373.712</b>	<b>15.298.867</b>
Passivo circulante	4.867.951	82	70.543	333.266	5.271.842	5.060.390
Passivo não circulante	6.693.521	5	43914	3.364.430	10.101.870	10.238.477

## b) Conciliação de receitas, lucros, ativos e passivos por segmento

## Notas Explicativas

	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2016 a 30/06/2016
<b>Receita</b>				
Receita líquida total de segmentos divulgáveis	3.147.795	6.253.648	2.741.926	5.640.637
Eliminação de receitas intersegmentos	(63.428)	(107.290)	(34.126)	(89.442)
<b>Receita líquida consolidada</b>	<b>3.084.367</b>	<b>6.146.358</b>	<b>2.707.800</b>	<b>5.551.195</b>
<b>Depreciação e amortização</b>				
Depreciação e amortização total de segmentos divulgáveis	184.803	373.926	168.834	344.734
<b>Depreciação e amortização consolidada</b>	<b>184.803</b>	<b>373.926</b>	<b>168.834</b>	<b>344.734</b>
<b>Receita financeira</b>				
Receita financeira total de segmentos divulgáveis	181.916	377.538	208.911	447.097
Eliminação de receitas intersegmentos	(41.616)	(81.742)	(38.428)	(72.109)
<b>Receita financeira consolidada</b>	<b>140.300</b>	<b>295.796</b>	<b>170.483</b>	<b>374.988</b>
<b>Despesa financeira</b>				
Despesa financeira total de segmentos divulgáveis	(322.898)	(670.509)	(471.058)	(734.052)
Eliminação de despesa intersegmentos	41.616	81.742	38.428	72.109
<b>Despesa financeira consolidada</b>	<b>(281.282)</b>	<b>(588.767)</b>	<b>(432.630)</b>	<b>(661.943)</b>
<b>Lucros</b>				
Total de lucros dos segmentos divulgáveis	81.075	270.932	(50.564)	152.582
<b>Lucro antes dos impostos</b>	<b>81.075</b>	<b>270.932</b>	<b>(50.564)</b>	<b>152.582</b>

	30/06/2017	31/12/2016
<b>Ativo</b>		
Ativo total dos segmentos divulgáveis	20.240.419	20.071.908
Outros valores não alocados	(25.075)	(49.088)
<b>Total Ativo consolidado</b>	<b>20.215.344</b>	<b>20.022.820</b>
<b>Passivo</b>		
Passivo total dos segmentos divulgáveis	15.373.712	15.298.867
Outros valores não alocados	(25.075)	(49.088)
<b>Total passivo consolidado</b>	<b>15.348.637</b>	<b>15.249.779</b>

## 6. Caixa, equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados.

## 6.1. Caixa e equivalentes de caixa (avaliados ao valor justo por meio de resultado)

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Caixa e depósitos bancários à vista	1.392	731	83.406	81.817
<b>Aplicações financeiras de liquidez imediata:</b>	<b>121.277</b>	<b>41.147</b>	<b>643.098</b>	<b>715.383</b>
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	57.762	3.494	141.804	474.400
Compromissada <sup>(1)</sup>	63.515	37.653	501.294	240.983
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa <sup>(2)</sup></b>	<b>122.669</b>	<b>41.878</b>	<b>726.504</b>	<b>797.200</b>

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário (CDB'S), Operações Compromissadas e Debêntures. A rentabilidade média ponderada da carteira em 30 de junho de 2017 equivale a 101,69% do CDI (100,70% do CDI em 31 de dezembro de 2016).

- (1) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, e são remuneradas de 50,0% até 102,5% do CDI.
- (2) As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

## 6.2. Aplicação no mercado aberto e recursos vinculados (avaliadas ao valor justo por meio de resultado)

## Notas Explicativas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
<b>1) Avaliadas ao valor justo por meio do resultado</b>	<b>677.129</b>	<b>797.525</b>	<b>1.787.497</b>	<b>1.894.108</b>
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	28.101	41.272	110.837	129.573
Certificado de Depósito Bancário Garantias Comerciais (CDB) <sup>(1)</sup>	-	-	9.808	6.264
Compromissada <sup>(2)</sup>	15.671	46	16.181	644
Debêntures <sup>(3)</sup>	263.829	298.142	263.829	298.142
Fundos de Investimentos <sup>(4)</sup>	172.819	149.642	327.778	273.849
<b>Fundos de Investimentos Exclusivos <sup>(5)</sup></b>	<b>89.632</b>	<b>208.015</b>	<b>854.986</b>	<b>994.610</b>
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	4.739	20.045	38.342	68.420
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	717	1.077	5.800	8.397
Debêntures	20.275	21.202	164.033	165.270
Compromissadas	1.380	1.347	11.161	10.496
Títulos públicos	10.070	15.127	133.469	32.685
Fundo de Crédito	180	4.063	1.452	31.670
Fundo de Renda Fixa	14.295	27.931	115.658	217.727
Letra financeira do Tesouro (LFT)	-	8.513	-	66.363
Letra financeira (LF)	37.633	108.373	382.300	390.956
Letra financeira (LFS)	343	337	2.771	2.626
Títulos CCBs <sup>(6)</sup>	78.667	78.781	78.667	78.781
(-) Provisão para perdas com os títulos CCBs <sup>(6)</sup>	(78.667)	(78.781)	(78.667)	(78.781)
Nota Promissória <sup>(7)</sup>	107.077	100.408	107.077	100.408
Outros instrumentos	-	-	312	314
Fundos de Investimentos em direitos creditórios <sup>(8)</sup>	-	-	96.689	90.304
<b>2) Mantidas até o vencimento</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>10.142</b>	<b>9.648</b>
Fundos de Investimentos em direitos creditórios <sup>(8)</sup>	-	-	10.142	9.648
<b>Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados <sup>(9)</sup></b>	<b>677.129</b>	<b>797.525</b>	<b>1.797.639</b>	<b>1.903.756</b>
Circulante	677.129	797.525	1.643.682	1.765.232
Não Circulante	-	-	153.957	138.524

<sup>(1)</sup> Certificado de Depósito Bancário (CDB) - Garantias Comerciais - São aplicações referentes aos recursos vinculados às garantias comerciais de clientes, conforme contrato de venda de energia. Os recursos do mesmo montante foram reconhecidos em contrapartida na rubrica do passivo circulante e são remunerados de 99,0% a 100,0% e média ponderada 99,12% do CDI;

<sup>(2)</sup> Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante de revenda assumido pelo comprador. São remuneradas de 67,0% a 101,0% e média ponderada 100,18% do CDI e estão lastreadas em debêntures;

<sup>(3)</sup> Debêntures (partes relacionadas) - São títulos de créditos privados correspondente a 33.540 debêntures de emissão da controlada indireta EMT, que podem ser negociados no mercado secundário, possuem liquidez imediata e são remuneradas pelo CDI + 2,28% a.a., com vencimento em 15/05/2021;

<sup>(4)</sup> Fundos de Investimentos - Inclui fundos classificados como Renda Fixa e Multimercado e são remunerados de 63,33% a 106,83% e média ponderada de 103,43% do CDI;

<sup>(5)</sup> Fundo de investimentos exclusivos, inclui aplicações em CDB, CCB, Debêntures, Compromissadas, Fundos de Renda Fixa, Fundos de Crédito, Títulos, LFT, LFS, LF, são remuneradas de 103,78% do CDI Fundo FI Energisa e 103,18% do CDI Fundo Zona da Mata;

<sup>(6)</sup> Títulos CCB's - a Companhia detém títulos mobiliários emitidos ou por cujo pagamento é responsável empresa não ligada que requereu recuperação judicial. Como o Plano de Recuperação Judicial somente foi aprovado em abril de 2017, e de forma conservadora, foi constituída provisão de desvalorização dos Créditos da ordem de R\$78.667 (R\$78.781 em 31 de dezembro de 2016). No período findo de 30 de junho de 2017 foram revertidas R\$114 da provisão correspondente ao recebimento de parte do valor, contabilizado em outras despesas financeiras;

<sup>(7)</sup> Notas Promissória de 1ª série e 2ª série (partes relacionadas) - emitidas pela controlada Energisa Tocantins com vencimentos em 21/12/2018 e 21/12/2019, possuem liquidez imediata e são remuneradas pelo CDI + 1,85% a.a. e 1,95% a.a., respectivamente;

<sup>(8)</sup> Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados IV Energisa Centro Oeste - FIDC com vencimento em 01/10/2034 e Fundo de investimentos em direitos creditórios - FIDC Energisa 2008 com vencimento em 01/12/2020, respectivamente; e

<sup>(9)</sup> Inclui R\$15.758 (R\$14.888 em 31 de dezembro de 2016) na controladora e R\$222.036 (R\$216.924 em 31 de dezembro de 2016) no consolidado referente a recursos vinculados a empréstimos, leilões de energia e bloqueios judiciais.

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDB's, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 30 de junho de 2017 equivale a 104,76% do CDI (108,83% do CDI em 31 de dezembro de 2016).

**Uso de estimativas:** O controle das aplicações financeiras do Grupo Energisa é regido por Política de Gestão de Riscos Decorrentes do Mercado Financeiro que busca mitigar o risco de contraparte, ou seja, o risco associado à possibilidade da entidade não honrar seus compromissos de pagamentos. Esta política determina as modalidades de aplicação elegíveis ao aporte de recursos, bem como os ratings mínimos exigidos para cada uma delas. Da mesma forma dita limites de concentração nas entidades receptoras dos recursos (bancos em

empresas) em função de seu porte, rating e patrimônio. Política de Gestão de Riscos Decorrentes do Mercado Financeiro é pública e está disponível no site da Energisa.

## Notas Explicativas

### 7. Clientes, consumidores e concessionárias

	Controladora		Consolidado							Total	
			Saldos a vencer		Saldos vencidos			Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa (7)			
	30/06/2017	31/12/2016	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias		há mais de 360 dias	30/06/2017	31/12/2016
<b>Valores correntes: (1)</b>											
Residencial	-	-	240.563	56	282.668	36.131	5.164	5.667	(46.962)	523.287	501.534
Industrial	-	-	128.750	-	28.823	2.985	5.195	30.031	(30.031)	165.753	151.447
Comercial	-	-	194.676	19	67.965	9.619	6.479	22.469	(28.945)	272.282	264.524
Rural	-	-	75.327	-	33.932	7.633	1.178	1.381	(1.381)	118.070	97.750
Poder público	-	-	69.985	-	19.679	2.529	3.140	8.508	(8.508)	95.333	87.362
Iluminação pública	-	-	23.804	-	8.569	5.146	465	3.872	(3.872)	37.984	34.591
Serviço público	-	-	37.217	-	8.034	2.490	5.066	87.462	(87.462)	52.807	55.793
Fornecimento não faturado	-	-	415.752	-	-	-	-	-	-	415.752	449.980
Arrecadação Processo	-	-	45.717	-	-	-	-	-	-	45.717	45.124
Classificação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Valores renegociados:</b>											
Residencial	-	-	14.387	30.900	9.187	4.078	4.703	32.037	(53.644)	41.648	52.577
Industrial	-	-	5.087	10.140	2.154	865	2.522	14.448	(20.033)	15.183	18.368
Comercial	-	-	7.841	43.763	4.591	1.576	1.740	11.863	(26.246)	45.128	53.279
Rural	-	-	2.700	6.918	1.326	413	450	2.648	(5.667)	8.788	7.000
Poder público (2)	-	-	13.083	171.965	3.083	500	1.244	21.073	(29.049)	181.899	153.062
Iluminação pública	-	-	1.804	12.183	219	9	94	279	(414)	14.174	12.989
Serviço público	-	-	3.707	10.483	164	63	41	1.521	(1.226)	14.753	8.916
(-) Ajuste valor Presente (3)	-	-	(5.469)	(59.686)	-	-	-	-	-	(65.155)	(84.169)
<b>Subtotal-clientes</b>	-	-	1.274.931	226.741	470.394	74.037	37.481	243.259	(343.440)	1.983.403	1.910.127
Suprimento Energia - Moeda Nacional (4)	-	-	57.958	-	6.978	6.974	12.714	52.934	(528)	137.030	189.726
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	3.956	-	-	-	-	-	-	3.956	3.933
Serviços Especializados	27.326	5.989	4.552	-	-	-	-	-	-	4.552	15.787
Redução do uso do sistema de distribuição (5)	-	-	12.201	-	-	-	-	-	-	12.201	12.201
Outros (6)	-	-	155.335	643	43.049	18.241	5.133	38.226	(24.381)	236.246	92.540
<b>Total</b>	<b>27.326</b>	<b>5.989</b>	<b>1.508.933</b>	<b>227.384</b>	<b>520.421</b>	<b>99.252</b>	<b>55.328</b>	<b>334.419</b>	<b>(368.349)</b>	<b>2.377.388</b>	<b>2.224.314</b>
Circulante	27.326	5.989	-	-	-	-	-	-	-	2.065.168	1.990.788
Não Circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	312.220	233.526

(1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.

(2) Inclui a renegociação realizada em 03 de agosto de 2016 entre a controlada EMT, a Prefeitura Municipal de Cuiabá e com a Companhia de Saneamento da Capital (SANECAP) o Termo de Confissão, Assunção e Parcelamento de Dívidas referente a fornecimento de energia elétrica no montante de R\$86.592, líquido de juros, correção monetária e multas, que esta sendo recebido em parcelas equivalentes a 50% do valor pago mensalmente pela Companhia de Saneamento para o Município de Cuiabá, iniciada em 30 de setembro de 2016. Sobre o saldo devedor incide juros de 0,5% ao mês limitado ao valor da parcela da outorga até o final da concessão (abril/2042). A controlada indireta EMT, reverteu no terceiro trimestre de 2016 toda provisão anteriormente constituída do mesmo montante, e constituiu provisão para ajuste a valor presente sobre a dívida no montante de R\$31.470, contabilizado na demonstração de resultado do período na rubrica de outras despesas financeiras no consolidado, calculado pela aplicação da taxa anual de CDI 12,13% a.a.

(3) Ajuste a valor presente: calculado para os contratos renegociados sem a incidência de juros e/ou para aqueles com taxa de juros de IPCA ou IGPM. Para o desconto a valor presente foi utilizado a taxa média anual de CDI 10,14% a.a. (13,63% a.a. em 31 de dezembro de 2016). Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração entende que essa taxa de desconto representa adequadamente o custo de capital, tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações.

(4) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

O saldo da conta de suprimento energia - moeda nacional no consolidado, em 30 de junho de 2017, inclui os valores referentes à comercialização de energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R\$136.115

(R\$132.469 em 31 de dezembro de 2016). Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

## Notas Explicativas

A composição desses valores, incluindo os saldos registrados na rubrica “fornecedores” no passivo circulante, no montante de R\$214.444 (R\$108.102 em 31 de dezembro de 2016), decorre da aquisição de energia elétrica e dos encargos de serviços de sistema conforme demonstração a seguir:

	Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016
Saldos a vencer	56.514	74.986
Créditos vinculados a liminares até dezembro de 2002 <sup>(a)</sup>	21.906	21.906
Créditos vencidos <sup>(b)</sup>	57.695	35.577
<b>Sub-total créditos CCEE</b>	<b>136.115</b>	<b>132.469</b>
(-) Aquisição de energia na CCEE	(174.555)	(83.650)
(-) Encargos de serviços do sistema	(39.889)	(24.452)
<b>Total (débitos) créditos CCEE</b>	<b>(78.329)</b>	<b>24.367</b>

As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

(a) Os valores da energia de curto prazo, que se encontram vinculados a liminares, podem estar sujeitos à alteração dependendo de decisões dos processos judiciais em andamento movidos por determinadas empresas do setor, tendo em vista diferentes interpretações das regras do mercado em vigor. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados. As controladas ESE, EMG, ENF e ESS não constituíram provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entenderem que os valores serão integralmente recebidos, quer seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente, quer seja de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

(b) Créditos vencidos:

Inclui RGE SUL (nova denominação social da AES SUL) - R\$13.921

As controladas EMG, ESE, EPB, EBO e ENF, ajuizaram ações de cobrança contra os credores que não liquidaram a aquisição de energia na CCEE e no MAE, desde 2002 para os quais constituíram provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Em 12 de outubro de 2016 transitou em julgado a decisão em ação monitória movida pela controlada EMG (que representava as demais controladas) contra a RGE SUL, que depositou em juízo o valor da condenação, e motivou o reconhecimento do ativo a receber devidamente atualizado, bem como da reversão de parte da provisão. Em 29/03/2017 foi recebido o montante de R\$14.951.

CCEE - R\$57.695 (R\$35.577 em 31 de dezembro de 2016)

Em 30 de junho de 2017, as controladas EBO, EEB e EDEVP, possuem valores a receber junto a CCEE referente ao período de dezembro de 2015 a dezembro de 2016, devidamente atualizados monetariamente, cujo repasse ainda não foi realizado pela CCEE. A expectativa de recebimento é até o final do terceiro trimestre de 2017.

**Uso de estimativas:** os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os cálculos preparados e divulgados pela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando as informações não estão disponíveis tempestivamente.

- (5) Redução de uso do sistema de distribuição: Por meio da Resolução homologatória ANEEL nº 1.270 de 03 de abril de 2012, foi concedido a controlada indireta EMT valores provenientes de perda financeira dos descontos concedidos na TUSD. Os valores objetivam recompor a receita da controlada referente à disponibilização da rede de transmissão aos consumidores livres, geradoras e fontes incentivadas. Para o saldo remanescente de R\$12.201 (R\$12.201 em 31 de dezembro de 2016), suspenso por liminares, tem-se o mesmo valor registrado em contrapartida na rubrica outras contas a pagar no passivo não circulante no consolidado.
- (6) As controladas EMT, ETO, EPB, ESE, EBO, EMG e ENF possuem R\$64.201 (R\$59.130 em 31 de dezembro de 2016), referente ao ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição e transmissão aos consumidores livres e ICMS sobre a demanda de energia, suspenso por liminares em contrapartida tem o mesmo valor contabilizado na rubrica de ICMS em tributos e contribuições sociais no passivo não circulante no consolidado. Inclui, também, serviços taxados e outros valores a receber de consumidores.
- (7) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos do contas a receber de clientes, consumidores e concessionárias e se baseiam nas instruções da ANEEL assim resumidas:

Clientes com débitos relevantes:

- Análise individual do saldo a receber do consumidor, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais de 360 dias.
- Contratos renegociados - (i) parcelas vencidas - são provisionadas as parcelas (ii) mais de 3 parcelas vencidas - são provisionadas as parcelas vencidas e a vencer.

Para as classes Serviço Público, Poder Público e Iluminação Pública: as controladas indiretas EMT, ETO, EMS, E e ESS avaliam individualmente os casos de créditos em cobrança judicial com sentença com transitado em julgado favoravelmente ou que possua

título de precatório, considerando que, nesses casos a realização do crédito é líquida e certa. Para todos os demais créditos de clientes públicos vencidos há mais de 360 dias é reconhecida a perda estimada no valor recuperável.

## Notas Explicativas

Segue movimentação ocorrida no período/exercício:

Movimentação das provisões	30/06/2017	31/12/2016
Saldo inicial - circulante -31/12/2016 e 31/12/2015	353.151	464.581
Provisões (reversões) constituídas no período/exercício - Despesas operacionais (*)	64.079	25.353
Reversão de provisão constituída no período/exercício-Outras despesas financeiras	-	(35.524)
Baixa de contas de energia elétrica - incobráveis	(37.628)	(101.259)
<b>Saldo final - circulante -30/06/2017 e 31/12/2016</b>	<b>375.918</b>	<b>353.151</b>
<b>Alocação:</b>		
Clientes, consumidores e concessionárias	368.349	344.068
Títulos de créditos a receber	2.386	3.900
Outros créditos	5.183	5.183

(\*) As reversões de provisões ocorridas em 31 de dezembro de 2016, basicamente refere-se a liquidação de processos de recebimentos de faturas de energia junto a Prefeitura Municipal de Cuiabá, da renegociação da dívida da Companhia de Saneamento da Capital (Sanecap), dos títulos precatórios e do final da ação decisão em ação monitória movida contra RGE SUL por conta da energia elétrica vendida na CCEE em 2002, que segue:

- a) A controlada indireta EMT reverteu no exercício toda provisão anteriormente constituída de R\$86.592 referente a renegociação efetuada com a Companhia de Saneamento da Capital de Cuiabá (SANECAP).

Da mesma forma em 17 de junho de 2016 por ter assinado a petição na Central de Conciliação de Precatórios, do precatório requisitório nº 13.699/2004, resultou em acordo entre a controlada indireta EMT e o Município de Cuiabá/MT, A controlada indireta possuía provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$35.524, que foi revertida para a rubrica de outras despesas financeiras por corresponder aos valores de multas, juros e correção monetária.

- b) A controlada indireta EMT também renegociou outros débitos de fornecimento de energia elétrica de Iluminação Pública e de outros órgãos Municipais no montante de R\$10.021 já contemplando a redução de juros, multas e 95% de correção monetária, tendo sido recebido totalmente em 2016.
- c) As controladas EMG, ESE, EPB, EBO e ENF reverteram provisão de R\$2.004 em face do transitado em julgado da decisão em ação monitória movida contra RGE SUL.
- d) O saldo da conta de Serviços especializados na controladora, em 30 de junho de 2017, inclui valores referentes à Serviços prestados a Centrais Elétricas de Rondônia no montante de R\$115 (R\$ 46 em dezembro de 2016) e R\$27.211 (R\$5.943 em dezembro de 2016) referente a transações, conforme divulgado na nota explicativa nº 14

## 8. Títulos de créditos a receber - consolidado

	Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016
Títulos de créditos a receber <sup>(b)</sup>	35.257	31.155
Processo execução de precatórios PM de Cuiabá <sup>(a)</sup>	23.750	25.320
Ajuste a valor presente <sup>(b)</sup>	(25.445)	(24.610)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.386)	(3.900)
	<b>31.176</b>	<b>27.965</b>
Circulante	11.055	9.661
Não circulante	20.121	18.304

- (a) Ação de Execução (processo nº 383/2001 - 3ª Vara de Fazenda Pública - Cuiabá) da controlada indireta EMT, ajuizada em desfavor do Município de Cuiabá, que deu origem ao Precatório Requisitório nº 13.699/2004/TJMT. Em 17 de junho de 2016, foi assinada a petição na Central de Conciliação de Precatórios, do precatório requisitório nº 13.699/2004, resultou em acordo entre a controlada indireta EMT e o Município de Cuiabá/MT, pelo qual foi fixado crédito a ser pago, de forma parcelada, no valor original do precatório requisitório de R\$28.320, que está sendo recebido em 66 parcelas fixas de R\$500, corrigidos pela taxa de 0,5% ao mês, e a última parcela, de nº 67, no valor de R\$183. Os recebimentos das parcelas foram iniciados em 10 de agosto de 2016 e as demais parcelas possuem vencimento em 25 de cada mês. Os recebimentos estão sendo realizados nas datas do vencimento. Foi constituído ajuste a valor presente no montante de R\$1.889 (R\$1.977 em 31 de dezembro de 2016), utilizando-se a taxa média anual do CDI de 12,13% ao ano, registrado em outras despesas financeiras.
- (b) As controladas EDEVP, EEB, CNEE e CFLO, incorporadas em 30 de junho de 2017 pela ESS, em 2003, possuem créditos de origem não tributária decorrentes da condenação da União Federal em ação indenizatória, com finalidade de compensação de impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, reconhecidos por decisão judicial transitada em julgado. Referidos créditos estão sob em ação judicial movida pela detentora do crédito contra a União Federal. As controladas ingressaram nesta ação com pedido de assistência o que foi indeferido pelo Juiz de Primeira Instância por fundamentos de ordem meramente processual. Contra a referida decisão, foi apresentado recurso, que aguarda apreciação pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Com a adesão ao Parcelamento Excepcional - PAEX, nos termos da Medida Provisória nº 303/2006, em 15/12/2006, as controladas desistiram da compensação tributária dos referidos créditos e mantém a discussão judicial, com a finalidade de ver reconhecido seu direito ao crédito. A recuperação do crédito depende do sucesso da referida ação judicial, sendo considerado possível o êxito da ação pelos assessores jurídicos da Companhia. A Administração reconheceu provisão para perdas no valor recuperável desse ativo, registrada como redutora na rubrica títulos de créditos a receber no consolidado no montante de R\$21.400 (R\$21.400 em 31 de dezembro de 2016).

Em 30 de junho de 2017, os vencimentos dos títulos de créditos são:

## Notas Explicativas

Títulos vencidos	Consolidado (*)
Vencidos	3.304
2017	7.000
2018	7.328
2019	7.277
2020	5.887
2020 em diante	2.766
<b>Total</b>	<b>33.562</b>

(\*) Apresentado líquido do ajuste a valor presente.

## 9. Dividendos a receber

Segue demonstrativo de dividendos a receber das controladas:

Dividendos a receber	Controladora	
	30/06/2017	31/12/2016
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A	-	1.852
Rede Energia S/A	-	11.295
Denerge Desenvolvimento Energético S/A	-	13.947
Energisa Minas Gerais Distribuidora de Energia S/A	-	1.043
Energisa Nova Friburgo Distribuidora de Energia S/A	-	2.208
Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	-	862
Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda.	2.225	1.086
<b>Total - Ativo Circulante</b>	<b>2.225</b>	<b>32.293</b>

## 10. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS <sup>(a)</sup>	-	-	213.678	200.017
Imposto de renda retido fonte - IRRF <sup>(b)</sup>	24.092	11.541	44.506	29.801
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ <sup>(c)</sup>	26.753	38.665	284.723	291.072
Contribuição social sobre o lucro - CSSL <sup>(c)</sup>	3.466	3.549	60.147	57.788
Contribuições ao PIS e a COFINS <sup>(d)</sup>	746	320	127.124	107.007
Outros	14	1	36.336	33.574
	<b>55.071</b>	<b>54.076</b>	<b>766.514</b>	<b>719.259</b>
Circulante	48.329	32.477	551.385	485.838
Não circulante	6.742	21.599	215.129	233.421

- (a) Corresponde basicamente aos créditos de ICMS originados das aquisições dos equipamentos e materiais para o ativo imobilizado e intangível das controladas, realizáveis nos próximos 48 meses mediante as compensações mensais com o imposto incidente sobre a venda de energia elétrica aos consumidores. Além disso, inclui R\$19.924 referente a carta de créditos adquiridos junto ao Estado de Mato Grosso pela controlada indireta EMT. Essa carta de crédito foi apresentada como garantia na habilitação para usufruir dos benefícios fiscais instituídos pela Lei 9.165/2009, cuja prestação de contas ocorreu em 07 de novembro de 2014 e aguarda homologação da SEFAZ-MT. A Administração possui provisão para perdas constituída da totalidade dos créditos em face da incerteza de sua realização.
- (b) Imposto de renda originado principalmente de retenções realizadas sobre rendimentos de aplicações financeiras, juros sobre contratos de mútuo e serviços prestados a terceiros. Os saldos são compensados com as antecipações mensais de IRPJ, sendo o valor excedente não utilizado dentro do próprio exercício incorporado ao saldo negativo de IRPJ do ano calendário.
- (c) Na controladora corresponde a retenções sobre o rendimento de aplicações financeiras e contratos de mútuo, não compensados em anos calendários anteriores que serão incorporados aos saldos negativos de IRPJ e CSSL. Nas controladas se refere a saldos negativos de imposto de renda e contribuição social apurados em anos calendários anteriores, decorrentes de estimativas pagas a maior, que serão utilizados para compensação de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil.
- (d) Corresponde à pagamento a maior de PIS e COFINS, relativo ao custo de aquisição de energia comprada para revenda, encargos de conexão, serviços e demais custos relacionados à atividade de distribuição de energia elétrica das controladas e inclui 18 parcelas remanescentes de créditos constituídos até 31 de dezembro de 2014 sobre máquinas, equipamentos, materiais e de prestação de serviços incorporados ao ativo intangível e imobilizado, recuperáveis em 1/48 avos, conforme legislação vigente a época da constituição do saldo. A partir do exercício de 2016, em razão da alteração da Lei 12.973/2014, na atividade de distribuição de energia, os créditos passaram a ser constituídos sobre a cota de depreciação/amortização dos bens e equipamentos utilizados na atividade operacional.

## Notas Explicativas

### 11. Revisão e reajuste tarifário periódico - consolidado

#### 11.1 Reajustes tarifários:

Pela execução dos serviços, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores às tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

As tarifas das controladas foram reajustadas conforme segue:

Distribuidoras	Resolução Homologatória	Efeito médio a ser percebido pelos consumidores (%)	Vigência (início)
ESS	Resolução 1.888, de 05/05/2015	1,85%	10/05/2015
CFLO	Resolução 1.907, de 23/06/2015	16,54%	29/06/2015
CNEE	Resolução 1.889, de 05/05/2015	-3,62%	10/05/2015
EBO	Resolução 2.019, de 02/02/2016	6,91%	04/02/2016
EDEVP	Resolução 1.886, de 05/05/2015	-0,09%	10/05/2015
EEB	Resolução 1.887, de 05/05/2015	-0,23%	10/05/2015
EMG	Resolução 2.254, de 13/06/2017	0,76%	22/06/2017
EMS	Resolução 2.215, de 04/04/2017	-1,92%	08/04/2017
EMT	Resolução 2.216, de 04/04/2017	-2,10%	08/04/2017
ENF	Resolução 2.253, de 13/06/2017	-4,32%	22/06/2017
EPB	Resolução 2.126, de 23/08/2016	5,13%	28/08/2016
ETO	Resolução 1.919, de 30/06/2015	5,88%	04/07/2015
ESE	Resolução 2.224, de 19/04/2017	9,29%	22/04/2017

A ANEEL através Resolução Autorizativa nº 6.318 e Resolução Homologatoria 2.271, de 11 de Junho de 2017, aprovou o primeiro índice de reajuste tarifário da Energisa Sul Sudeste, que passará a ter uma tarifa única, sendo que, dado que as distribuidoras anteriormente possuíam tarifas distintas, o efeito médio percebido pelos consumidores da nova concessão agrupada neste primeiro ano será diferenciado, conforme tabela abaixo, aplicada a partir de 12 de julho de 2017.

Efeito Médio para o Consumidor	Caiuá	EEB	EDEVP	CNEE	CFLO
Efeito Médio Total	2,13%	-10,32%	-1,46%	5,52%	-0,60%

#### 11.2 Reajuste tarifário extraordinário:

A ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), em reunião realizada em 27 de fevereiro de 2015, deliberou por conceder, a partir de 02 de março de 2015, reajuste tarifário extraordinário (RTE) diferenciado para todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica do país. As controladas que compõem o Grupo Energisa tiveram os seguintes efeitos médios:

Efeito médio da RTE por distribuidora:

Distribuidoras	Ato ANEEL	Efeito médio para o consumidor (%)	Vigência (início)
EMG	Resolução 1.858, de 27/02/2015	26,89%	02/03/2015
ENF	Resolução 1.858, de 27/02/2015	26,05%	02/03/2015
EPB	Resolução 1.858, de 27/02/2015	3,82%	02/03/2015
EBO	Resolução 1.858, de 27/02/2015	0,61% <sup>(1)</sup>	02/03/2015
ESE	Resolução 1.858, de 27/02/2015	8,00%	02/03/2015
EMT	Resolução 1.858, de 27/02/2015	26,80%	02/03/2015
ETO	Resolução 1.858, de 27/02/2015	4,46%	02/03/2015
EMS	Resolução 1.858, de 27/02/2015	27,86%	02/03/2015
CNEE	Resolução 1.858, de 27/02/2015	35,21%	02/03/2015
ESS	Resolução 1.858, de 27/02/2015	32,36%	02/03/2015
EDEVP	Resolução 1.858, de 27/02/2015	29,40%	02/03/2015
EEB	Resolução 1.858, de 27/02/2015	38,49%	02/03/2015
CFLO	Resolução 1.858, de 27/02/2015	31,88%	02/03/2015

<sup>(1)</sup> valor retificado homologado pela Resolução Homologatória nº 1.870 de 07/04/2015.

**Notas Explicativas**  
 O reajuste tarifário extraordinário (RTE) aplicado tem por objetivo adequar a cobertura tarifária dos custos atuais com Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e compra de energia.

### 11.3 Bandeiras tarifárias:

A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional -SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia - TE.

O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por:

Bandeira Tarifária Verde;

Bandeira Tarifária Amarela;

Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2;

A Bandeira Tarifária Verde indica condições favoráveis de geração de energia, não implicando acréscimo tarifário.

A Bandeira Tarifária Amarela indica condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$2,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês.

A Bandeira Tarifária Vermelha indica condições ainda mais custosas de geração. Essa bandeira é dividida em dois patamares, quais sejam:

Patamar 1: com a aplicação de uma tarifa de R\$3,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês;

Patamar 2: com aplicação de uma tarifa de R\$3,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês.

Os valores das Bandeiras Tarifárias Amarela e Vermelha, por patamar, são fixados anualmente pela ANEEL, por meio de Resolução Homologatória, a partir da previsão de custos relativos à geração de energia por fonte termelétrica e exposições ao mercado de curto prazo que afetem os agentes de distribuição.

A Resolução Homologatória nº 2.203/2017, com vigência a partir de fevereiro/2017, homologou os valores de Bandeiras Tarifárias Amarela e Vermelha, mencionadas anteriormente.

Em 2017, nos meses de abril e maio, foram aplicados a bandeira tarifária vermelha com patamar 1 e bandeira verde para os demais meses.

### 11.4 Revisão tarifária:

As revisões tarifárias periódicas das controladas ocorrem: (i) a cada quatro anos na EBO, EPB e ETO, e (ii) a cada cinco anos na ESE, EMT, EMS, EMG, ENF, ESS, EEB, CNEE, EDEVP e CFLO.

Nesse processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Resumem-se, a seguir, as revisões tarifárias em vigor:

Distribuidoras	Ato ANEEL	Efeito médio para o consumidor (%)	Vigência (início)
CAIUÁ (*)	Resolução 2.071, de 03/05/2016	-0,94%	10/05/2016
CFLO (*)	Resolução 2.095, de 21/06/2016	-16,48%	29/06/2016
CNEE (*)	Resolução 2.073, de 03/05/2016	-0,37%	10/05/2016
EBO	Resolução 2.200, de 31/01/2017	0,43%	04/02/2017
EDEVP (*)	Resolução 2.072, de 03/05/2016	1,69%	10/05/2016
EEB (*)	Resolução 2.074, de 03/05/2016	1,84%	10/05/2016
EMG	Resolução 2.092, de 21/06/2016	2,16%	22/06/2016
EMS	Resolução 1.505, de 05/04/2013	-3,17%	08/04/2013
EMT	Resolução 1.506, de 05/04/2013	0,95%	08/04/2013
ENF	Resolução 2.091, de 21/06/2016	8,86%	22/06/2016
EPB	Resolução 1.592, de 27/08/2013	-3,02%	28/08/2013
ESE	Resolução 1.513, de 16/04/2013	4,08%	22/04/2013
ETO	Resolução 2.105, de 27/06/2016	12,81%	04/07/2016

(\*) Em 30 de junho de 2017 a CAIUÁ, atualmente denominada ESS incorporou a CFLO, CNEE, EDEVP e EEB.

### 11.5. Outros assuntos regulatórios - sobrecontratação:

#### Notas Explicativas

A sobrecontratação das distribuidoras do grupo Energisa é decorrente, principalmente, da obrigatoriedade que foi imposta às concessionárias de energia elétrica de adquirir energia no Leilão A-1 de 2015 e da migração de clientes especiais para o Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Em razão de regra disposta no Decreto nº 5.163/04, independentemente da sua necessidade, as distribuidoras de energia elétrica do país estavam sujeitas à aquisição obrigatória de um mínimo de 96% dos seus Montantes de Reposição no último leilão de 2015, sendo que o descumprimento dessa regra configuraria riscos alheios à gestão dos agentes, inclusive com a imposição de prejuízos às controladas, distribuidora de energia elétrica, oriundos de atividade não remunerada (a aquisição de energia).

Para afastar os prejuízos decorrentes da aquisição de energia que lhe foi imposta, mitigando a sua sobrecontratação, ao longo de 2016 e ainda em 2017, o grupo Energisa emvidou e vem emvidando seus melhores esforços e utilizando-se de todos os mecanismos disponíveis, tais como a participação nos MCSDs Mensais e de Energia Nova e a realização de acordos bilaterais com geradores. Mesmo assim, considerando que um dos últimos mecanismos ainda não foi realizado (o MCSD Ex-Post), as distribuidoras do grupo Energisa, em conjunto, estimam ter encerrado o ano de 2016 com 110,3% de nível de contratação (revisado no 2T17 em função de atualização de parâmetros regulatórios e acordos bilaterais retroativos), sendo que o excedente, acima dos 100%, até o limite de 105%, é liquidado pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) ao longo do ano.

Por isso, o Grupo Energisa, baseando-se tanto em parecer técnico de reconhecido escritório de advocacia e em manifestações da ABRADEE, quanto em interações com a Aneel, recorreu à esta para que essa sobrecontratação seja reconhecida como involuntária, afastando-se os prejuízos das controladas, distribuidoras de energia elétrica

O Poder Concedente, inclusive indicando a sua convergência com o entendimento do grupo Energisa, alguns meses após a realização do leilão A-1 e após iniciadas as discussões com relação ao equívoco na sua realização, diante do cenário de maior retração da economia e da renda, e, por conseguinte, da carga atendida pelos agentes de distribuição, editou o Decreto nº 8.828/16, alterando a obrigação aquisição do montante mínimo obrigatório para futuros leilões, quando desnecessária. Quanto ao passado, foram mantidas as discussões e análise do tema junto aos agentes.

Da mesma forma, com relação à migração de clientes especiais do mercado cativo para o mercado livre, a ANEEL alterou a regulamentação permitindo a devolução da energia a eles correspondente, a partir de leilão A-1 de 2016. Não sendo possível a redução dos contratos existentes uma vez que esta possibilidade não estava clara para o vendedor no edital dos leilões anteriores, resta o reconhecimento destas sobras como involuntárias.

Em reunião da Diretoria da Aneel, realizada em 25 de abril de 2017, o regulador definiu que a aprovação da involuntariedade de cada distribuidora será avaliada individualmente, considerando o máximo esforço para atingimento do nível de cobertura contratual, conforme previsto na Resolução Normativa 453/2011. Cabe destacar que os processos administrativos abertos pelas empresas do setor de energia elétrica não foram deliberados pela ANEEL.

No período findo em 30 de junho de 2017 as controladas, distribuidoras de energia elétrica, revisaram os níveis de contratação em função de atualização de parâmetros regulatórios e acordos bilaterais retroativos, por esta razão foi aplicada redução da provisão de perdas incorridas não repassáveis, na mesma proporção que atualizados os custos com base nas informações supracitadas para as tarifas em R\$4.212, dos quais R\$45.036 foram constituídos em dezembro de 2016 reconhecidos na demonstração do resultado do período no consolidado.

### 12. Ativo e Passivo Financeiro Setorial - consolidado

---

A conta Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela "A" - CVA é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas.

Desde o exercício de 2014 a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das controladas de distribuição de energia elétrica, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica - Parcela A e outros itens financeiros o que permitiu a contabilização dos saldos da CVA de forma prospectiva de acordo com o OCPC 08.

No termo aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

Desta forma, os valores reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços.

## Notas Explicativas

As controladas distribuidoras de energia elétrica, contabilizaram as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, conforme demonstrado a seguir:

Ativos e passivos financeiros setoriais	Saldo em 31/12/2016	Receita Operacional		Resultado financeiro	Saldo em 30/06/2017
		Adição	Amortização		
<b>Itens da Parcela A (i)</b>					
Energia elétrica comprada para revenda	243.701	91.399	(188.640)	92	146.552
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	12.635	(7.051)	(10.035)	(197)	(4.648)
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	29.905	(30.673)	(13.571)	665	(13.674)
Transporte de Energia Elétrica - Itaipu	4.094	(5.723)	(2.193)	(394)	(4.216)
Encargo de serviços de sistema ESS (iii)	(242.831)	(140.310)	73.251	(9.193)	(319.083)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(9.311)	(100.047)	(72.514)	(6.351)	(188.223)
<b>Componentes financeiros</b>					
Neutralidade da Parcela A (iv)	65.240	(1.702)	(19.720)	1.035	44.853
Sobrecontratação de energia (ii)	(24.785)	(86.108)	56.148	520	(54.225)
Devoluções Tarifárias (*)	(19.982)	(11.264)	16.119	(1.060)	(16.187)
CUSD	13	5.570	(305)	14	5.292
Exposição de submercados	(99.713)	96.714	33.224	(946)	29.279
Garantias Financeiras (v)	4.875	1.957	(2.089)	179	4.922
Saldo a Compensar da CVA do ciclo anterior (vi)	(33.338)	4.635	33.256	-	4.553
Outros itens financeiros (vii)	(42.941)	(10.689)	69.389	(447)	15.312
<b>Total Ativo e Passivo</b>	<b>(112.438)</b>	<b>(193.292)</b>	<b>(27.680)</b>	<b>(16.083)</b>	<b>(349.493)</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>538.771</b>				<b>378.296</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>152.130</b>				<b>158.277</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>(631.701)</b>				<b>(655.735)</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>(171.638)</b>				<b>(230.331)</b>

(\*) A adição do período de R\$11.264 (R\$17.746 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a receita de Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativo, reconhecida pelas controladas indiretas ESS, EEB, CNEE, EDEVP e CFLO e pela controladas diretas EMG e ENF de acordo com Despacho ANEEL nº2.194/2016, o qual determinou que para operacionalizar os efeitos contábeis em consonância com o PRORET, a partir do 4º ciclo de Revisão Tarifária os novos valores decorrentes de Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativo deverão ser apropriados em Passivos Financeiros Setoriais- Devoluções Tarifárias sendo atualizados mensalmente de acordo com o índice de correção monetária estabelecido no PRORET (IPCA) e somente começará a ser amortizado quando da homologação no 5º CRTP (Ciclo de Revisão Tarifária Periódica).

Ademais, no período foram transferidos para Obrigações Especiais os valores de R\$16.119 e R\$270 demonstrados na amortização e no resultado financeiro do período, respectivamente referente ao Ofício Circular 112/2017-SFF/ANEEL, exclusivo para as distribuidoras que renovaram o contrato de concessão, que definiu que os dados de Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativo acumulados até a competência fevereiro/2017 e os dados posteriores a março/2017 sejam contabilizados como Passivo Financeiro Setorial.

Assim, impactando, de forma líquida, no montante de R\$ 4.854 na Receita de Ultrapassagem de demanda e Excedentes de reativos do consolidado e R\$ 270 na Receita financeira, em concordância com as normais supracitadas acima.

### (i) Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

### (ii) Repasse de sobrecontratação/exposição involuntária de energia

As distribuidoras devem garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado aos cinco por cento em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo. Conforme mencionado na nota 11.5, valores superiores ao limite de cento e cinco por cento estão em discussão e, portanto, ainda não foram reconhecidos.

### (iii) Encargo de Serviço do Sistema - ESS

Representa um encargo destinado a cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços ancilares, prestados pelos usuários.

### (iv) Neutralidade

Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas.

**Notas Explicativas**(v) **Garantias Financeiras**

Repassa dos custos decorrentes da liquidação e custódia das garantias financeiras previstas nos contratos de que tratam os art. 15 (geração distribuída por chamada pública), art. 27 (CCEAR de leilões de energia nova e existente) e art. 32 (leilões de ajuste) do Decreto nº 5.163/2004.

**(vi) Saldo a Compensar da CVA do ciclo anterior**

Conforme previsto no § 4º do artigo 3º da Portaria Interministerial MME/MF nº 25/2002, verifica-se se o Saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros SELIC verificada.

**(vii) Outros itens financeiros**

Considera-se os demais itens financeiros de característica não recorrentes e específico das Distribuidoras, tais como, Reversão do financeiro RTE2015, Diferencial Eletronuclear, Repasse de Compensação DIC/FIC, etc.

**13. Outros créditos**

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Eletrobrás subvenção baixa Renda Baixa renda <sup>(1)</sup>	-	-	45.586	41.255
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	-	-	132.943	131.516
Ordens de serviço em curso - outros	-	-	23.424	27.970
Ordens de desativação em curso	-	-	9.009	7.870
Ordens de dispêndio a reembolsar - ODR	-	-	326	651
Adiantamentos a fornecedores e empregados	527	709	42.702	24.157
Subvenção CDE - desconto tarifário <sup>(2)</sup>	-	-	158.205	113.769
Subvenção CDE - bandeiras tarifárias	-	-	23.709	5.033
Banco Daycoval <sup>(3)</sup>	-	-	176.873	176.791
Provisão para perdas Banco Daycoval <sup>(3)</sup>	-	-	(176.791)	(176.791)
Outros créditos a receber - CELPA - em "Recuperação Judicial" <sup>(4)</sup>	-	-	67.317	66.144
(-) Ajuste a valor presente - CELPA <sup>(4)</sup>	-	-	(21.580)	(22.626)
Sub-rogação da CCC <sup>(5)</sup>	-	-	23.997	24.617
Aquisição de combustível p/ conta CCC	-	-	39.752	42.537
Padrão de baixa renda	-	-	2.927	3.105
Plano de Universalização	-	-	1.567	2.089
Adiantamento fundo de pensão	-	-	8.704	8.704
Créditos a receber Banco Pine	-	-	1.663	1.663
Despesas pagas antecipadamente	1.905	7.541	20.928	28.549
Contas a receber de venda das empresas de geração <sup>(6)</sup>	62.020	62.020	62.020	62.020
Créditos a receber de terceiros <sup>(7)</sup>	-	-	24.388	26.420
Ressarcimento de geradores	-	-	1.175	1.175
Créditos a receber Estado de Tocantins <sup>(8)</sup>	-	-	103.305	109.682
(-) Provisão para ajuste a valor de realização de créditos a receber <sup>(8)</sup>	-	-	(20.328)	(20.328)
Adiantamentos - Inergus <sup>(9)</sup>	-	-	12.589	12.589
Créditos a receber da Eletrobrás - LPT <sup>(10)</sup>	-	-	26.546	26.546
Outros <sup>(1)</sup>	3.403	1.530	21.289	36.210
<b>Total</b>	<b>67.855</b>	<b>71.800</b>	<b>812.245</b>	<b>761.317</b>
Circulante	67.855	71.800	658.873	601.885
Não circulante	-	-	153.372	159.432

(\*) Inclui, na controladora R\$20.328 (R\$20.328 em 31 de dezembro de 2016) de provisão para ajuste a valor de realização de créditos a receber e no consolidado, mais o montante de R\$5.183 (R\$5.183 em 31 de dezembro de 2016) referente a provisão para créditos de liquidação duvidosa. Além disso, na controladora, é reconhecido um montante de R\$2.915 (R\$2.067 em 31 de dezembro de 2016) referente a transações entre as partes relacionadas dos serviços prestados de comissão de aval.

**(1) Baixa renda - consolidado**

Esses créditos referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, com consumo mensal inferior a 220 kWh, cumprido certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da Eletrobrás. Os saldos ainda não ressarcidos estão registrados no balanço patrimonial na rubrica "outros créditos" no ativo circulante consolidado. A Administração das controladas não espera apurar perdas na realização dos saldos.

Segue a movimentação ocorrida no período/exercício:

**Notas Explicativas**

	EMG	ENF	ESE	EPB	EBO	EMT	ETO	EMS	ESS (*)	Total
<b>Saldos consolidados em 31/12/2016</b>	<b>4.099</b>	<b>292</b>	<b>6.302</b>	<b>7.401</b>	<b>1.548</b>	<b>6.939</b>	<b>5.375</b>	<b>5.344</b>	<b>3.955</b>	<b>41.255</b>
Subvenção baixa renda	8.660	891	18.965	37.416	4.215	20.789	15.251	15.440	9.244	130.871
Ressarcimento Eletrobrás	(7.209)	(875)	(18.638)	(37.930)	(3.670)	(17.610)	(15.368)	(16.052)	(9.188)	(126.540)
<b>Saldos consolidados em 30/06/2017</b>	<b>5.550</b>	<b>308</b>	<b>6.629</b>	<b>6.887</b>	<b>2.093</b>	<b>10.118</b>	<b>5.258</b>	<b>4.732</b>	<b>4.011</b>	<b>45.586</b>

(\*) Inclui as controladas, CFLO, CNEE, EEB e EDEVP, incorporadas em 30 de junho de 2017 pela ESS.

**(2) Subvenção CDE - desconto tarifário - consolidado**

Refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, através do Decreto nº 7.891 de 23 de janeiro de 2013, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, nos termos do inciso VII do caput do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

As controladas EMG, ENF, (CNEE, EDEVP, EEB, CFLO, incorporadas em 30 de junho de 2017 pela ESS) e EMS desde 02 de setembro de 2015 possuem ação ordinária onde foi ajuizado o direito de promover mensalmente a compensação das subvenções a receber de CDE e baixa renda, com os valores a pagar de CDE com a CCEE -Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. Desta forma, até junho de 2017, foram compensados R\$106.298 referente à subvenção CDE e R\$33.314 referente subvenção baixa renda.

Em 30 de junho de 2017, o saldo corresponde à subvenção incorridas nos meses de maio a junho de 2017, cujo ressarcimento a administração da empresa estará compensando no terceiro trimestre de 2017.

Segue a movimentação ocorrida no período:

	EMG	ENF	ESE	EPB	EBO	EMT	ETO	EMS	ESS (*)	Total
<b>Saldos consolidados em 31/12/2016</b>	<b>9.417</b>	<b>86</b>	<b>4.236</b>	<b>15.082</b>	<b>193</b>	<b>48.629</b>	<b>8.835</b>	<b>14.830</b>	<b>12.461</b>	<b>113.769</b>
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	27.155	1.223	21.724	26.863	3.778	105.588	24.999	70.595	36.260	318.185
Ressarcimento pela Eletrobrás	(24.013)	(832)	(21.664)	(26.728)	(1.856)	(92.364)	(24.839)	(55.836)	(25.617)	(273.749)
<b>Saldos consolidados em 30/06/2017</b>	<b>12.559</b>	<b>477</b>	<b>4.296</b>	<b>15.217</b>	<b>2.115</b>	<b>61.853</b>	<b>8.995</b>	<b>29.589</b>	<b>23.104</b>	<b>158.205</b>

(\*) Inclui as controladas, CFLO, CNEE, EEB e EDEVP, incorporadas em 30 de junho de 2017 pela ESS.

**(3) Banco Daycoval**

Refere-se à transferência de valor efetuado pelo Banco Daycoval S/A para a conta corrente da acionista Rede Energia S/A, em 28 de fevereiro de 2012, para quitação de dívidas vencidas por antecipação desta holding, conforme justificativa da Instituição Financeira. A Administração das controladas indiretas EMT, CAIUÁ e EMS consideram essas transferências indevidas e ajuizaram uma medida judicial para a recuperação desse valor.

Ocorre que o Plano para a recuperação e correção das falhas e transgressões que motivaram a intervenção na EMT, CAIUÁ e EMS foi aditado após a aprovação pela Assembleia Geral de Credores da Recuperação Judicial da Rede Energia S/A. Em 17 de dezembro de 2013, a ANEEL aprovou, através da Resolução Autorizativa nº 4.463, o Plano ANEEL e acolheu a proposta da ENERGISA para a realização de uma Antecipação para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no valor equivalente ao saque efetuado pelo Banco Daycoval S/A.

Dessa forma, a restituição da aplicação financeira das controladas indiretas EMT, ESS e EMS passaram depender tão somente da demanda judicial movida pelas controladas, caracterizando um ativo contingente, visto que sua realização será confirmada apenas pela ocorrência ou não de eventos futuros, incertos, não totalmente sob o controle da entidade. Por este fato, a Administração das controladas indiretas, decidiu provisionar a perda dos valores enquanto aguarda o andamento do questionamento jurídico.

**(4) Créditos a receber CELPA**

Crédito que as controladas indiretas EMT, ETO, EMS e ESS (incorporadora da CNEE, CFLO, EDEVP) e Rede Serviços tem a receber da Centrais Elétricas do Pará S/A - CELPA - em "Recuperação Judicial", oriundo de transações entre partes relacionadas. Os créditos intra-grupo serão parcialmente assumidos pela Rede Power do Brasil S/A, até onde se compensarem, que passará a responder perante às Partes Relacionadas pela parcela do crédito assumido e serão compensados. Do saldo total, cerca de 69% foram assumidas pela Rede Power do Brasil S/A e o restante será pago em parcelas semestrais a partir do último dia do mês de setembro de 2019, com conclusão em setembro de 2034. As controladas indireta mantém ajuste a valor presente dos créditos a receber no valor de R\$21.580 (R\$22.626 em 31 de dezembro de 2016).

**(5) Sub-rogação da CCC**

Em conformidade com as disposições da Resolução ANEEL nº 784, de 24 de dezembro de 2002, e Resolução Autorizativa - ANEEL nº 81, de 09 de março de 2004, a controlada indireta EMT foi enquadrada na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC, que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais. Para fins de cálculo do benefício, foram aprovados os seguintes projetos com saldos a receber em aberto:

- Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro, energizado em 31 de outubro de 2013, com projeto e subsídio aprovado no montante de R\$32.254, por meio da Resolução Autorizativa nº 1.877 de 07 de abril de 2009. Foram recebidos R\$1.215 em 2014, R\$3.111 em 2015, R\$3.311 em 2016 e R\$620 até junho de 2017, totalizando R\$8.257. O saldo remanescente é de R\$23.997 (R\$24.617 em 31 de dezembro de 2016).

**Notas Explicativas**

O Despacho ANEEL nº 4.722, de 18 de dezembro de 2009, para aplicação nas publicações do exercício de 2009, trata nos itens 53 e 54, a respeito da contabilização do subsídio recebido pela concessionária, oriundo do fundo da CCC em virtude de obras que visam à redução de custos com combustíveis térmicos e consequente redução de óleo diesel no processo de geração de energia em nosso país.

O mencionado despacho determina que todos os valores já recebidos ou aprovados sejam registrados no grupo de contas "223 - Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica". Dentro desse grupo é feita a segregação dos valores já efetivamente recebidos e dos valores pendentes de recebimento que já foram aprovados pelo órgão regulador.

A controlada EMT tem registrado os valores referentes a esse subsídio da seguinte forma:

Obra	Status	Valor aplicado	Valor sub-rogado	Recebido	A receber	
					30/06/2017	31/12/2016
Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro	em serviço	45.166	32.254	8.257	23.997	24.617
<b>Total</b>					<b>23.997</b>	<b>24.617</b>
<b>Circulante (Principal)</b>					2.601	2.204
<b>Total do Circulante</b>					<b>2.601</b>	<b>2.204</b>
<b>Não Circulante (Principal)</b>					21.396	22.413
<b>Total do Não circulante</b>					<b>21.396</b>	<b>22.413</b>

**(6) Contas a receber de venda das empresas de geração**

A Energisa possui o montante a receber de R\$113.500 pela venda de seus ativos de geração de energia elétrica, referente a valor adicional de ajustes de preços sujeitos ao cumprimento de determinadas condições precedentes, conforme consta nos contratos de compra e venda firmados com a compradora.

A Companhia estimou a controvérsia em R\$51.480, valor que foi registrado pela Energisa como redutor aos resultados descontinuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

O recebimento desse valor faz parte de um processo arbitral iniciado pela Companhia contra a compradora.

**(7) Créditos receber de terceiros**

Refere-se a uso mútuo de poste e venda de sucatas.

**(8) Créditos a receber do Estado de Tocantins**

Refere-se a valores que a controlada indireta ETO tem a receber do Governo do Estado do Tocantins, a saber:

	30/06/2017	31/12/2016
<b>Saldo inicial - não circulante - 31/12/2016 e 31/12/2015</b>	<b>109.682</b>	<b>98.781</b>
Amortização realizado no período/exercício	(7.497)	(2.326)
Atualização monetária - IGPM	1.120	13.227
<b>Saldo anterior a provisão</b>	<b>103.305</b>	<b>109.682</b>
(-) Provisão para ajuste a valor de realização de créditos a receber	(20.328)	(20.328)
<b>Saldo final - não circulante - 30/06/2017 e 31/12/2016</b>	<b>82.977</b>	<b>89.354</b>

Programa Reluz Tocantins:

O Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - RELUZ foi instituído em 2000 pela Eletrobrás, com o apoio do Ministério de Minas e Energia, e implementado pelas concessionárias de energia elétrica com a participação das prefeituras e governos estaduais. O Programa tem por objetivo o desenvolvimento de sistemas eficientes de iluminação pública e sinalização semafórica, bem como a valorização dos espaços públicos urbanos, melhorando a segurança da população. Estão habilitados ao programa os entes federativos (Municípios, Governos Estaduais e Distritos) por intermédio das concessionárias de energia elétrica. Os entes federativos interessados em incluir seus projetos no Programa RELUZ deverão dirigir-se diretamente às concessionárias de energia elétrica locais que negociarão e apresentarão a solicitação do financiamento à Eletrobrás, conforme orientações do Manual de Instruções do Programa. O financiamento da Eletrobrás é de até 75% do valor total do projeto. Os 25% restantes deverão constituir a contrapartida dos entes federativos e/ou das concessionárias de energia elétrica.

Buscando a melhoria e ampliação da iluminação pública dos municípios tocantinenses, o Governo do Estado do Tocantins implementou o Programa Reluz Tocantins, que teve como objetivo a execução de obras para eficiência energética do sistema de iluminação pública dos 139 municípios que compõem o Estado.

Em 24 de junho de 2010, o Governo do Estado firmou contrato de financiamento com a controlada indireta ETO, conforme autorizado pela Lei nº 2.305, de 24/3/2010. O referido contrato tem como objeto a contratação de financiamento de R\$82.423 do Governo do Estado junto à ETO e a execução, por parte da Companhia, das obras e serviços necessários para à implantação do Programa Reluz Tocantins. A forma de pagamento está estabelecida no contrato da seguinte forma:

- i. Transferência de estruturas e redes de energia elétrica de titularidade do Governo do Estado;
- ii. Transferência de ações ordinárias, correspondentes a 9% das ações de emissão da ETO e de titularidade do Governo do Estado;
- iii. Utilização da totalidade do montante de dividendos creditados;
- iv. O saldo remanescente após realizados os itens anteriores, deverá ser pago em 24 parcelas mensais, iguais e sucessivas.

## Notas Explicativas

A controlada indireta ETO executou todas as obras e serviços necessários ao Programa Reluz e recebeu a aprovação da finalização do programa pela Eletrobras, por meio da carta CTA-DF-5975/2013, de 11 de setembro de 2013 e encaminhou ao Governo do Estado todas as solicitações de envio de pagamento, conforme a conclusão dos eventos físicos previstos no cronograma do contrato e aprovação da Eletrobras.

Em 09 de julho de 2014, por meio de dação de pagamento, foi realizada a transferência de 9% das ações de emissão da ETO, de titularidade do Estado do Tocantins, um total de 34.085.056 ações preferenciais, correspondendo ao valor de R\$33.063.

O saldo a receber relacionado ao Programa Reluz Tocantins foi atualizado conforme cláusulas contratuais que, de forma geral, resumem-se em 7,5% a.a de atualização financeira sobre o saldo principal e para os pagamentos em atraso, a atualização monetária esta com base na variação mensal do IGPM/FGV, além de juros de 0,5% (meio por cento) ao mês e multa de 10% (dez por cento) sobre a totalidade do débito em atraso, isso perfaz um montante em 30 de junho de 2017 de R\$78.211 (R\$84.848 em 31 de dezembro de 2016), considerando-se o abatimento do saldo devedor dos dividendos creditados relativos aos exercícios de 2009, 2010, 2011, 2014, 2015 e 2016 bem como a dação em pagamento através da transferência de 9% das ações.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 28 de abril de 2017 foi homologado a distribuição de dividendos da ordem de R\$23.329 para o Estado de Tocantins que serão utilizados para abater do saldo devedor. Deste montante R\$7.497 foram amortizados em 16 de maio de 2017 e R\$15.832 será amortizado em julho de 2017.

Conforme previsto no contrato do Programa Reluz Tocantins, a controlada indireta ETO reteve os dividendos creditados ao acionista Estado do Tocantins, cumprindo o dispositivo contratual de que a ETO, a qualquer tempo, poderia utilizar os dividendos creditados para pagamento das parcelas vencidas do valor da dívida do Programa. Em 29/09/2013, o acionista Estado do Tocantins entrou com uma ação judicial para recebimento dos valores creditados a título de dividendos e, em decisão liminar, os valores foram depositados em juízo, até o julgamento de mérito da demanda. Após a concessão de Suspensão de Segurança pelo presidente do STJ, os valores bloqueados foram devolvidos à controlada indireta ETO nos dias 7 e 9 de abril de 2014. Caso a decisão final seja julgada em desfavor da controlada indireta ETO, o saldo devedor será recalculado sem considerar o pagamento efetuado por meio da compensação dos dividendos.

O convênio firmado para a implementação de 125 km de linhas de transmissão interligando Tocantinópolis a Xambioá. A prestação de contas da conclusão da obra foi apresentada ao Governo do Estado por meio da correspondência CE - 003/2012-DFC, de 29 de fevereiro de 2012. O valor a receber atualizado é de R\$25.094 (R\$24.834 em 31 de dezembro de 2016). Até o encerramento destas informações trimestrais, o Estado do Tocantins não havia liberado os recursos financeiros em conformidade com o plano de trabalho definido no Convênio.

Em 01 de julho de 2016, o Governo do Estado do Tocantins, através do Ofício nº 909/2016/SEFAZ/GASEC, confirmou o saldo devedor com a controlada indireta ETO no montante de R\$103.305, na data base de 30 de junho de 2016, referente ao convênio 028/2008 - linha de transmissão ligando Xambioá a Tocantinópolis e o Programa Reluz. Esse Ofício ainda confirma que as partes estão em tratativas para encontrar uma forma de parcelar e liquidar o referido saldo devedor, sendo que o valor final será objeto de confirmação quando da finalização dos trabalhos do Comitê de Análise dos Contratos Ativos firmados entre o acionista Estado do Tocantins e o Grupo Energisa, criado através do Decreto do Governador do Estado nº 5.436, de 25 de maio de 2016. Em 21 de novembro de 2016 o Governo do Estado publicou o Decreto nº 5.541 elegendo novamente o comitê. Diante desses novos fatos e da perspectiva de conclusão das negociações devido à criação do referido Comitê, a administração reavaliou a expectativa de realização dos créditos da controlada indireta ETO com o acionista Estado do Tocantins e estimou uma provisão no montante de R\$20.328 para ajuste a valor de realização de créditos a receber, registrado em outras despesas financeiras na demonstração de resultado do exercício de 2016.

### (9) Adiantamentos - INERGUS

Refere-se a recursos antecipados pela controlada Energisa Sergipe ao Instituto Sergipe de Seguridade Social ("INERGUS") para assegurar a liquidez e o fluxo financeiro do Plano de Benefício Definido (BD). Os valores transferidos ao Plano BD têm caráter de adiantamento por conta de cobertura de parte do déficit técnico, e que será objeto de Contrato de Confissão de Dívida, a ser celebrado entre a controlada ESE e o INERGUS.

### (10) Créditos a receber das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobrás (LPT)

A controlada indireta Energisa TO reconheceu no exercício créditos a receber no montante R\$26.546 (R\$26.546 em 31 de dezembro de 2016), referente às liberações finais da 4ª e 5ª Tranche da subvenção econômica do Programa Luz Para Todos prevista no Contrato Nº ECFS-343/2013 firmado em 19/12/2013 com Eletrobrás, em face da finalização do processo de prestação de contas, cujos recursos são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), e que se destinam a aplicação integral no âmbito do Programa, tendo como contra partida a conta de Obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica.

## 14. Transações com partes relacionadas

A Companhia é a holding do Grupo Energisa, que detém o controle acionário das empresas citadas na nota explicativa nº 4, sendo controlada diretamente pela Gipar S/A (66,13% do capital votante).

A Gipar S/A é controlada pela Nova Gipar (100% do capital votante), que por sua vez é controlada pela Itacatu S/A (67,27% do capital votante) e pela Multisetor S/A (29,58% do capital votante). A Itacatu S/A é controlada pela Multisetor S/A (72,15% do capital votante).

A Multisetor é controlada por Ivan Muller Botelho (77,64% do capital votante).

Os saldos com partes relacionadas são apresentados como segue:

### Notas Explicativas

Controladora	30/06/2017		31/12/2016	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Cientes, consumidores e concessionárias - serviços especializados	27.211	-	5.943	-
Outros Créditos - outros -Comissão de aval	2.915	-	2.067	-
<b>Mútuos (1):</b>				
. Energisa Soluções S/A (1)	23.697	-	18.459	-
. Rede Energisa Participações S/A (nova denominação social da (Rede Energia S/A) (1)	-	-	-	-
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A (1)	2.414	-	2.291	-
. Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A (2)	-	36.702	-	36.428
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A (3)	106.896	-	100.372	-
. QMRA Participações (créditos opção "C" - RJ) (3)	23.448	-	22.243	-
. QMRA Participações (1)	-	76.202	-	72.702
. Rede Energisa Participações S/A (nova denominação social da Rede Energia S/A) - RJ (3) e (4)	602.230	263.285	563.225	140.266
. Denerge Desenvolvimento Energético S/A (2)	-	6.265	-	20.212
. Multi Energisa Serviços S/A (1)	737	-	700	-
. Rede Energisa Participações S/A (nova denominação social da Rede Energia S/A) - RJ - efeito EDP	4.369	-	3.656	-
Total - não circulante	<b>763.791</b>	<b>382.454</b>	<b>710.946</b>	<b>269.608</b>
<b>Investimentos - Recursos destinados a futuro aumento de capital (5):</b>				
. Energisa Geração Central Solar Coremas S/A	-	-	25	-
. Parque Eólico Sobradinho S/A	379	-	875	-
. Energisa Geração Usina Maurício S/A	93	-	44	-
. Energisa Geração Central Eólica Boa Esperança S/A	2	-	13	-
. Energisa Geração Central Eólica Mandacaru S/A	12	-	13	-
. Energisa Geração Central Eólica Alecrim S/A	2	-	13	-
. Energisa Geração Central Eólica Muquim S/A	2	-	13	-
. Energisa Geração Energia S/A	1	-	16	-
. Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S.A	-	-	180	-
. Energisa Soluções S/A	-	-	3.000	-
	<b>491</b>	<b>-</b>	<b>4.192</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>794.408</b>	<b>382.454</b>	<b>723.148</b>	<b>269.608</b>

(1) Os mútuos possuem prazo de 24 meses, nos termos de contratos, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos. Os contratos de mútuos com partes relacionadas é remunerado pela taxa média de captação junto a terceiros, que no período foi em média de CDI + 0,9663 a.a (CDI + 1,1236 a.a em 31 de dezembro de 2016), e inclui o Instrumento particular de Cessão e aquisição de direitos de crédito e outras avenças firmado pela Energisa em 30 de junho de 2017 com as controladas Rede Energia e Rede Power, como segue:

.Instrumento particular de Cessão e aquisição de direitos de crédito e outras avenças em 30 de setembro de 2016 com as controladas Rede Energia e Rede Power nos montantes de R\$15.782 e R\$8.857, respectivamente, foi devido a transação das controladas Rede Energia e Rede Power em 18 de junho de 2008 com a EDP - Energias do Brasil S.A., celebrou instrumento particular de compromisso e permuta de ações e outras avenças tendo por objeto a permuta, sem torna, de ações de emissão da Energisa Mato Grosso do Sul, detidas pela EDP, por (i) ações ordinárias de emissão da Lajeado e ações preferenciais de emissão da Investco, detidas pela Rede Energia; e (ii) ações ordinárias Lajeado e ações ordinárias de emissão da Tocantins, detidas pela Rede Power. Nos termos e condições do Instrumento de permuta a EDP responsabilizou-se perante a Rede Energia e Rede Power, por determinada contingências passivas da Energia Mato Grosso do Sul. Em decorrência da obrigação de indenizar a EDP por força do instrumento particular de Cessão firmado entre a Energisa, Rede Energia e Rede Power, liquidou em 30 de setembro de 2016 o débito total de R\$24.639 diretamente com a Energisa que por sua vez passa a ser devedora junto devedora junto a Rede Energia e esta por sua vez com a controlada Rede Power. Os respectivos valores foram reconhecidos pelas controladas na demonstração do resultado do período no consolidado em outras receitas operacionais.

Em 30 de setembro a Energisa S.A. adquiriu créditos da Companhia Lajeado Energia, referentes a recuperação Judicial da Rede Energia S.A. -valor justo no montante de R\$2.418, esses créditos foram registrados como mútuo entre as Companhias. Os créditos serão atualizados de acordo com as regras já definidas na recuperação judicial.

(2) Contratos de abertura de crédito com prazo de 24 meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, sendo cobrado da creditada somente os custos com o IOF (imposto sobre operações financeiras) ou outro encargo, que durante a vigência do contrato venha a incidir sobre operações financeiras.

(3) Aquisição de créditos cedidos para recuperação judicial.

(4) Os créditos a receber da Rede Energia S/A, adquiridos dos credores, seriam pagos inicialmente pela Recuperanda nas seguintes condições: (i) o valor correspondente a 25% do montante total dos créditos cedidos seriam pagos em parcela única em até 1 ano da data de pagamento da cessão, com juros de 12,5% ao ano incidentes a partir da data da cessão; e (ii) o valor remanescente correspondente a 75% do montante total dos créditos cedidos serão pagos ao fim do prazo de 22 anos em parcela única, com juros capitalizados de 0,5% ao ano incidentes a partir da data de pagamento da cessão. Em 2014, foi acordada entre as partes a postergação pelo prazo de 10 anos o vencimento da parcela única que teria vencimento em julho de 2015, correspondente a 25% do montante total da dívida, entretanto fica mantido o prazo de 22 anos para pagamento do valor remanescente correspondente a 75% do montante total da dívida com juros capitalizados de 0,5% ao ano, incidentes a partir da data de pagamento.

(5) Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados, estão registrados na rubrica investimentos.

## Condições contratos:

## Notas Explicativas

Controladas	Taxa	Vencimento
. Energisa Soluções S/A <sup>(1)</sup>	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	01/01/2019
. Rede Energia S/A <sup>(1)</sup>	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	30/06/2018
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A <sup>(1)</sup>	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	12/09/2018
. Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A <sup>(2)</sup>	Sem incidência de juros	30/06/2018
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A (créditos opção "C" - RJ) - <sup>(3)</sup>	1% a.a*	11/04/2036
. QMRA Participações (créditos opção "C" - RJ)	1% a.a*	13/02/2036
. QMRA Participações <sup>(1)</sup>	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	30/06/2018
. Rede Energia S/A (créditos opção "C" - RJ) <sup>(3 e 4)</sup>	1% a.a*	11/10/2036
. Denerge Desenvolvimento Energético S/A <sup>(2)</sup>	Sem incidência de juros	06/05/2019
. Multi Energisa Serviços S/A <sup>(1)</sup>	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	03/08/2019

\* Taxa efetiva 15,19%

## Transações efetuadas durante o período/exercício pela Companhia e suas controladas:

Controladas diretas, indiretas e sua controladora	Serviços administrativos-prestados (1)	Comissão aval (2)	Atualização mútuos e rendimento de títulos (Receita (Despesa) financeira) (3)	Saldo a receber (Clientes, consumidores e concessionárias)	Saldo a receber (Comissão de Aval)
. Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A	4.832	2.232	-	1.460	399
. Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	11.156	4.466	-	3.745	801
. Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	6.583	4.554	-	2.092	759
. Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A	2.416	327	-	688	63
. Energisa Soluções S/A	759	-	1.147	434	-
. Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A	1.529	500	-	293	84
. Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (4)	10.110	2.004	15.297	6.143	353
. Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A	5.060	892	-	4.315	151
. Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (4)	4.132	1.164	6.669	2.702	210
. Companhia Força e Luz do Oeste (5)	486	29	-	466	5
. Empresa Eletrica Bragantina S.A (5)	1.125	132	-	1.078	23
. Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A (5)	1.162	110	-	1.113	19
. Companhia Nacional de Energia Eletrica (5)	827	100	-	792	17
. Caiua - Distribuição de Energia S.A (5)	1.257	190	-	1.204	31
. Energisa Soluções Construções e Serv em Linhas e Rede S.A	65	-	-	34	-
. QMRA Participações S/A	-	-	(3.098)	-	-
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia	-	-	6.659	-	-
. Multi Energisa Serviços S/A	519	-	41	517	-
. Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda	1	-	-	1	-
. Energisa Serviços Aéreos e Aeroinspeção S/A	1	-	-	1	-
. Alvorada Direitos Creditórios	-	-	-	2	-
. Energisa comercializadora de Energia S/A	183	-	-	131	-
. Gipar S/A (i)	-	(5.625)	-	-	-
. Rede Energia S/A	-	-	29.149	-	-
<b>30/06/2017</b>	<b>52.203</b>	<b>11.075</b>	<b>55.864</b>	<b>27.211</b>	<b>2.915</b>
<b>30/06/2016</b>	<b>37.655</b>	<b>7.789</b>	<b>43.527</b>	<b>5.588</b>	<b>1.951</b>
<b>31/12/2016</b>	-	-	-	<b>5.943</b>	<b>2.067</b>

(1) Refere-se a serviços administrativos e de compartilhamento de recursos humanos para execução de parcela dos macroprocessos, prestados às suas controladas. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. Os contratos foram aprovados pela ANEEL. Os contratos de compartilhamento foram firmados em 01 de março de 2017 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo que devesse conter anuência da ANEEL.

(2) Refere-se a comissão de aval sobre empréstimos com cobrança de 1,5% a.a para empresas controladas - Distribuidoras de energia elétrica e para a controladora Gipar com taxa de juros 1% a.a.

(i) Os valores de comissão de Aval referente ao contrato firmado entre com a Gipar S/A, possuem juros de 1% a.a. e prevê pagamentos antecipados. No exercício de 2016, foram pagos e considerados como antecipação o montante de R\$11.249, registrados na rubrica de "despesas pagas antecipadamente" e reconhecidos no resultado a razão de 1/12 avos mês. No período findo de 30 de junho de 2017 foram contabilizados R\$5.625, (R\$5.000 em 30 de junho de 2016) registrados em outras despesas

financeiras - comissão de aval no resultado do período. O saldo a apropriar em 30 de junho de 2017 é de R\$1.874 que será reconhecido até setembro de 2017.

## Notas Explicativas

- (3) Refere-se aos custos dos juros dos contratos de mútuos, firmados com as controladas, referente ao período findo em 30 de junho de 2017 os quais compõe os respectivos saldos de cada contrato.
- (4) O valor de R\$15.297 (R\$13.287 em 30 de junho de 2016) referem-se aos rendimentos das aplicações financeiras das 33.540 debentures de emissão da controlada EMT e R\$6.669 de notas promissórias de 1ª e 2ª série emitidas pela controlada ETO - vide nota explicativa nº 6.2;
- (5) Em 30 de junho de 2017, em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovada as incorporações societárias pela Energisa Sul-Sudeste - Distribuição de Energia S.A (nova denominação de Caiuá - Distribuição de Energia S/A) da Empresa Elétrica Bragantina S.A, Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A., Companhia Nacional de Energia Elétrica, e Companhia Força e Luz do Oeste.

### Remuneração dos administradores

No período findo em 30 de junho de 2017, a remuneração dos membros do Conselho de Administração foi de R\$430 (R\$329 em 30 de junho de 2016) e da Diretoria foi de R\$286 (R\$52 em 30 de junho de 2016) na controladora e R\$2.266 (R\$2.271 em 30 de junho de 2016) e R\$7.373 (R\$7.464 em 30 de junho de 2016) no consolidado.

Além da remuneração, a Companhia e suas controladas são patrocinadoras dos benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R\$43 (R\$17 em 30 de junho de 2016) na controladora e R\$1.511 (R\$1.520 em 30 de junho de 2016) no consolidado. Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$31 (R\$79 em 30 de junho de 2016) na controladora e R\$3.643 (R\$2.386 em 30 de junho de 2016) no consolidado.

A maior e a menor remuneração atribuída a dirigente relativas ao mês de junho de 2017 foram de R\$118 e R\$1 na controladora e R\$187 e R\$2 no consolidado (R\$18 e R\$1 na controladora e R\$156 e R\$2 no consolidado em 30 de junho de 2016), respectivamente. A remuneração média mensal no período findo em 30 de junho de 2017 foi de R\$15 na controladora e R\$42 no consolidado (R\$5 na controladora e R\$41 no consolidado em 30 de junho de 2016).

Na AGO/AGE de 27 de abril de 2017, foi aprovado o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2017 no montante de R\$4.732 (R\$3.225 para o exercício de 2016), na controladora e R\$69.718 (R\$64.969 para o exercício de 2016) no consolidado.

## 15. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente.

Os impostos diferidos são oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, assim como as diferenças temporárias, que estão registrados segundo as normas do CPC 32 (IAS 12) e apresentado conforme normas do CPC 26 (IAS 1).

Com base nos estudos técnicos, a Administração elaborou a projeção de resultados tributáveis, demonstrando a capacidade de realização dos créditos tributários nos períodos futuros, conforme requerido pelo CPC 32. A estimativa consolidada para as realizações dos impostos diferidos está apresentada a seguir, ressaltando que as projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos foram aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia.

Os impostos diferidos reconhecidos nas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas são apresentados da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
<b>Ativo</b>				
Prejuízos fiscais	1.746	1.746	341.173	370.937
Base negativa da contribuição social	629	629	132.161	146.704
Diferenças temporárias	-	-	798.315	756.349
<b>Total - ativo não circulante</b>	<b>2.375</b>	<b>2.375</b>	<b>1.271.649</b>	<b>1.273.990</b>

Notas Exp	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
<b>Passivo</b>				
Diferenças Temporárias:				
Imposto de Renda	775	955	1.359.841	1.395.539
Contribuição Social	279	344	489.543	502.393
<b>Total - passivo não circulante</b>	<b>1.054</b>	<b>1.299</b>	<b>1.849.384</b>	<b>1.897.932</b>
<b>Total ativo (passivo) não circulante</b>	<b>1.321</b>	<b>1.076</b>	<b>(577.735)</b>	<b>(623.942)</b>

A natureza dos créditos diferidos são como segue:

	Controladora			
	30/06/2017		31/12/2016	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
<b>Ativo/Passivo</b>				
Prejuízos fiscais	6.984	1.746	6.984	1.746
Base negativa da contribuição social	6.984	629	6.984	629
Marcação a mercado da dívida	(187)	(64)	(441)	(150)
Custo a apropriar da dívida	(2.912)	(990)	(3.379)	(1.149)
<b>Total</b>	<b>10.869</b>	<b>1.321</b>	<b>10.148</b>	<b>1.076</b>
<b>Total - Ativo Não Circulante</b>	<b>13.968</b>	<b>2.375</b>	<b>13.968</b>	<b>2.375</b>
<b>Total - Passivo Não Circulante</b>	<b>(3.099)</b>	<b>(1.054)</b>	<b>(3.820)</b>	<b>(1.299)</b>

	Consolidado			
	30/06/2017		31/12/2016	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
<b>Ativo/Passivo</b>				
Prejuízos fiscais	1.364.691	341.173	1.483.748	370.937
Base negativa da contribuição social	1.468.456	132.161	1.630.045	146.704
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - (PCLD e Daycoval)	577.344	196.297	550.270	187.092
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	549.376	186.788	503.015	171.025
Créditos fiscais - ágio (1)	303.261	103.109	315.936	107.418
Provisão ajuste atuarial	346.319	117.748	322.942	109.800
Outras provisões (PEE, P&D, Honorários e Outras)	306.801	104.312	275.079	93.527
Marcação a mercado da dívida	29.459	10.016	25.574	8.695
Ativos (Passivos) financeiros setoriais (CVA´s)	123.826	42.101	123.826	42.101
Outras adições temporárias	111.599	37.944	107.915	36.691
Ajustes a valor presente	(2.693.351)	(915.739)	(2.684.339)	(912.675)
Intangível - mais valia	(1.806.869)	(614.335)	(1.897.268)	(645.071)
IRPJ e CSSL sobre a parcela do VNR - contas a receber da concessão e atualizações	(463.505)	(157.592)	(457.060)	(155.400)
Encargos sobre reservas de reavaliação	(188.595)	(64.122)	(209.479)	(71.223)
Deságio sobre investimento EMS	(189.030)	(64.270)	(188.407)	(64.058)
Marcação a mercados - derivativos	(96.105)	(32.336)	(134.040)	(45.574)
Outras exclusões temporárias	(2.912)	(990)	(11.562)	(3.931)
<b>Total</b>	<b>(259.235)</b>	<b>(577.735)</b>	<b>(243.805)</b>	<b>(623.942)</b>
<b>Total - Ativo Não Circulante</b>	<b>5.181.132</b>	<b>1.271.649</b>	<b>5.338.350</b>	<b>1.273.990</b>
<b>Total - Passivo Não Circulante</b>	<b>(5.440.367)</b>	<b>(1.849.384)</b>	<b>(5.582.155)</b>	<b>(1.897.932)</b>

(1) Os créditos fiscais - ágio no montante de R\$103.109 (R\$107.418 em 31 de dezembro de 2016) estão sendo realizados pelo prazo remanescente de exploração das concessões das controladas: EBO (16 anos) e EPB (17 anos) pelo método linear.

A seguir, as realizações dos créditos fiscais:

## Notas Explicativas

Exercícios	Controladora	Consolidado
2017	2.375	70.473
2018	-	107.320
2019	-	117.710
2020	-	105.194
2021	-	102.009
2022 a 2026	-	768.943
<b>Total</b>	<b>2.375</b>	<b>1.271.649</b>

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período, bem como a compensação dos créditos tributários registrados podem ser assim demonstrados:

	Controladora			
	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2016 a 30/06/2016
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	59.612	179.369	(36.987)	74.211
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas fiscais combinadas	(20.268)	(60.985)	12.576	(25.232)
Ajustes:				
Itens permanentes:				
Equivalência patrimonial	21.094	66.603	(2.253)	45.162
Créditos tributários - IRPJ e CSLL não constituído no período	(826)	(5.618)	(4.440)	(14.047)
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.883</b>	<b>5.883</b>
Alíquota efetiva	-	-	(15,91%)	(7,93%)

	Consolidado			
	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2016 a 30/06/2016
Resultado antes dos tributos sobre o lucro				
social sobre o lucro	81.075	270.932	(50.564)	152.582
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	(27.566)	(92.117)	17.192	(51.877)
Ajustes:				
Itens permanentes:				
Redução do imposto de renda e adicionais (*)	31.283	53.209	31.059	33.865
Efeitos dos Prejuízos Fiscais não utilizados	(13.966)	(25.721)	(25.151)	(34.759)
Outros	4.217	(406)	248	(2.576)
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(6.032)</b>	<b>(65.035)</b>	<b>23.348</b>	<b>(55.347)</b>
Alíquota efetiva	7,44%	24,00%	(46,18%)	35,97%

(\*) As controladas ESE, EPB, EBO, ETO e EMT possuem redução do imposto de renda e adicionais. Em dezembro/2012 a ESE, EPB e EBO obtiveram aprovação do Ministério da Integração Social os novos pedidos de benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais calculados sobre o lucro da exploração, para o período de 01/01/2012 a 31/12/2021. O deferimento de seus pedidos junto à Receita Federal do Brasil ocorreu através dos seguintes atos: ESE - Despacho Decisório nº 126 - DRF/ASJU de 04/03/2013, EPB - Despacho Decisório nº 128 - DRF/JPA de 23/05/2013, EBO - Despacho Decisório nº 206 - DRF/JPA de 19/12/2012.

As controladas indiretas ETO e EMT localizadas na área da SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia obtiveram aprovação de seus pleitos de redução do imposto de renda e adicionais pelo Ministério da Integração Social em dezembro/2014, reduzindo o Imposto de Renda e adicionais em 75% do valor calculados sobre o lucro da exploração para o período de 01/01/2014 a 31/12/2023. O deferimento dos pedidos junto a Receita Federal ocorreu como segue: EMT- Ato Declaratório Executivo nº 17 - DRF/CBA, de 02 de fevereiro de 2015 e Laudo Constitutivo SUDAM nº 114/2014e ETO - Ato Declaratório Executivo nº 3 de 18 de março de 2015 e Laudo Constitutivo SUDAM nº 113/2014.

Os valores de redução do imposto de renda e adicionais reconhecidos pelas controladas montam a R\$53.209 (R\$33.865 em 30 de junho de 2016), sendo: R\$20.337 na EPB, R\$3.510 (R\$3.594 em 30 de junho de 2016) na EBO, R\$8.845 na ESE, R\$15.223 (R\$26.221 em 30 de junho de 2016) na EMT e R\$5.294 (R\$4.050 em 30 de junho de 2016) na ETO. Esses valores foram registrados diretamente no resultado do período na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" e serão destinados à reserva de incentivo fiscais nas controladas. As controladas EPB e ESE não apuraram base tributável do lucro da exploração em 30 de junho de 2016.

**Uso de estimativas:** os créditos tributários são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e bases negativas e em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Se o reconhecimento ocorre na extensão em que seja

provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação dos créditos tributários, com base em projeções de resultados elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização. Periodicamente, os valores registrados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância de acordo com a legislação fiscal.

## 16. Contas a receber da concessão - consolidado

Em 14 de janeiro de 2013, foi publicada a Lei nº 12.783, conversão da Medida Provisória nº 579/2012, que determinou a utilização do VNR - Valor novo de reposição para valoração dos créditos a receber, ao final da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

No entendimento da Administração, este fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar controladas, distribuidoras de energia elétrica, pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico.

Desde 31 de dezembro de 2012 as controladas EMG, ENF, ESE, EPB, EBO, EDEVP, EMT, ESS, ETO, EEB, CNEE, CFLO e EMS passaram a reconhecer o VNR - Valor Novo de Reposição, homologados pela ANEEL, dos ativos que compõem a concessão, com aplicação da variação do IGPM. Em novembro de 2015 a ANEEL através da Resolução Normativa nº 686/2015, aprovou a revisão do Submódulo 2.3 dos Procedimentos de Revisão Tarifária (PRORET) da Base de Remuneração Regulatória (BRR), onde determinou que a base de remuneração fosse atualizada pela aplicação do IPCA.

No período findo em 30 de junho de 2017, as controladas EMG, ENF, ESE, EPB, EBO, EMT, ESS, ETO, e EMS reconheceram a remuneração do contas a receber da concessão - VNR em receitas operacionais no consolidado, como ativo financeiro indenizável da concessão nos montantes R\$21.452 (R\$79.413 em 30 de junho de 2016).

O saldo de contas a receber da concessão está classificado como ativo financeiro disponível para venda no ativo não circulante, no consolidado.

Segue as movimentações ocorridas no período/exercício:

	Saldo 31/12/2016	Adições	Baixas	Atualização monetária (1)	Saldo 30/06/2017
EMG	12.075	2.519	-	143	14.737
EPB	425.000	1.097	(473)	(2.185)	423.439
ESE	345.783	(6.546)	(217)	2.408	341.428
ENF	3.046	5	(5)	36	3.082
EBO	47.949	2.151	(7)	266	50.359
EMT	1.327.640	213.902	(4.215)	11.599	1.548.926
ETO	704.017	65.438	(14.449)	6.626	761.632
EMS	585.801	49.580	(2.441)	2.198	635.138
ESS (**)	33.487	111	-	361	33.959
	<b>3.484.798</b>	<b>328.257</b>	<b>(21.807)</b>	<b>21.452</b>	<b>3.812.700</b>

(1) Os ativos estão a valor justo com aplicação da variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizada pelo regulador nos processos de reajustes tarifários. Possíveis variações decorrentes do critério de cálculo do VNR também são consideradas.

(\*\*) Em 30 de junho de 2017, foram incorporadas pela Energisa Sul-Sudeste - Distribuição de Energia S.A (nova denominação de Caiuá - Distribuição de Energia S/A) a Empresa Elétrica Bragantina S.A, Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A., Companhia Nacional de Energia Elétrica, e Companhia Força e Luz do Oeste.

**Notas**

	Saldo 31/12/2015	Adições	Baixas	Receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão (1)	Saldo 31/12/2016
EMG	9.091	76	(487)	3.395	12.075
EPB	349.759	57.844	97	17.300	425.000
ESE	274.526	57.562	417	13.278	345.783
ENF	3.555	23	(37)	(495)	3.046
EBO	40.871	5.695	(13)	1.396	47.949
EMT	1.074.263	209.729	(4.028)	47.676	1.327.640
ETO	635.021	61.476	(21.933)	29.453	704.017
EMS	438.954	134.512	(192)	12.528	585.802
ESS (**)	32.670	256	(4)	564	33.486
<b>TOTAL Geral</b>	<b>2.858.710</b>	<b>527.173</b>	<b>(26.180)</b>	<b>125.095</b>	<b>3.484.798</b>

(1) Os ativos estão a valor justo com aplicação da variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizada pelo regulador nos processos de reajustes tarifários. Possíveis variações decorrentes do critério de cálculo do VNR também são consideradas.

(\*\*) Em 30 de junho de 2017, foram incorporadas pela Energisa Sul-Sudeste - Distribuição de Energia S.A (nova denominação de Caiuá - Distribuição de Energia S/A) a Empresa Elétrica Bragantina S.A, Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A., Companhia Nacional de Energia Elétrica, e Companhia Força e Luz do Oeste.

**17. Investimentos**

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Participação em controladas	4.132.082	4.016.090	-	-
Outros	9.979	9.979	23.631	23.648
<b>Total</b>	<b>4.142.061</b>	<b>4.026.069</b>	<b>23.631</b>	<b>23.648</b>

## Participação em controladas:

**Notas Explicativas**

30/06/2017

Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do período	Equivalência Patrimonial	Investimentos
<b>Distribuição</b>								<b>169.220</b>	<b>1.821.894</b>
Energisa Minas Gerais (EMG)	100	819	228.428	859.825	581.728	278.097	13.439	13.439	278.097
Energisa Sergipe (SE)	100	196	400.475	1.535.579	1.192.359	343.220	40.139	40.139	343.220
Energisa Paraíba (EPB)	100	918	526.991	2.083.845	1.302.333	781.512	94.228	94.228	781.512
Energisa Borborema (EBO)	100	293	78.159	319.704	190.745	128.960	16.770	16.770	128.960
Energisa Nova Friburgo (ENF)	100	30	63.343	202.755	121.339	81.417	(1.140)	(1.140)	81.417
Energisa Mato Grosso (EMT)	8,94	19.026	1.514.569	6.010.262	3.674.928	2.335.334	66.896	5.784	208.688
<b>Geração</b>								<b>(98)</b>	<b>4.468</b>
Parque Eólico Sobradinho	100	7.577	7.577	3.160	44	3.116	(64)	(64)	3.116
Energisa Geração Usina Maurício	100	1.621	1.621	1.073	16	1.057	16	16	1.057
Energisa Geração Solar Coremas	100	989	989	317	8	309	(12)	(12)	309
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	100	45	36	1	-	1	(2)	(2)	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	100	46	37	1	-	1	(12)	(12)	1
Energisa Geração de Energia S.A	100	38	38	1	-	1	(1)	(1)	1
Energisa Geração Eólica Alecrim	100	46	37	1	10	(9)	(12)	(12)	(9)
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	100	45	36	1	9	(8)	(11)	(11)	(8)
<b>Transmissão</b>								<b>-</b>	<b>2</b>
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	100	1	1	1	-	1	-	-	1
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	100	1	1	1	-	1	-	-	1
<b>Comercialização</b>								<b>4.685</b>	<b>9.166</b>
Energisa Comercializadora	100	5.119	5.119	123.623	114.457	9.166	4.685	4.685	9.166
<b>Prestação de Serviços</b>								<b>(1.003)</b>	<b>81.607</b>
Energisa Soluções	100	80.000	80.000	146.957	72.915	74.042	(1.259)	(1.259)	74.042
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	100	6.313	6.313	4.965	240	4.725	(986)	(986)	4.724
Energisa Planejamento	100	1.685	1.685	5.880	3.040	2.840	1.242	1.242	2.840
<b>Holdings e demais companhias</b>								<b>30.504</b>	<b>2.031.248</b>
Alvorada Direitos Creditórios S.A	100	400	251	105	1	104	(33)	(33)	104
Dinâmica Direitos Creditórios	100	8.080	7.570	1.834	19	1.815	55	55	1.815
Denerge S/A	99,97	531	1.316.157	1.715.084	563.781	1.151.303	16.509	12.655	1.151.002
Rede Energia Participações S/A (nova denominação social da Rede Energia S.A.)	29,49	606.928	2.777.404	4.434.112	1.456.018	2.978.094	66.224	17.827	878.327
<b>Ágio pago na aquisição de controladas</b>								<b>(7.416)</b>	<b>183.697</b>
<b>Total</b>								<b>195.892</b>	<b>4.132.082</b>

## Notas Explicativas

31/12/2016

Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do período	Equivalência Patrimonial	Investimentos
<b>Distribuição</b>								<b>292.240</b>	<b>1.727.766</b>
Energisa Minas Gerais (EMG)	100	819	228.428	833.151	565.366	267.785	4.389	4.389	267.785
Energisa Sergipe (SE)	100	196	382.900	1.503.667	1.190.320	313.347	109.361	109.361	313.347
Energisa Paraíba (EPB)	100	918	526.991	2.059.943	1.314.341	745.602	163.864	163.864	745.602
Energisa Borborema (EBO)	100	293	73.540	261.188	145.617	115.571	16.935	16.935	115.571
Energisa Nova Friburgo (ENF)	100	30	63.343	215.234	132.677	82.557	(3.304)	(3.304)	82.557
Energisa Mato Grosso (EMT) (1)	8,94	19.025	1.469.786	6.203.188	3.932.576	2.270.612	106.719	995	202.904
<b>Geração</b>								<b>(793)</b>	<b>4.075</b>
Parque Eólico Sobradinho	100	6.702	6.702	2.828	27	2.801	(116)	(116)	2.801
Energisa Geração Usina Maurício	100	1.577	1.577	1.020	73	947	79	(586)	948
Energisa Geração Solar Coremas	100	964	964	320	-	320	(24)	(24)	321
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	100	32	23	1	-	1	(13)	(13)	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	100	33	24	1	-	1	(13)	(13)	1
Energisa Geração de Energia S.A	100	22	22	1	-	1	(15)	(15)	1
Energisa Geração Eólica Alecrim	100	32	23	1	-	1	(13)	(13)	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	100	32	23	1	-	1	(13)	(13)	1
<b>Comercialização</b>								<b>(598)</b>	<b>4.481</b>
Energisa Comercializadora	100	5.119	5.119	108.254	103.773	4.481	(597)	(598)	4.481
<b>Prestação de Serviços</b>								<b>316</b>	<b>84.461</b>
Energisa Soluções	100	77.000	77.000	139.370	64.069	75.301	(1.311)	(1.311)	75.301
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	100	6.313	6.313	6.051	158	5.893	(599)	(599)	5.893
Energisa Planejamento	100	1.685	1.685	4.752	1.485	3.267	2.226	2.226	3.267
<b>Holdings e demais companhias</b>								<b>68.403</b>	<b>2.004.194</b>
Alvorada Direitos Creditórios S.A	100	400	251	139	1	138	(38)	(38)	137
Dinâmica Direitos Creditórios	100	7.570	7.570	2.068	308	1.760	564	564	1.760
BBPM Participações (3)	-	-	-	-	-	-	12.488	8.347	-
Denerge S/A	99,97	531.035.291	1.316.157	1.692.165	550.519	1.141.646	43.157	27.787	1.141.347
JQMJ Participações (3)	-	-	-	-	-	-	3.801	2.606	-
Rede Energia S/A (2)	29,49	606.867	2.777.404	4.337.644	1.418.469	2.919.175	139.776	29.137	860.950
<b>Ágio pago na aquisição de controladas</b>								<b>(14.545)</b>	<b>191.113</b>
<b>Total</b>								<b>345.023</b>	<b>4.016.090</b>

(1) Ações EMT - Foram adquiridas pela Companhia, no exercício de 2016, o total de 16.982.241 ações, sendo 3.380.906 ordinárias e 13.601.335 preferenciais do capital social da controlada indireta Energisa Mato Grosso, tendo apurado ganho na transação de R\$42.361.

(2) Ações Rede Energia - em 30 de setembro de 2016, a Companhia adquiriu junto a EDP - Energias do Brasil S.A., 6.602.113 ações preferenciais do capital social da Rede Energia S/A, pagando o valor de R\$10.267, tendo apurado ágio da transação de R\$1.621, contabilizado diretamente na rubrica de transações entre sócios no Patrimônio Líquido.

(3) Empresas incorporadas pela Denerge S/A em novembro de 2016.

## Movimentação dos investimentos:

## Notas Explicativas

Controladas	Saldo em 31/12/2016	Aquisição/Adiant. futuro aumento de capital	Ganho/Perda a aquisição de ações <sup>(1)</sup>	Transações de capital <sup>(2)</sup>	Dividendos	Equivalência Patrimonial	Saldo em 30/06/2017
<b>Distribuição</b>	<b>1.727.766</b>	-	<b>162</b>	-	<b>(75.254)</b>	<b>169.220</b>	<b>1.821.894</b>
Energisa Minas Gerais (EMG)	267.785	-	-	-	(3.127)	13.439	278.097
Energisa Sergipe (SE)	313.347	-	-	-	(10.266)	40.139	343.220
Energisa Paraíba (EPB)	745.602	-	-	-	(58.318)	94.228	781.512
Energisa Borborema (EBO)	115.571	-	-	-	(3.381)	16.770	128.960
Energisa Nova Friburgo (ENF)	82.557	-	-	-	-	(1.140)	81.417
Energisa Mato Grosso (EMT)	202.904	-	162	-	(162)	5.784	208.688
<b>Geração</b>	<b>4.075</b>	<b>491</b>	-	-	-	<b>(98)</b>	<b>4.468</b>
Parque Eólico Sobradinho	2.801	379	-	-	-	(64)	3.116
Energisa Geração Usina Maurício	948	93	-	-	-	16	1.057
Energisa Geração Solar Coremas	321	-	-	-	-	(12)	309
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	1	2	-	-	-	(2)	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	1	12	-	-	-	(12)	1
Energisa Geração Eólica Alecrim	1	1	-	-	-	(1)	1
Energisa Geração de Energia S/A	1	2	-	-	-	(12)	(9)
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	1	2	-	-	-	(11)	(8)
<b>Transmissão</b>	-	<b>2</b>	-	-	-	-	<b>2</b>
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	-	1	-	-	-	-	1
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	-	1	-	-	-	-	1
<b>Comercialização</b>	<b>4.481</b>	-	-	-	-	<b>4.685</b>	<b>9.166</b>
Energisa Comercializadora	4.481	-	-	-	-	4.685	9.166
<b>Prestação de Serviços</b>	<b>84.461</b>	<b>(182)</b>	-	-	<b>(1.669)</b>	<b>(1.003)</b>	<b>81.607</b>
Energisa Soluções	75.301	-	-	-	-	(1.259)	74.042
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	5.893	(182)	-	-	-	(986)	4.725
Energisa Planejamento	3.267	-	-	-	(1.669)	1.242	2.840
<b>Holdings e demais companhias</b>	<b>2.004.194</b>	-	<b>(1.671)</b>	<b>(1.616)</b>	<b>(163)</b>	<b>30.504</b>	<b>2.031.248</b>
Alvorada Direitos Creditórios S.A	137	-	-	-	-	(33)	104
Dinâmica Direitos Creditórios	1.760	-	-	-	-	55	1.815
Denerge S/A	1.141.347	-	(1.384)	(1.616)	-	12.655	1.151.002
Rede Energia Participações S/A (nova denominação social da Rede Energia S.A.)	860.950	-	(287)	-	(163)	17.827	878.327
<b>Ágio pago na aquisição de controladas</b>	<b>191.113</b>	-	-	-	-	<b>(7.416)</b>	<b>183.697</b>
<b>Total</b>	<b>4.016.090</b>	<b>311</b>	<b>(1.509)</b>	<b>(1.616)</b>	<b>(77.086)</b>	<b>195.892</b>	<b>4.132.082</b>

(1) Ganho/perda em transações com controladoras em 30 de junho de 2017, contabilizada diretamente no patrimônio líquido.

(2) Inclui parcela reflexa do percentual de participação na controlada EEVP, referente ao instrumento financeiro derivativo conforme descrito na nota explicativa nº 34, que no período montou em R\$1.616, contabilizado em contrapartida do Patrimônio Líquido

Controladas	Saldo em 31/12/2015	Aquisição/Adiant. futuro aumento de capital	Ganho/Perda aquisição de ações <sup>(1)</sup>	Transações de capital <sup>(2)</sup>	Incorporação	Dividendos	Outros resultados abrangentes	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2016
<b>Distribuição</b>	<b>1.444.011</b>	<b>239.886</b>	<b>42.361</b>	-	-	<b>(241.319)</b>	<b>(49.411)</b>	<b>292.240</b>	<b>1.727.766</b>
Energisa Minas Gerais (EMG)	198.184	84.999	-	-	-	(18.820)	(967)	4.389	267.785
Energisa Sergipe (SE)	325.434	-	-	-	-	(75.509)	(45.939)	109.361	313.347
Energisa Paraíba (EPB)	694.805	-	-	-	-	(111.390)	(1.675)	163.864	745.602
Energisa Borborema (EBO)	132.111	-	-	-	-	(33.475)	-	16.935	115.571
Energisa Nova Friburgo (ENF)	71.396	15.000	-	-	-	(276)	(259)	(3.304)	82.557
Energisa Mato Grosso (EMT)	22.081	139.887	42.361	-	-	(1.849)	(571)	995	202.904
<b>Geração</b>	<b>3.771</b>	<b>1.102</b>	-	-	-	-	<b>(5)</b>	<b>(793)</b>	<b>4.075</b>
Parque Eólico Sobradinho	1.953	969	-	-	-	-	(5)	(116)	2.801
Energisa Geração Usina Maurício	1.489	45	-	-	-	-	-	(586)	948
Energisa Geração Solar Coremas	324	21	-	-	-	-	-	(24)	321
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	1	13	-	-	-	-	-	(13)	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	1	13	-	-	-	-	-	(13)	1
Energisa Geração Eólica Alecrim	1	13	-	-	-	-	-	(13)	1
Energisa Geração de Energia S/A	1	15	-	-	-	-	-	(15)	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	1	13	-	-	-	-	-	(13)	1
<b>Comercialização</b>	<b>5.765</b>	-	-	-	-	<b>(646)</b>	<b>(40)</b>	<b>(598)</b>	<b>4.481</b>
Energisa Comercializadora	5.765	-	-	-	-	(646)	(40)	(598)	4.481
<b>Prestação de Serviços</b>	<b>84.725</b>	<b>3.179</b>	-	-	-	<b>(1.863)</b>	<b>(1.896)</b>	<b>316</b>	<b>84.461</b>
Energisa Soluções	75.421	3.000	-	-	-	-	(1.809)	(1.311)	75.301
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	6.313	179	-	-	-	-	-	(599)	5.893
Energisa Planejamento	2.991	-	-	-	-	(1.863)	(87)	2.226	3.267
<b>Holdings e demais companhias</b>	<b>1.438.278</b>	<b>541.478</b>	<b>(1.041)</b>	<b>(10.074)</b>	-	<b>(26.703)</b>	<b>(6.147)</b>	<b>68.403</b>	<b>2.004.194</b>
Alvorada Direitos Creditórios S.A	175	-	-	-	-	-	-	(38)	137
Dinâmica Direitos Creditórios	1.196	-	-	-	-	-	-	564	1.760
BBPM Participações (3)	405.430	-	1.582	(7.525)	(411.315)	3.531	(50)	8.347	-
Denerge S/A	514.292	-	36.412	598	574.592	(8.118)	(4.216)	27.787	1.141.347
JQM Participações (3)	161.636	-	661	(3.147)	(163.277)	1.542	(21)	2.606	-
Rede Energia S/A	355.549	541.478	(39.696)	-	-	(23.658)	(1.860)	29.137	860.950
<b>Ágio pago na aquisição de controladas</b>	<b>205.658</b>	-	-	-	-	-	-	<b>(14.545)</b>	<b>191.113</b>
<b>Total</b>	<b>3.182.208</b>	<b>785.645</b>	<b>41.320</b>	<b>(10.074)</b>	-	<b>(270.533)</b>	<b>(57.499)</b>	<b>345.023</b>	<b>4.016.090</b>

- (1) Ganho/perda em transações com aquisições de ações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Energisa S/A, adquiriu ações de acionistas não controladores das empresas: EMT e Rede Energia, resultando em ganho de capital no valor de R\$41.320 (R\$2.393 em 31 de dezembro de 2015) contabilizado em contrapartida ao patrimônio líquido.
- (2) Inclui parcela reflexa do percentual de participação na controlada EEVP, referente ao instrumento financeiro derivativo conforme descrito na nota explicativa nº 34.
- (3) Empresas incorporadas pela Denerge S/A em novembro de 2016.

Amortização acumulada dos bens intangíveis no período findo em 30 de junho de 2017, que tem sua contabilização efetuada na demonstração de resultado nas rubricas de amortização e depreciação e imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, são originados, conforme segue.

	EMT	ETO	EMS	Total	
				30/06/2017	31/12/2016
Amortização no período	(31.933)	(31.817)	(35.704)	(99.454)	(198.910)
IR e CSSL	10.857	10.818	12.139	33.814	67.630
<b>Amortização Líquida de tributos</b>	<b>(21.076)</b>	<b>(20.999)</b>	<b>(23.565)</b>	<b>(65.640)</b>	<b>(131.280)</b>

A Companhia detém participações indiretas nas empresas distribuidoras de energia elétrica e serviços, controlada indiretamente pela Rede Energia S/A, conforme segue:

**Notas Explicativas**

30/06/2017					
Controladas indiretas	% indireto	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do período
<b>Distribuição de Energia Elétrica</b>					
Energisa Tocantins	73,74	2.103.564	1.249.581	853.983	9.921
Energisa Mato Grosso	55,47	6.010.262	3.674.928	2.335.334	66.896
Energisa Mato Grosso do Sul	96,12	3.406.664	2.120.833	1.285.831	9.063
Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S/A(1)	95,21	1.612.847	1.051.974	560.873	15.791
Multi Energisa Serviços S/A	96,19	47.250	36.862	10.388	1.977
QMRA Participações S.A.	96,18	78.059	49.716	28.343	2.192
Rede Power do Brasil S.A.	96,18	528.534	52.685	475.849	3.366
Companhia Técnica de Comercialização de Energia	96,19	127.743	296.147	(168.404)	(1.771)
Vale Do Vacaria Açucar e Álcool S/A	96,18	1.744	449	1.295	(119)

(1) Em 30 de junho de 2017, foram incorporadas pela Energisa Sul-Sudeste - Distribuição de Energia S.A (nova denominação de Caiuá - Distribuição de Energia S/A) a Empresa Elétrica Bragantina S.A, Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A., Companhia Nacional de Energia Elétrica, e Companhia Força e Luz do Oeste, tendo como base o balanço de 31 de maio de 2017.

31/12/2016					
Controladas indiretas	% indireto	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do período
<b>Distribuição de Energia Elétrica</b>					
Empresa Elétrica Bragantina S.A.	92,19	345.497	243.824	101.673	3.841
Companhia Nacional de Energia Elétrica	94,93	215.149	134.351	80.799	10.596
Companhia Força e Luz do Oeste	94,55	90.578	71.547	19.031	2.517
Energisa Tocantins	73,75	2.102.605	1.166.579	936.026	2.728
Energisa Mato Grosso	55,47	6.203.188	3.934.750	2.268.438	104.545
Energisa Mato Grosso do Sul	96,12	3.435.120	2.082.696	1.352.424	59.990
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	96,18	558.420	364.771	193.649	995
Empresa de Distrib. De Energia Vale Paranapanema S.A.	96,18	320.886	179.418	141.468	14.333
Multi Energisa Serviços S/A	96,19	41.644	33.232	8.412	2.729
QMRA Participações S.A.	96,18	74.156	48.005	26.151	5.074
Rede Power do Brasil S.A.	96,18	523.051	50.568	472.483	28.115
Companhia Técnica de Comercialização de Energia	96,19	121.721	288.354	(166.633)	1.112

**18. Imobilizado**

	Controladora					Saldo 30/06/2017
	Saldo 31/12/2016	Adição	Transferências	Baixas	Amortização/ Depreciação	
<b>Imobilizado em Serviço</b>						
Custo:						
Terrenos	16	-	-	-	-	16
Edificações e benfeitorias	5.291	-	-	-	-	5.291
Máquinas e equipamentos	8.977	-	2.201	-	-	11.178
Veículos	8.450	-	7.392	-	-	15.842
Móveis e utensílios	13.764	-	-	-	-	13.764
<b>Total do imobilizado em serviço</b>	<b>36.498</b>	<b>-</b>	<b>9.593</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>46.091</b>
Depreciação acumulada:						
Edificações e benfeitorias	(2.333)	-	-	-	(92)	(2.425)
Máquinas e equipamentos	(4.023)	-	-	-	(550)	(4.573)
Veículos	(7.930)	-	-	-	(56)	(7.986)
Móveis e utensílios	(12.385)	-	-	-	(190)	(12.575)
<b>Total Depreciação acumulada</b>	<b>(26.671)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(888)</b>	<b>(27.559)</b>
<b>Subtotal Imobilizado</b>	<b>9.827</b>	<b>-</b>	<b>9.593</b>	<b>-</b>	<b>(888)</b>	<b>18.532</b>
<b>Imobilizado em curso</b>	<b>8.505</b>	<b>21.418</b>	<b>(9.593)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>20.330</b>
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>18.332</b>	<b>21.418</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(888)</b>	<b>38.862</b>

	Controladora					
	Saldo em 31/12/2015	Adição	Transferências	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/12/2016
<b>Imobilizado em Serviço</b>						
<b>Custo:</b>						
Terrenos	16	-	-	-	-	16
Edificações e benfeitorias	4.300	-	991	-	-	5.291
Máquinas e equipamentos	7.793	-	1.187	(3)	-	8.977
Veículos	8.451	-	104	(105)	-	8.450
Móveis e utensílios	13.741	-	25	(2)	-	13.764
<b>Total do imobilizado em serviço</b>	<b>34.301</b>	<b>-</b>	<b>2.307</b>	<b>(110)</b>	<b>-</b>	<b>36.498</b>
<b>Depreciação acumulada:</b>						
Edificações e benfeitorias	(2.184)	-	-	-	(149)	(2.333)
Máquinas e equipamentos	(3.149)	-	-	1	(875)	(4.023)
Veículos	(7.891)	-	-	73	(112)	(7.930)
Móveis e utensílios	(11.944)	-	-	3	(444)	(12.385)
<b>Total Depreciação acumulada</b>	<b>(25.168)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>77</b>	<b>(1.580)</b>	<b>(26.671)</b>
<b>Subtotal Imobilizado</b>	<b>9.133</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(33)</b>	<b>(1.580)</b>	<b>9.827</b>
<b>Imobilizado em curso</b>	<b>235</b>	<b>10.577</b>	<b>(2.307)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8.505</b>
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>9.368</b>	<b>10.577</b>	<b>-</b>	<b>(33)</b>	<b>(1.580)</b>	<b>18.332</b>

	Consolidado					
	Saldo 31/12/2016	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização/ Depreciação	Saldo 30/06/2017
<b>Imobilizado em Serviço</b>						
<b>Custo:</b>						
Software	23	-	-	(23)	-	-
Terrenos	1.448	-	-	-	-	1.448
Reservatório, Barragens e Adutoras	2.191	-	387	-	-	2.578
Edificações e benfeitorias	16.976	-	164	290	-	17.430
Máquinas e equipamentos	150.106	-	7.251	(367)	-	156.990
Veículos	86.480	-	11.940	(38.155)	-	60.265
Móveis e utensílios	55.719	-	460	(2)	-	56.177
<b>Total do Imobilizado em Serviço</b>	<b>312.943</b>	<b>-</b>	<b>20.202</b>	<b>(38.257)</b>	<b>-</b>	<b>294.888</b>
<b>Depreciação acumulada:</b>						
Software	(20)	-	-	20	-	-
Reservatório, Barragens e Adutoras	(812)	-	-	-	(2)	(814)
Edificações e benfeitorias	(5.995)	-	(164)	-	(249)	(6.408)
Máquinas e equipamentos	(80.097)	-	2	326	(6.841)	(86.610)
Veículos	(60.891)	-	-	36.434	(3.635)	(28.092)
Móveis e utensílios	(38.011)	-	-	(2)	(1.096)	(39.109)
<b>Total Depreciação acumulada</b>	<b>(185.826)</b>	<b>-</b>	<b>(162)</b>	<b>36.778</b>	<b>(11.823)</b>	<b>(161.033)</b>
<b>Subtotal Imobilizado</b>	<b>127.117</b>	<b>-</b>	<b>20.040</b>	<b>(1.479)</b>	<b>(11.823)</b>	<b>133.855</b>
<b>Imobilizado em curso</b>	<b>15.296</b>	<b>42.625</b>	<b>(20.040)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>37.881</b>
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>142.413</b>	<b>42.625</b>	<b>-</b>	<b>(1.479)</b>	<b>(11.823)</b>	<b>171.736</b>

(\*) Das baixas no montante de R\$1.479, R\$1.718 refere-se a baixa da aeronave da controlada indireta EMT.

Notas	Consolidado					
	Saldo 31/12/2015	Adição	Transferências	Baixas	Depreciação	Saldo 31/12/2016
<b>Imobilizado em Serviço</b>						
Custo:						
Software	23	-	-	-	-	23
Terrenos	1.092	44	312	-	-	1.448
Reservatório, Barragens e Adutoras	2.191	-	-	-	-	2.191
Edificações e benfeitorias	15.689	296	991	-	-	16.976
Máquinas e equipamentos	104.632	35.713	10.455	(694)	-	150.106
Veículos	46.986	38.530	2.174	(1.210)	-	86.480
Móveis e utensílios	45.602	7.812	2.327	(22)	-	55.719
<b>Total do Imobilizado em Serviço</b>	<b>216.215</b>	<b>82.395</b>	<b>16.259</b>	<b>(1.926)</b>	-	<b>312.943</b>
Depreciação acumulada:						
Software	(18)	-	-	-	(2)	(20)
Reservatório, Barragens e Adutoras	(805)	(1)	-	-	(6)	(812)
Edificações e benfeitorias	(5.320)	(221)	-	-	(454)	(5.995)
Máquinas e equipamentos	(45.569)	(22.402)	-	112	(12.238)	(80.097)
Veículos	(20.991)	(29.835)	-	799	(10.864)	(60.891)
Móveis e utensílios	(31.256)	(4.581)	-	4	(2.178)	(38.011)
<b>Total Depreciação acumulada</b>	<b>(103.959)</b>	<b>(57.040)</b>	-	<b>915</b>	<b>(25.742)</b>	<b>(185.826)</b>
<b>Subtotal Imobilizado</b>	<b>112.256</b>	<b>25.355</b>	<b>16.259</b>	<b>(1.011)</b>	<b>(25.742)</b>	<b>127.117</b>
Imobilizado em curso	2.522	29.033	(16.259)	-	-	15.296
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>114.778</b>	<b>54.388</b>	-	<b>(1.011)</b>	<b>(25.742)</b>	<b>142.413</b>

Taxas de depreciação praticadas pela controladora e no consolidado são como segue:

Taxas de depreciação do ativo imobilizado	30/06/2017	31/12/2016
Edificações e benfeitorias	3,33%	3,33%
Máquinas e equipamentos	13,56%	14,12%
Veículos	14,29%	14,29%
Móveis e utensílios	6,25%	6,25%

## 19. Intangível

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Contrato de concessão/ Softwares	9.796	9.599	6.970.222	7.022.820
Direito de concessão	-	-	423.787	443.525
<b>Total</b>	<b>9.796</b>	<b>9.599</b>	<b>7.394.009</b>	<b>7.466.345</b>

### 19.1 Intangível - controladora

	Controladora				
	Saldo 31/12/2016	Adição	Transferências	Amortização	Saldo 30/06/2017
Em Serviço					
Custo dos softwares	17.016	-	131	-	17.147
Amortização Acumulada	(7.417)	-	-	(1.348)	(8.765)
<b>Subtotal</b>	<b>9.599</b>	-	<b>131</b>	<b>(1.348)</b>	<b>8.382</b>
Em Curso	-	1.545	(131)	-	1.414
<b>Total Geral</b>	<b>9.599</b>	<b>1.545</b>	-	<b>(1.348)</b>	<b>9.796</b>

	Controladora				
	Saldo em 31/12/2015	Adições	Transferências	Amortização	Saldo em 31/12/2016
Em Serviço					
Custo dos softwares	13.174	-	3.842	-	17.016
Amortização Acumulada	(5.373)	-	-	(2.044)	(7.417)
<b>Subtotal</b>	<b>7.801</b>	-	<b>3.842</b>	<b>(2.044)</b>	<b>9.599</b>
Em Curso	-	3.842	(3.842)	-	-
<b>Total Geral</b>	<b>7.801</b>	<b>3.842</b>	-	<b>(2.044)</b>	<b>9.599</b>

## 19.2 Intangível - Consolidado

## Notas Explicativas

	CONSOLIDADO					
	Saldo 31/12/2016	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização	Saldo 30/06/2017
Intangível em Serviço						
Custo	14.651.198	-	1.061.342	(87.290)	-	15.625.250
Amortização Acumulada	(6.867.309)	-	(449.441)	64.659	(619.282)	(7.871.373)
Subtotal	7.783.889	-	611.901	(22.631)	(619.282)	7.753.877
Em Curso	1.166.531	1.035.820	(647.930)	(436.228)	-	1.118.193
<b>Total</b>	<b>8.950.420</b>	<b>1.035.820</b>	<b>(36.029)</b>	<b>(458.859)</b>	<b>(619.282)</b>	<b>8.872.070</b>
(-) Obrigações Vinculadas à concessão						
Em Serviço						
Custo	2.819.616	-	690.376	-	-	3.509.992
Amortização Acumulada	(1.219.826)	-	(444.029)	-	(258.627)	(1.922.482)
Subtotal	1.599.790	-	246.347	-	(258.627)	1.587.510
Em Curso	327.810	376.875	(282.376)	(107.971)	-	314.338
<b>Total Obrigações Vinculadas à concessão</b>	<b>1.927.600</b>	<b>376.875</b>	<b>(36.029)</b>	<b>(107.971)</b>	<b>(258.627)</b>	<b>1.901.848</b>
<b>Total Geral</b>	<b>7.022.820</b>	<b>658.945</b>	<b>-</b>	<b>(350.888)</b>	<b>(360.655)</b>	<b>6.970.222</b>

(\*) Das baixas no montante de R\$350.888, R\$328.257 foi transferido para o contas a receber da concessão, e R\$22.631 referem-se a baixas realizadas no período, inicialmente são contabilizados nas Ordens de desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do período exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

	Consolidado					
	Saldo 31/12/2015	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização	Saldo 31/12/2016
Intangível em Serviço						
Custo	14.094.153	-	771.786	(214.741)	-	14.651.198
Amortização Acumulada	(6.093.406)	-	(101.939)	166.006	(837.970)	(6.867.309)
Subtotal	8.000.747	-	669.847	(48.735)	(837.970)	7.783.889
Em Curso	987.039	1.613.994	(669.847)	(764.655)	-	1.166.531
<b>Total</b>	<b>8.987.786</b>	<b>1.613.994</b>	<b>-</b>	<b>(813.390)</b>	<b>(837.970)</b>	<b>8.950.420</b>
(-) Obrigações Vinculadas à concessão						
Em Serviço						
Custo	2.677.250	11.139	131.227	-	-	2.819.616
Amortização Acumulada	(963.275)	-	(92.929)	-	(163.622)	(1.219.826)
Subtotal	1.713.975	11.139	38.298	-	(163.622)	1.599.790
Em Curso	333.842	269.748	(38.298)	(237.482)	-	327.810
<b>Total Obrigações Vinculadas à concessão</b>	<b>2.047.817</b>	<b>280.887</b>	<b>-</b>	<b>(237.482)</b>	<b>(163.622)</b>	<b>1.927.600</b>
<b>Total Geral</b>	<b>6.939.969</b>	<b>1.333.107</b>	<b>-</b>	<b>(575.908)</b>	<b>(674.348)</b>	<b>7.022.820</b>

(\*) Das baixas no montante de R\$575.908, R\$527.173 foi transferido para o contas a receber da concessão, R\$23.355 trata-se de transferência para o imobilizado e R\$23.380 referem-se a baixas realizadas no exercício, inicialmente são contabilizados nas Ordens de desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

## 19.3 Intangível - Contrato de Concessão - consolidados

Referem-se à parcela da infraestrutura utilizada pelas controladas na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

A infraestrutura utilizada pelas controladas nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, revogada pela Resolução 691/2015 regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para a sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização do ativo intangível está sendo realizada de acordo com as taxas da Resolução Normativa da ANEEL nº 674 de 16 de agosto de 2015, limitada ao prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. As taxas médias ponderadas de amortização utilizadas pelas controladas foram como segue:

## Notas Explicativas

Empresas	30/06/2017	31/12/2016
EMG	4,36%	4,40%
ESE	4,22%	4,24%
EPB	4,50%	4,47%
EBO	4,31%	4,34%
ENF	4,32%	4,27%
EDEVP(1)	-	4,39%
EMT	4,01%	4,16%
ESS(1)	4,79%	4,37%
ETO	3,95%	3,95%
EEB(1)	-	4,36%
CNEE(1)	-	4,51%
CFLO(1)	-	4,54%
EMS	4,37%	4,34%

(1) Em 30 de junho de 2017, foram incorporadas pela Energisa Sul-Sudeste - Distribuição de Energia S.A (nova denominação de Caiuá - Distribuição de Energia S/A) a Empresa Elétrica Bragantina S.A, Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A., Companhia Nacional de Energia Elétrica, e Companhia Força e Luz do Oeste,

O saldo do intangível e do contas a receber da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas por:

Obrigações vinculadas à concessão:	30/06/2017	31/12/2016
Contribuições do consumidor <sup>(1)</sup>	3.201.969	2.476.338
Participação da União - recursos CDE <sup>(2)</sup>	1.470.621	1.442.287
Participação do Governo do Estado <sup>(2)</sup>	333.422	333.388
Reserva para reversão <sup>(3)</sup>	1.721	1.721
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	276.540	233.791
(-) Amortização acumulada	(1.922.482)	(1.219.826)
<b>Total</b>	<b>3.361.791</b>	<b>3.267.699</b>
<b>Alocação:</b>		
Contas a receber da concessão	1.459.943	1.340.099
Infraestrutura - Intangível em serviço	1.587.510	1.599.790
Infraestrutura - Intangível em curso	115.566	151.159
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	198.772	176.651
<b>Total</b>	<b>3.361.791</b>	<b>3.267.699</b>

(1) As contribuições de consumidores representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

(2) As subvenções da União - recursos CDE e a participação do Governo do Estado, são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.

(3) A reserva para reversão constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia, incidindo juros de 5 % a.a. pagos mensalmente.

As controladas passaram a amortizar as obrigações especiais em: ESE (abril de 2008), EMG (junho de 2008), ENF (junho de 2008), EBO (fevereiro de 2009), EPB (agosto de 2009), CNEE (Maio de 2008), EDEVP (Maio de 2008), CAIUÁ (Maio de 2008), CFLO (Junho de 2008), ETO (Julho de 2008), EMT (Abril de 2008), EMS (Abril de 2008). A partir da segunda revisão tarifária periódica as obrigações vinculadas à concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de depreciação do ativo intangível da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das obrigações especiais. As novas adições, ocorridas a partir de 01 de janeiro de 2015, passaram a ser amortizadas de acordo com a data de aquisição, até estar totalmente amortizado.

### Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A ANEEL, através da Resolução Normativa nº 463 de 22 de novembro de 2011, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente, a partir do 3º ciclo de revisões tarifárias, sejam contabilizadas como Obrigações Especiais. Anteriormente ao 3º ciclo esses valores eram contabilizados como receita operacional. As controladas passaram pelo 3º ciclo de revisão tarifária, sendo EMG e ENF em setembro de 2012, EBO em fevereiro de 2013, ESE em abril de 2013 e EPB

em agosto de 2013, CNEE, EDEVP, CAIUÁ em maio de 2012, CFLO em junho de 2012, ETO em julho de 2012, EMT em agosto de 2013, a partir dessa data, o faturamento das ultrapassagens de demanda passaram a ser contabilizados na rubrica de Obrigações Especiais.

A partir do 4º ciclo de revisão tarifária os novos valores decorrentes da Receita de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente serão apropriados em passivos financeiros setoriais - devolução tarifárias, e serão atualizados mensalmente com aplicação da variação do IPCA e amortizado a partir do início do 5º ciclo tarifário.

A ABRADDEE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), como representante das distribuidoras de energia elétrica, ingressou no judiciário questionando o tratamento dado a esse faturamento.

#### 19.4 Direito de concessão - consolidado

	Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016
Reconhecido por controladas <sup>(1)</sup>	538.012	538.012
Reconhecido pela controladora <sup>(2)</sup>	298.589	298.589
Aquisição participação <sup>(3)</sup>	67.359	67.359
Amortização acumulada	(480.173)	(460.435)
<b>Subtotal</b>	<b>423.787</b>	<b>443.525</b>

A movimentação é como segue:

	Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016
Saldo inicial	443.525	481.014
Amortização no período/exercício	(19.738)	(37.489)
<b>Saldo final</b>	<b>423.787</b>	<b>443.525</b>

#### (1) Intangível reconhecido por controlada:

Corresponde ao direito de concessão incorporado pela controlada ESE que está sendo amortizado a partir de abril de 1998 até o término de concessão de distribuição de energia elétrica (dezembro de 2027). Desde 01 de janeiro de 2016, a Companhia de acordo com o IAS 16 passou a registrar a amortização do ágio pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração da concessão, pelo método linear.

A amortização gera uma redução de imposto de renda e contribuição social da ordem de 34%. Em 30 de junho de 2017, o saldo a amortizar pela controlada é de R\$240.089 (R\$252.412 em 31 de dezembro de 2016).

#### (2) Intangíveis reconhecidos pela controladora:

Correspondem aos direitos de concessão das participações societárias nas controladas EBO, ESE e EPB, no montante de R\$130.861 (R\$124.105 em 31 de dezembro de 2016). Desde 01 de janeiro de 2016, a Companhia de acordo com o IAS 16 passou a registrar a amortização do ativo da concessão pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração da concessão, pelo método linear.

A Companhia adquiriu a empresa de propósitos específicos Parque Eólico Sobradinho, localizada no município Sobradinho - BA, detentora de projetos eólicos, pelo montante de R\$7.022 (R\$7.022 em 31 de dezembro de 2016). Os valores pagos na aquisição do parque eólico estão alocados como concessão, a serem amortizados em 35 anos a partir da entrada em operação comercial.

#### (3) Aquisição de participação

Em 11 de abril de 2014, foi formalizada a transferência das participações societárias que asseguram o controle acionário das sociedades integrantes do Grupo Rede para a Energisa, nos termos do Compromisso de Investimento, Compra e Venda de Ações e Outras Avenças.

O valor do ágio apurado na aquisição das Companhias montou em R\$165.552 foi reconhecido na rubrica "investimentos" na controladora e no "intangível" no consolidado. O preço da aquisição no valor simbólico de R\$1,00 (um real), baseado nas avaliações do patrimônio líquido das empresas adquiridas a valor de mercado. O ágio apurado na aquisição decorre principalmente pela não consideração nas premissas de cálculos do PPA da renovação das concessões de distribuição de energia elétrica prevista pela Lei nº 12.783/2013, que mesmo com a edição do Decreto nº 8.461/2015, que regulamentou a prorrogação das concessões de distribuição de energia

elétrica, suspenso pelo Tribunal de Contas da União o que impossibilitou a assinatura do novo contrato de concessão, a variação entre a média considerada no processo de definição de preço e a melhor estimativa do patrimônio líquido a valor justo na data efetiva da aquisição.

Do montante do ágio R\$165.552, foram deduzidos os ganhos de capital por aumento de participação nos aportes de capital realizados nas controladas JQMJ, BBPM, Denerge e Rede Energia no montante de R\$96.345, totalizando o montante de R\$69.207. Em maio de 2015, em face da alienação dos ativos da controlada indireta Tangará S/A, foram transferidos para bens destinados em alienação o montante de R\$6.361. Além da amortização de R\$13.653 em 31 de dezembro de 2015.

Em 14 de maio de 2015, a Companhia adquiriu o controle acionário da controlada Dinâmica Direitos Creditórios apurando um ágio de R\$4.512.

A previsão de amortização dos direitos de concessão e a redução do imposto de renda e da contribuição social é como segue:

Período de amortização	Consolidado	Redução do imposto de renda e contribuição social
2017 e 2018	54.556	12.557
2019 e 2020	74.288	16.745
2021 e 2022	74.288	16.745
2023 e 2024	74.288	16.745
2025 e 2026	74.288	16.745
2027 e 2028	30.412	2.093
2029 em diante	41.667	-
<b>Total</b>	<b>423.787</b>	<b>81.630</b>

## 20. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Suprimento:				
Furnas	-	-	136	136
Ampla - CUSD	-	-	2.699	2.196
CCEE	-	-	174.555	83.650
Contratos Bilaterais <sup>(1)</sup>	-	-	939.503	1.055.799
Uso de rede básica <sup>(1)</sup>	-	-	18.247	17.317
Conexão à rede <sup>(1)</sup>	-	-	2.703	2.774
Encargo de serviços do sistema <sup>(1)</sup>	-	-	39.889	24.452
Uso do sistema de distribuição (CUSD) <sup>(1)</sup>	-	-	15.022	12.085
Materiais, serviços e outros <sup>(2)</sup>	2.398	2.370	184.303	178.941
<b>Total</b>	<b>2.398</b>	<b>2.370</b>	<b>1.377.057</b>	<b>1.377.350</b>
Circulante	2.398	2.370	1.225.671	1.170.254
Não Circulante	-	-	151.386	207.096

- (1) Refere-se a aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias. Inclui R\$253.602 (R\$326.228 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$136.555 (R\$195.078 em 31 de dezembro de 2016) encontra-se contabilizado no passivo não circulante, de débitos com Eletrobrás devidos pela controlada EMT, referente ao repasse Itaipu, cujo parcelamento dos débitos em atraso foi consolidado em 60 parcelas. Os juros remuneratórios incidentes sobre o principal serão amortizados nas 24 primeiras parcelas e o principal nas demais. Os juros estão sendo calculados pela taxa de 115% do CDI. Em 30 de junho de 2017 foram pagos parcelamentos de débitos com fornecedores de energia no montante de R\$90.825 (R\$77.836 em 31 de dezembro de 2016) e reconhecidos R\$18.199 (R\$52.924 em 31 de dezembro de 2016) de atualização financeira.
- (2) Referem-se a aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica.

## 21. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

### Notas Explicativas

O saldo dos empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros, bem como os encargos e demais componentes a eles relacionados, são como se segue:

Empréstimos, Financiamentos e encargos de dívidas	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Empréstimos e Financiamentos - moeda nacional	-	-	3.262.354	3.298.596
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	82.705	162.955	2.048.358	2.021.916
Encargos de dívidas - moeda nacional	-	-	64.709	37.637
Encargos de dívidas - moeda estrangeira	283	568	20.586	20.194
(-) custos a amortizar - moeda nacional	-	-	(8.861)	(9.306)
(-) custos a amortizar - moeda estrangeira	-	-	(2.307)	(500)
(-) Marcação a mercado de dívidas	(267)	(630)	33.184	25.573
<b>Total</b>	<b>82.721</b>	<b>162.893</b>	<b>5.418.023</b>	<b>5.394.110</b>
Circulante	82.721	81.730	1.539.805	1.317.902
Não Circulante	-	81.163	3.878.218	4.076.208

A composição da carteira de empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros, e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros) (5)	Garantias (1)
	30/06/2017	31/12/2016					
<b>Energisa S/A</b>							
Resolução 4131 - Citibank <sup>(1)</sup>	82.988	163.523	Libor + 1,64% a.a.	abr/18	Anual	3,48%	A
Marcação à Mercado de Dívida <sup>(2)</sup>	(267)	(630)	-	-	-	-	-
<b>Total em Moeda Estrangeira</b>	<b>82.721</b>	<b>162.893</b>					
<b>Total Energisa S/A</b>	<b>82.721</b>	<b>162.893</b>					
<b>Energisa Sergipe</b>							
FIDIC Grupo Energisa III	15.130	15.178	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	6,00%	F
Luz para Todos - Eletrobrás	5.976	8.285	5,00% a.a. (Pré)	ago/26	Mensal	2,47%	A
Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE) - BNB <sup>(4)</sup>	-	1.708	8,30% a.a. (Pré)	jun/17	Mensal	4,07%	F + E
Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT) - BNB <sup>(4)</sup>	-	1.228	TJLP + 4,00% a.a.	jun/17	Mensal	5,54%	F + E
Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE) - BNB <sup>(4)</sup>	7.341	9.019	8,40% a.a. (Pré)	ago/19	Mensal	4,12%	F + E
Repasse BNDES I - ABC	11.094	13.788	TJLP + 2,20% a.a. + 4,10% a.a.	mai/19	Mensal	4,65% A 5,59%	A
Repasse BNDES II - ABC	1.206	1.520	TJLP + 8,10% a.a. + 9,10% a.a.	mai/19	Mensal	7,53% A 8,01%	A
Repasse BNDES - Citibank <sup>(3)</sup>	19.298	17.924	TJLP + 3,96% a.a. + 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	5,52% A 5,67%	A
Repasse BNDES - Itaú <sup>(3)</sup>	5.160	4.792	TJLP + 3,96% a.a. + 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	5,52% A 5,67%	A
Repasse BNDES - Bradesco <sup>(3)</sup>	3.932	3.652	TJLP + 3,96% a.a. + 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	5,52% A 5,67%	A
Repasse BNDES - Citibank <sup>(3)</sup>	15.431	13.862	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	7,72%	A
Repasse BNDES - Itaú <sup>(3)</sup>	4.126	3.707	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	7,72%	A
Repasse BNDES - Bradesco <sup>(3)</sup>	3.144	2.824	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	7,72%	A
Repasse BNDES FINEM - Itaú <sup>(1)</sup>	9.097	10.702	TJLP + 2,90% a.a. + 3,90% a.a. + 2,50% a.a. + 8,70% a.a. (Pré)	mar/20	Mensal	5,00% A 5,49%	A
FINAME - Itaú BBA	15.024	16.403		fev/24	Mensal	1,24% A 4,26%	A
Empréstimo CEF	975	1.028	6,0% a.a.	ago/26	Mensal	2,96%	D
Parcelamento INERGUS	13.334	13.485	5,5% a.a.	dez/39	Mensal	3,70%	D
Nota Promissória Safra - 1ª Série	9.223	-	CDI + 1,65%	abr/18	Final	6,47%	A
Nota Promissória Safra - 2ª Série	83.004	-	CDI + 1,65%	abr/18	Final	6,47%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(1.017)	(724)	-	-	-	-	-
<b>Total em Moeda Nacional</b>	<b>221.478</b>	<b>138.381</b>					
Resolução 4131 - Itaú BBA	105.382	186.385	3,49% a 4,53 a.a. (Pré)	abr/18	Anual	3,24% a 3,75%	A
Resolução 4131 - Citibank <sup>(1)</sup>	253.411	273.940	Libor + 1,77% a.a. + 2,16% a.a.	mai/19	Final	3,54% A 3,73%	A
Resolução 4131 - Bank of America ML <sup>(1)</sup>	41.389	40.772	Libor + 1,75% a.a.	dez/19	Final	-3,53%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(354)	(500)	-	-	-	-	-
Marcação à Mercado de Dívida <sup>(2)</sup>	2.973	4.002	-	-	-	-	-
<b>Total em Moeda Estrangeira</b>	<b>402.801</b>	<b>504.599</b>					

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros) (5)	Garantias (1)
	30/06/2017	31/12/2016					
<b>Total Energisa Sergipe</b>	<b>624.279</b>	<b>642.980</b>					
<b>Energisa Paraíba</b>							
FIDIC Grupo Energisa III	61.529	61.722	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	6,00%	F
Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE) - BNB (4)	-	5.100	7,80% a.a. (Pré)	jun/17	Mensal	3,83%	F + E
Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT) - BNB (4)	19.485	29.271	TJLP + 4,00% a.a.	jun/19	Mensal	5,54%	F + E
Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE) - BNB (4)	-	1.215	8,10% a.a. (Pré)	jun/17	Mensal	3,97%	F + E
Repasse BNDES FINEM - Itaú (1)	18.009	21.118	TJLP + 3,50% a 8,90% a.a.	dez/23	Mensal	5,29% A 7,92%	A
Repasse BNDES - BNB	13.842	17.716	TJLP + 3,40% a 4,40% a.a.	jan/19	Mensal	5,25% A 5,74%	A
Repasse BNDES - Citibank (3)	39.108	33.075	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	5,52% A 5,67%	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	10.584	8.952	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	5,52% A 5,67%	A
Repasse BNDES - Bradesco (3)	8.076	6.831	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	5,52% A 5,67%	A
Repasse BNDES - Citibank (3)	28.111	26.574	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	7,72%	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	7.608	7.192	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	7,72%	A
Repasse BNDES - Bradesco (3)	5.806	5.488	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	7,72%	A
FINAME - Itaú	27.851	30.429	2,50% a 10,0% a.a. (Pré)	ago/23	Mensal	1,24% A 4,88%	A
Parcelamento FUNASA	4.365	4.540	IPCA	dez/29	Mensal	1,18%	-
Nota promissória Safra 1ª Série	6.661	-	CDI + 1,65%	abr/18	Final	6,47%	-
Nota promissória Safra 2ª Série	59.948	-	CDI + 1,65%	abr/19	Final	6,47%	-
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(1.553)	(1.507)	-	-	-	-	-
<b>Total em Moeda Nacional</b>	<b>309.430</b>	<b>257.716</b>					
Resolução 4131 - Itaú BBA	184.911	198.130	3,49% a 3,80% (Pré)	jun/20	Anual	3,24% a 3,39%	A
Resolução 4131 - Citibank (1)	139.867	160.347	Libor + 1,77% a 2,16% a.a.	mai/19	Anual	3,54% a 3,73%	A
Resolução 4131 - Bank of America ML (1)	104.017	102.467	Libor + 2,25% a.a.	set/19	Final	3,78%	A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	8.923	6.558	-	-	-	-	-
<b>Total em Moeda Estrangeira</b>	<b>437.718</b>	<b>467.502</b>					
<b>Total Energisa Paraíba</b>	<b>747.148</b>	<b>725.218</b>					
<b>Energisa Minas Gerais</b>							
FIDIC Grupo Energisa III	15.130	15.178	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	6,00%	F
Luz para Todos - Eletrobrás	3.807	5.102	5,00% a.a. (Pré)	dez/19	Mensal	2,47%	F
Subtransmissão - Eletrobrás	210	356	5,00% a.a. (Pré)	fev/18	Mensal	2,47%	F
Repasse BNDES I - Itaú BBA	1.658	1.881	TJLP + 4,75% a.a.	jan/21	Mensal	5,91%	A
Repasse BNDES II - Itaú BBA	824	926	UMBND + 3,75% a.a. (*)	jan/21	Mensal	1,92%	A
Repasse BNDES III - Itaú BBA	691	784	TJLP + 5,95% a.a.	jan/21	Mensal	6,49%	A
Repasse BNDES IV - Itaú BBA	1.071	1.221	5,50% a.a. (Pré)	jan/21	Mensal	2,71%	A
Repasse BNDES V - Itaú (3)	23.569	17.049	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	5,52% A 5,67%	A
Repasse BNDES VI - Itaú (3)	13.240	12.559	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	7,72%	A
FINAME - Itaú BBA	12.000	13.112	2,50% a 10,0% a.a. (Pré)	abr/24	Mensal	1,24% A 4,88%	A
FINAME - CEF	2.385	2.657	8,70% a.a. (Pré)	nov/21	Mensal	4,26%	A
BNDES FINEM - Itaú BBA (1)	16.730	18.870	TJLP + 2,25% a 4,15% a.a.	dez/23	Mensal	5,00% A 5,49%	A
CCB - Safra (1)	-	6.577	CDI + 3,00% a.a.	jan/17	Final	7,14%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(356)	(398)	-	-	-	-	-
<b>Total em Moeda Nacional</b>	<b>90.959</b>	<b>95.874</b>					
Resolução 4131 - Itaú BBA	60.699	30.493	3,7995% a 4,8535% a.a. (Pré)	jun/20	Final	3,39% a 3,91%	A
Resolução 4131 I - Citibank (1)	54.420	53.615	Libor + 1,36% a.a.	set/17	Final	3,34%	A
Resolução 4131 II - Citibank (1)	88.960	103.238	Libor + 1,77% a 2,16% a.a.	mai/19	Final	3,54% a 3,73%	A
Resolução 4131 II - ABC	48.700	46.330	5,43% a.a. (Pré)	set/17	Final	4,19%	A
Marcação à Mercado de Dívida (2)	3.814	3.997	-	-	-	-	-
<b>Total em Moeda Estrangeira</b>	<b>256.593</b>	<b>237.673</b>					
<b>Total Energisa Minas Gerais</b>	<b>347.552</b>	<b>333.547</b>					
<b>Energisa Nova Friburgo</b>							
FIDIC Grupo Energisa III	4.037	4.050	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	6,00%	F
Luz para Todos - Eletrobrás	219	309	5,00% a.a. (Pré)	mai/19	Mensal	2,47%	-
Repasse BNDES I - Itaú	655	745	TJLP + 4,75% a.a.	dez/20	Mensal	5,91%	A
Repasse BNDES II - Itaú	331	373	UMBND + 3,75%	dez/20	Mensal	1,92%	A

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimen to	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros) (5)	Garan tias (1)
	30/06/2017	31/12/2016					
			a.a.				
Repasso BNDES III - Itaú	273	311	TJLP + 5,95% a.a.	dez/20	Mensal	6,49%	A
Repasso BNDES IV - Itaú	439	502	5,50% a.a. (Pré)	dez/20	Mensal	2,71%	A
Repasso BNDES V - Itaú	2.344	2.649	TJLP + 8,10% a.a.	abr/21	Mensal	7,53%	A
Repasso BNDES VI - Itaú	1.085	1.137	SELIC + 3,10% a.a.	abr/21	Mensal	7,11%	A
			TJLP + 3,96% a	nov/21	Mensal	5,52% A 5,67%	A
Repasso BNDES VII - Itaú <sup>(3)</sup>	4.466	3.976	4,26% a.a.	nov/21	Mensal	7,72%	A
Repasso BNDES VIII - Itaú <sup>(3)</sup>	2.910	2.910	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	7,72%	A
			2,50% a 6,00% a.a.	nov/24	Mensal	1,24% A 2,96%	A
FINAME - Itaú	1.239	1.348	(Pré)	jun/18	Mensal	5,86%	A
BNDES Automático I - Itaú	1.435	2.145	TJLP + 4,65% a.a.	jun/18	Mensal	1,87%	A
			UMBND + 3,65%	jun/18	Mensal	1,87%	A
BNDES Automático II - Itaú	601	876	a.a.				
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(83)	(93)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	19.951	21.238					
Resolução 4131 - Itaú BBA III	25.780	25.422	4,29% a.a. (Pré)	fev/18	Final	3,63%	A
Resolução 4131 - Citibank <sup>(1)</sup>	27.293	26.889	1,36% a.a. (Pré)	set/17	Final	2,19%	A
Santander	-	10.318	3,69% a.a. (Pré)	Jan/17	Final	3,34%	A
Marcação à Mercado de Dívida <sup>(2)</sup>	426	653	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	53.499	63.282					
Total Energisa Nova Friburgo	73.450	84.520					

## Energisa Borborema

FIDIC Grupo Energisa III	5.043	5.059	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	6,00%	F
			UMBND + 3,90%	mar/23	Mensal	1,99%	A
Repasso BNDES I - BNB	2.797	2.887	a.a.	mar/23	Mensal	5,49%	A
Repasso BNDES II - BNB	7.876	8.179	TJLP + 3,90% a.a.	nov/21	Mensal	5,52% A 5,67%	A
			TJLP + 3,96% a	nov/21	Mensal	5,52% A 5,67%	A
Repasso BNDES - Bradesco <sup>(3)</sup>	3.377	2.566	4,26% a.a.	nov/21	Mensal	5,52% A 5,67%	A
			TJLP + 3,96% a	nov/21	Mensal	7,72%	A
Repasso BNDES - Itaú <sup>(3)</sup>	2.948	2.240	4,26% a.a.	nov/21	Mensal	7,72%	A
Repasso BNDES - Bradesco <sup>(3)</sup>	2.370	2.166	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	7,72%	A
Repasso BNDES - Itaú <sup>(3)</sup>	2.068	1.891	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	3,68%	F + E
Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE) - BNB <sup>(4)</sup>	-	1.145	7,50% a.a. (Pré)	jun/17	Mensal	3,68%	F + E
Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE) - BNB <sup>(4)</sup>	2.572	3.393	7,50% a.a. (Pré)	ago/19	Mensal	3,68%	F + E
			2,50% a 8,70% a.a.	fev/21	Mensal	1,24% A 4,26%	A
FINAME - Itaú BBA	2.580	2.809	(Pré)	abr/18		6,47%	
Nota Promissória Safra 1ª série	1.027	-	CDI + 1,65%	mar/19		6,47%	
Nota Promissória Safra 2ª série	9.242	-	CDI + 1,65%	abr/21	Mensal	5,45% A 7,53%	A
BNDES FINEM - Itaú BBA <sup>(1)</sup>	7.153	8.034	TJLP + 3,81% a	abr/21	Mensal	8,10% a.a.	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(162)	(140)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	48.891	40.229					
Resolução 4131 - Itaú BBA	20.616	20.329	4,8535% a.a. (Pré)	jul/18	Final	3,91%	A
Marcação à Mercado de Dívida <sup>(2)</sup>	670	951					
Total em Moeda Estrangeira	21.286	21.280					
Total Energisa Borborema	70.177	61.509					

## Energisa Mato Grosso

FIDIC Grupo Energisa IV	353.606	354.119	TR + 7,00% a.a.	out/34	Mensal	3,92%	F
FIDIC I I Grupo Energisa	484.767	486.289	CDI + 0,70% a.a.	mai/31	Mensal	6,00%	F
CCB - Santander <sup>(1)</sup>	21.505	26.953	CDI + 2,28% a.a.	jun/17	Mensal	6,78%	F + A
			6,00 a 8,00% a.a.	ago/22	Trimestral	2,96% - 3,92%	-
Luz para Todos I - Eletrobrás (6)	-	119.033	(Pré)	nov/19	Mensal	5,57%	-
Luz para Todos II - Eletrobrás (6)	-	136.176	SELIC	nov/21	Mensal	5,52% A 5,67%	A
Repasso BNDES - Bradesco <sup>(3)</sup>	81.363	63.982	TJLP + 3,96% a	nov/21	Mensal	5,52% A 5,67%	A
			4,26% a.a.	nov/21	Mensal	5,52% A 5,67%	A
Repasso BNDES - Itaú <sup>(3)</sup>	75.032	59.004	TJLP + 3,96% a	nov/21	Mensal	7,72%	A
Repasso BNDES - Bradesco <sup>(3)</sup>	68.569	56.797	4,26% a.a.	nov/21	Mensal	7,72%	A
Repasso BNDES - Itaú <sup>(3)</sup>	63.233	52.379	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	7,72%	A
(-)Custo de captação incorrido na contratação	(2.716)	(3.024)					
Total em Moeda Nacional	1.145.359	1.351.708					
Resolução 4131-Bank of America ML <sup>(1)</sup>	-	4.944	Libor + 1,50% a.a.	mai/17	Mensal	3,41%	D
Leasing - Cessna Finance (6)	-	33.622	6,75% a.a. (Pré)	set/20	Trimestral	4,83%	C
Resolução 4131-Bank of America ML (1,4 e 5)	93.564	-	Libor + 1,60% a.a.	jun/20	Trimestral	3,46%	A
Citibank Loan-4131	47.517	-	Libor + 1,70% a.a.	jun/22	Trimestral	3,51%	A
Citibank EDC Loan-4131	47.512	-	Libor + 1,80% a.a.	jun/22	Trimestral	3,56%	A
Marcação à Mercado de Dívida <sup>(2)</sup>	4.766	(1)					
Total em Moeda Estrangeira	193.359	38.565					

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros) (5)	Garantias (1)
	30/06/2017	31/12/2016					
<b>Total Energisa Mato Grosso</b>	<b>1.338.718</b>	<b>1.390.273</b>					
<b>Energisa Mato Grosso do Sul</b>							
FIDIC Grupo Energisa IV	291.583	292.084	TR + 7,00% a.a.	out/34	Mensal	3,92% 6,00%	F
FIDIC II Grupo Energisa	221.201	221.896	CDI + 0,70% a.a.	mai/31	Mensal		F
Repasso BNDES - Bradesco (3)	37.434	32.771	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	5,52% a 5,67%	A
Repasso BNDES - Itaú (3)	33.023	29.178	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	5,52% a 5,67%	A
Repasso BNDES - Bradesco (3)	28.094	26.736	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	7,72%	A
Repasso BNDES - Itaú (3)	24.784	23.586	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	7,72%	A
Luz para Todos - Eletrobrás (6)	-	29.055	6,00 a 8,00% a.a. (Pré)	mai/22	Trimestral	2,96% a 3,92%	-
(-)Custo de captação incorrido na contratação	(1.233)	(1.373)	-	-	-	-	-
<b>Total em Moeda Nacional</b>	<b>634.886</b>	<b>653.933</b>	-	-	-	-	-
Resolução 4131-Bank of America ML I(1)	-	102.673	2,00% a.a. (Pré)	jun/17	Final	2,51%	D
Loan Citi-4131	47.891	-	Libor + 1,70% a.a.	mai/22	Trimestral	3,51%	A
Loan Citi EDC-4131	47.872	-	Libor + 1,80% a.a.	mai/22	Trimestral	3,56%	A
(-)Custo de captação incorrido na contratação	(1.100)	-	-	-	-	-	-
(-)Marcação à Mercado de Dívida (2)	2.258	6	-	-	-	-	-
<b>Total em Moeda Estrangeira</b>	<b>96.921</b>	<b>102.679</b>					
<b>Total Energisa Mato Grosso do Sul</b>	<b>731.807</b>	<b>756.612</b>					
<b>Energisa Tocantins</b>							
Luz para Todos I - Eletrobrás	20.973	23.622	6,0% a.a.	abr/22	Mensal	2,96%	F
Luz para Todos II - Eletrobrás	52.376	63.600	SELIC	nov/19	Mensal	5,57%	-
CCB - Santander (1)	55.779	69.911	CDI + 2,28% a.a.	jun/19	Mensal	6,78%	F
Repasso BNDES - Bradesco (3)	68.813	54.851	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	5,52% a 5,67%	A
Repasso BNDES - Itaú (3)	30.229	24.093	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	5,52% a 5,67%	A
Repasso BNDES - Bradesco (3)	51.432	42.544	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	7,72%	A
Repasso BNDES - Itaú (3)	22.592	18.688	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	7,72%	A
Nota Promissória Itaú (1)	107.081	100.408	CDI + 1,85% a 1,95% a.a.	dez/19	Final	6,57% a 6,62%	
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(1.733)	(2.037)	-	-	-	-	-
<b>Total em Moeda Nacional</b>	<b>407.542</b>	<b>395.680</b>					
Resolução 4131 - Itaú (1)	198.089	213.866	4,04% a.a. (Pré)	abr/20	Mensal	3,51%	F
Loan Citi-4131-Itaú	37.197	-	Libor + 1,70% a.a.	mai/22	Trimestral	7,93%	A
Loan Citi-4131	37.178	-	Libor + 1,80% a.a.	mai/22	Trimestral	7,98%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(853)	-	-	-	-	-	-
Marcação à Mercado de Dívida (2)	5.666	4.880	-	-	-	-	-
<b>Total em Moeda Estrangeira</b>	<b>277.277</b>	<b>218.746</b>					
<b>Total Energisa Tocantins</b>	<b>684.819</b>	<b>614.426</b>					
<b>Energisa Sul Sudeste</b>							
CCB - Santander (1)	5.712	7.160	CDI + 2,28% a.a.	jun/19	Mensal	6,78%	F + A
Repasso BNDES I - Itaú (3)	47.550	15.800	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	5,52% A 5,67%	A
Repasso BNDES II - Itaú (3)	30.053	9.731	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	7,72%	A
Nota Promissória Santander - 1ª Emissão	28.707	-	CDI + 1,35%	out/17	Final	6,32%	A
Nota Promissória - SAFRA	10.393	-	CDI + 1,65%	fev/19	Final	6,47%	A
<b>Total em Moeda Nacional</b>	<b>122.415</b>	<b>32.691</b>					
Resolução 4131 - Itaú BBA	124.959	84.698	3,40% a 4,29% a.a. (Pré)	fev/18	Trimestral	2,43%	A
Resolução 4131 - Bank of America ML (1)	-	42.033	1,85% a.a. (Pré)	jun/17	Trimestral	3,51%	A
Loan Citi - 4131	22.703	-	Libor + 1,70% a.a.(Pré)	jun/22	Trimestral	3,56%	A
Loan Citi EDC - 4131	22.700	-	Libor + 1,80% a.a.(Pré)	jun/22	Trimestral	2,88%	A
Banco BBM55722 Operação 4131	21.006	-	2,76% a.a. (Pré)	abr/18	Final	3,96%	A
Resolução 4131 - ABC (1)	48.476	-	4,96% a.a.(Pré)	ago/17	Final	5,52% a 5,67%	A
(-)Marcação à Mercado de Dívida (2)	2.847	1.329	-	-	-	7,72%	-
<b>Total em Moeda Estrangeira</b>	<b>242.691</b>	<b>128.060</b>					

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros) (5)	Garantias (1)
	30/06/2017	31/12/2016					
Total Energisa Sul Sudeste	365.106	160.751					
<b>Cia Nacional de Energia Elétrica(*)</b>							
Repasso BNDES I - Itaú <sup>(3)</sup>	-	8.558	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	5,52% a 5,67%	A
Repasso BNDES II - Itaú <sup>(3)</sup>	-	4.702	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	7,72%	A
Total em Moeda Nacional	-	13.260					
Total Cia Nacional de Energia	-	13.260					
<b>Cia Força e Luz Oeste (*)</b>							
Luz para Todos - Eletrobrás	-	64	6,0% a.a. (Pré)	jul/18	Mensal	2,96%	F
Repasso BNDES I - Itaú <sup>(3)</sup>	-	2.141	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	5,52% a 5,67%	A
Repasso BNDES II - Itaú <sup>(3)</sup>	-	1.754	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	7,72%	A
Total em Moeda Nacional	-	3.959					
Resolução 4131 - Itaú BBA	-	25.422	3,83% a.a. (Pré)	fev/18	Final	3,63%	A
Marcação à Mercado de Dívida <sup>(2)</sup>	-	753					
Total em Moeda Estrangeira	-	26.175					
Total Cia Força e Luz Oeste	-	30.134					
<b>Empresa Vale Paranapanema (*)</b>							
Repasso BNDES I - Itaú <sup>(3)</sup>	-	8.453	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	5,52% a 5,67%	A
Repasso BNDES II - Itaú <sup>(3)</sup>	-	5.068	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	7,72%	A
Total em Moeda Nacional	-	13.521					
Total Vale Paranapanema	-	13.521					
<b>Empresa Elétrica Bragantina (*)</b>							
Luz para Todos - diversos - Eletrobrás	-	1.661	6,0% a.a. (Pré)	jul/22	Mensal	2,96%	F
Repasso BNDES I - Itaú <sup>(3)</sup>	-	9.195	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	5,52% a 5,67%	A
Repasso BNDES II - Itaú <sup>(3)</sup>	-	6.520	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	7,72%	A
Total em Moeda Nacional	-	17.376					
Resolução 4131 - Itaú	-	13.031	3,40% a.a. (Pré)	nov/17	Mensal	3,20%	A
Resolução 4131 - ABC	-	46.263	4,96% a.a. (Pré)	ago/17	Final	3,96%	A
Marcação à Mercado de Dívida <sup>(2)</sup>	-	1.505	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	-	60.799					
Total Empresa Elétrica Bragantina	-	78.175					
<b>Energisa Soluções</b>							
FINEP	1.641	2.257	8,00% a.a. (Pré)	out/18	Mensal	3,92%	D
FINAME - Itaú BBA	2.820	3.035	2,50 a 6,00% a.a. (Pré)	fev/24	Mensal	1,24% a 2,96%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(8)	(10)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	4.453	5.282					
Total Energisa Soluções	4.453	5.282					
<b>Energisa Soluções Construções</b>							
FINAME - Itaú BBA	4.161	3.903	6,00% a.a. (Pré)	nov/24	Mensal	2,96%	A
FINAME - Itaú BBA	1.083	-	SELIC + 5,14%	jan/22	Mensal	8,11%	A
FINAME - Itaú BBA	2.947	-	TJLP + 4,80% a.a.	Nov/17	Mensal	5,93%	A
Total em Moeda Nacional	8.191	3.903					
Total Energisa Soluções Construções	8.191	3.903					
<b>Energisa Comercializadora</b>							
ITAU BBA - 4131 ECOM Nº AGE923670	33.847	33.360	4,85% a.a. (Pré)	jul/18	Final	3,91%	-
Marcação à Mercado de Dívida <sup>(2)</sup>	1.108	1.570					
Total em Moeda Estrangeira	34.955	34.930					
Total Energisa Comercializadora	34.955	34.930					
<b>Rede Energia S.A.</b>							
Credores "RJ" - Bicbanco	4.924	4.577	1,0% a.a. (Pré)	nov/35	Final	0,50%	F
Credores "RJ" - BNB	10.853	10.091	1,0% a.a. (Pré)	nov/35	Final	0,50%	F
Total em Moeda Nacional	15.777	14.668					
Total Rede Energia S.A.	15.777	14.668					
<b>Denerge</b>							
FI-FGTS (Reestruturado)	285.083	263.987	TR + 4,00% a.a.	nov/35	Final	2,46%	-
Total em Moeda Nacional	285.083	263.987					

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros) (5)	Garantias (1)
	30/06/2017	31/12/2016					
Total Denerge	285.083	263.987					
<b>Cia Téc.de Comercialização de Energia</b>							
Credores "RJ" - BMG	3.787	3.521	1,0% a.a. (Pré)	nov/35	Final	1,00%	-
Total em Moeda Nacional	3.787	3.521					
Total Cia Téc.de Comerc.de Energia	3.787	3.521					
Em Moeda Nacional	3.318.202	3.327.427					
Em Moeda Estrangeira	2.099.821	2.066.683					
Energisa Consolidada	5.418.023	5.394.110					

A=Aval Energisa S/A, B=Alienação Fiduciária, C=Depósito Caução, D=Fiança, E=Fundo Reserva, F=Receíveis  
(\*) controladas indiretas incorporada em 30 de junho de 2017 pela Energisa Sul Sudeste.

- (1) O contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela Energisa S/A. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 34 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 30 de junho de 2017, as exigências contratuais foram cumpridas.
- (2) Estas operações estão sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo ou pela designação como "Fair Value Option" (nota explicativa nº 34).
- (3) A Companhia firmou um acordo de investimentos com a BNDES Participações S.A - BNDESPAR por meio de um sindicato de bancos, formado entre Itaú Unibanco S/A, Banco Bradesco S/A, Banco BTG Pactual S/A e Banco Citibank S/A, visando o repasse no âmbito dos programas FINAME e FINEM já enquadrado para as treze subsidiárias de distribuição de energia elétrica controladas pela Companhia, no montante aproximado de R\$ 1.250.000, sujeito ao atendimento das condições estabelecidas entre os Agentes Repassadores e as controladas e à confirmação, aprovação e disponibilidade de recursos por parte do BNDES.

O Acordo de Investimentos prevê, ainda, o compromisso de implementar alterações no Estatuto Social da Companhia de forma a adequá-lo às melhores práticas de governança e adesão ao Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa em até 48 meses contados da data de emissão das debentures de 7ª emissão (nota explicativa Nº 22).

Até 30 de junho de 2017 foram liberados R\$844.235, referente a 1ª tranche do programa do Acordo de Investimentos conforme demonstrado abaixo:

Empresas	Valores (R\$)
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A	280.128
Energisa Mato Grosso Sul Distribuidora Energia S/A	119.399
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A	166.661
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	96.970
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	49.754
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A	36.264
Energisa Sul-Sudeste - Distribuição de Energia S/A (a)	75.660
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A	10.541
Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A	7.194
Energisa Soluções Construções	1.664
<b>Total</b>	<b>844.235</b>

- (a) Em 30 de junho de 2017, foram incorporadas pela Energisa Sul-Sudeste - Distribuição de Energia S.A (nova denominação de Caiuá - Distribuição de Energia S/A) a Empresa Elétrica Bragantina S.A, Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A., Companhia Nacional de Energia Elétrica, e Companhia Força e Luz do Oeste.

Esses recursos serão destinados a expansão e modernização do sistema de distribuição de energia elétrica na área de concessão das controladas, além de investimentos na aquisição de máquinas e equipamentos e investimentos sociais não contemplados nos licenciamentos ambientais.

Os contratos junto ao BNDES possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora Energisa S.A.. Além disto, estes contratos possuem obrigações contratuais não financeiras, como envio periódico de informações, cumprimento regular de normas trabalhistas, manutenção de licenças necessárias à operação, bem como de seguros, entre outras, que são avaliadas pelo banco quanto ao fiel atendimento. O descumprimento desses níveis e obrigações pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 34 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 30 de junho de 2017, os índices foram cumpridos.

- (4) Considera bônus de adimplemento de 25% e 15% sobre juros para investimentos no semiárido e fora do semiárido, respectivamente.
- (5) Para as dívidas em moeda estrangeira, inclui variação cambial.
- (6) As controladas EMT e EMS liquidaram antecipadamente seus empréstimos junto a Eletrobrás em junho/ 2017. A controlada EMT alienou em março/ 2017 aeronave adquirida através de contratado de arrendamento mercantil.

Para garantia de pagamento das parcelas, as controladas mantêm aplicações financeiras no montante de R\$153.957 (R\$216.924 em 31 de dezembro de 2016), registrado na rubrica “Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados” no ativo consolidado.

Os contratos de financiamentos em moeda estrangeira possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 34 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos).

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia e suas controladas têm como prática contábil alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas nos período/exercício:

Moeda/indicadores	30/06/2017	31/12/2016
US\$ x R\$	1,51%	-16,54%
TJLP	3,56%	7,50%
SELIC	5,57%	14,02%
CDI	5,65%	14,00%
IPCA	1,18%	6,29%
IGP-M	-1,97%	7,19%
LIBOR	1,15%	0,67%
UMBNB	0,06%	0,07%
TR	0,48%	2,01%
IPC-FIPE	0,99%	6,55%

Em 30 de junho de 2017, os vencimentos dos financiamentos de longo prazo são os seguintes:

	Consolidado
2018	391.613
2019	835.496
2020	495.610
2021	397.200
Após 2021	1.758.299
<b>Total</b>	<b>3.878.218</b>

Seguem as movimentações ocorridas no período/exercício:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
<b>Saldos em 31/12/2016 e 31/12/2015</b>	<b>162.893</b>	<b>423.411</b>	<b>5.394.110</b>	<b>5.460.440</b>
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	-	270.000	880.501	1.773.025
Custos Apropriados	-	-	(2.846)	(5.780)
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	1.418	(41.695)	259.950	45.119
Marcação Mercado da Dívida	362	(1.127)	7.611	39.816
Pagamento de principal	(79.617)	(470.883)	(947.418)	(1.517.169)
Pagamento de juros	(2.335)	(16.813)	(173.885)	(401.341)
<b>Saldos em 30/06/2017 e 31/12/2016</b>	<b>82.721</b>	<b>162.893</b>	<b>5.418.023</b>	<b>5.394.110</b>
<b>Circulante</b>	<b>82.721</b>	<b>81.730</b>	<b>1.539.805</b>	<b>1.317.902</b>
<b>Não circulante</b>	<b>-</b>	<b>81.163</b>	<b>3.878.218</b>	<b>4.076.208</b>

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos períodos/exercícios subsequentes são como

## Notas Explicativas

Empresas	Contratos	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019 em diante	Total
ESE	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	13	25	48	86
	Banco ABC Repasse BNDES	9	18	8	35
	Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2009-2010 (FNE)	28	56	37	121
	Banco Itaú BBA - BNDES	41	82	241	364
	Banco BAML	125	208	21	354
	Banco SAFRA	115	229	67	411
		<b>331</b>	<b>618</b>	<b>422</b>	<b>1.371</b>
EPB	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	48	97	194	339
	Banco do Nordeste -Financ.Investimentos 2007-2008 (FAT)	2	-	-	2
	Banco do Nordeste -Financ.Investimentos 2008-2009 (FNE)	51	103	52	206
	Banco do Nacional de Desenvolvimento Economico e Social - BNDES	80	161	468	709
	Nota Promissória SAFRA 1º Série	8	5	-	13
	Nota Promissória SAFRA 2º Série	76	155	53	284
		<b>265</b>	<b>521</b>	<b>767</b>	<b>1.553</b>
EMG	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	12	24	48	84
	Banco Itaú BBA - BNDES	31	61	180	272
		<b>43</b>	<b>85</b>	<b>228</b>	<b>356</b>
ENF	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	3	6	13	22
	Banco Itaú BBA - BNDES	7	14	40	61
		<b>10</b>	<b>20</b>	<b>53</b>	<b>83</b>
EBO	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	4	8	15	27
	Banco Itaú BBA - BNDES	10	20	60	90
	Nota Promissória SAFRA 1º Série	2	2	-	4
	Nota Promissória SAFRA 2º Série	12	23	6	41
		<b>28</b>	<b>53</b>	<b>81</b>	<b>162</b>
ESOL	Finep	3	5	-	8
		<b>3</b>	<b>5</b>	<b>-</b>	<b>8</b>
ETO	Banco Santander	86	120	34	240
	Banco Itaú BBA - BNDES	170	339	984	1.493
	Banco Citibank	78	156	534	768
	Banco Citibank - EDC	9	17	59	85
		<b>343</b>	<b>632</b>	<b>1.611</b>	<b>2.586</b>
EMT	Banco Itaú BBA - BNDES	307	615	1.794	2.716
		<b>307</b>	<b>615</b>	<b>1.794</b>	<b>2.716</b>
EMS	Banco Itaú BBA - BNDES	135	276	822	1.233
	Loan Citibank	93	194	688	975
	Banco Citibank - EDC	19	30	76	125
		<b>247</b>	<b>500</b>	<b>1.586</b>	<b>2.333</b>
	<b>TOTAL</b>	<b>1.577</b>	<b>3.049</b>	<b>6.542</b>	<b>11.168</b>

## 22. Debêntures (não conversíveis em ações)

O saldo das debêntures e demais componentes a elas relacionadas, são como se segue:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Debentures - moeda nacional	1.580.269	1.538.294	2.248.540	2.275.826
(-) custos de captação incorridos na captação	(4.160)	(4.827)	(6.829)	(8.213)
<b>Total</b>	<b>1.576.109</b>	<b>1.533.467</b>	<b>2.241.711</b>	<b>2.267.613</b>
Circulante	127.499	110.780	287.733	274.588
Não Circulante	1.448.610	1.422.687	1.953.978	1.993.025

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização/ parcelas	Taxa efetiva de juros
	30/06/2017	31/12/2016						
<b>ENERGISA S/A</b>								
5ª Emissão/1ª Série	57.443	58.078	15/07/12	12.857 / 12.857	CDI + 2,3348% a.a	jul / 17	Anual, após jul.2016	6,81%
5ª Emissão/2ª Série	367.184	343.159	15/07/12	27.143 / 27.143	IPCA+10,7011% a.a	jul / 19	Anual, após jul.2018	6,39%
7ª Emissão/1ª Série	192.130	189.020	25/11/15	166.667 / 117.001	IPCA+8,75% a.a	ago / 20	Final	5,46%
7ª Emissão/2ª Série	192.130	189.020	25/11/15	166.667 / 117.001	IPCA+8,75% a.a	ago / 21	Final	5,46%
7ª Emissão/3ª Série	192.130	189.020	25/11/15	166.667 / 117.001	IPCA+8,75% a.a	ago / 22	Final	5,46%
7ª Emissão/4ª Série	193.084	189.999	25/11/15	166.667 / 117.001	IPCA+10,25% a.a	ago / 20	Final	6,18%
7ª Emissão/5ª Série	193.084	189.999	25/11/15	166.667 / 117.001	IPCA+10,25% a.a	ago / 21	Final	6,18%
7ª Emissão/6ª Série	193.084	189.999	25/11/15	166.667 / 117.001	IPCA+10,25% a.a	ago / 22	Final	6,18%
(-) custos de captação	(4.160)	(4.827)						
<b>Total ENERGISA S A</b>	<b>1.576.109</b>	<b>1.533.467</b>						
<b>ENERGISA SERGIPE</b>								
3ª Emissão	39.327	36.904	30/10/13	60 / 60	115,5% do CDI	out / 19	Anual	6,53%
<b>Total ENERGISA SERGIPE</b>	<b>39.327</b>	<b>36.904</b>						
<b>REDE ENERGIA</b>								
4ª Emissão	47.236	43.914	22/12/09	370.000 / 0	1% a.a	jul / 36	Final	1,00%
<b>Total REDE ENERGIA</b>	<b>47.236</b>	<b>43.914</b>						
<b>EMS</b>								
7ª Emissão	313.160	353.240	31/05/14	40.000 / 40.000	CDI+2,28% a.a	mai / 21	Semestral	6,78%
(-) custos de captação	(1.259)	(1.601)						
<b>Total EMS</b>	<b>311.901</b>	<b>351.639</b>						
<b>EMT</b>								
5ª Emissão	268.548	303.474	15/05/14	45.000 / 34.140	CDI+2,28% a.a	mai / 21	Mensal, após jun.2016	7,68%
(-) custos de captação	(1.410)	(1.785)						
<b>Total EMT</b>	<b>267.138</b>	<b>301.689</b>						
<b>TOTAL</b>	<b>2.248.540</b>	<b>2.275.826</b>						
(-) custos de captação	(6.829)	(8.213)						
<b>Total em moeda nacional</b>	<b>2.241.711</b>	<b>2.267.613</b>						
<b>CONSOLIDADO</b>	<b>2.241.711</b>	<b>2.267.613</b>						

- Os recursos decorrentes da 7ª emissão da Energisa fazem parte de um acordo de investimentos com a BNDES Participações S.A - BNDESPAR destinados ao reforço da estrutura de capital da empresa para viabilizar a modernização e expansão de suas controladas operacionais de distribuição de energia elétrica, sobretudo as controladas adquiridas da Rede Energia S/A.

Em acréscimo também foi contratado sindicato de bancos, formado entre Itaú Unibanco S/A, Banco Bradesco S/A, Banco BTG Pactual S/A e Banco Citibank S/A, visando o repasse no âmbito dos programas FINAME e FINEM (nota explicativa nº 21).

O acordo de investimentos prevê, ainda, o compromisso de implementar alterações no Estatuto Social da Companhia de forma a adequá-lo às melhores práticas de governança e adesão ao Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa em até 48 meses contados da data de emissão das debêntures, dentre outros.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela Energisa S/A. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 34 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 30 de junho de 2017, as exigências contratuais foram cumpridas.

As debêntures estão garantidas por aval da controladora Gipar S/A.

- Os debenturistas da 5ª emissão da Energisa, em correspondência de 23 de maio de 2016 estabeleceram novos indicadores com aplicação a partir de 30 de junho de 2016. Em 30 de junho de 2017, as exigências contratuais foram cumpridas.
- Os debenturistas da 5ª emissão de debêntures da EMT e os debenturistas da 7ª emissão de debêntures da EMS em correspondências de 29 de junho 2016 suspenderam a aplicação dos indicadores financeiros durante o período de 30 de junho de 2016 a 30 de junho de 2017 e, estabeleceram novos indicadores para os trimestres subsequentes. Em 30 de junho de 2017, as exigências contratuais foram cumpridas.

**Notas Explicativas** As debêntures de 4ª emissão da controlada Rede Energia com o Banco do Nordeste do Brasil S/A foram repactuadas na Recuperação Judicial - (opção A) com juros de 1% e estão sendo apresentadas deduzidas de R\$289.742 de ajuste a valor presente.

Em 30 de junho de 2017, as debêntures classificadas no não circulante têm seus vencimentos assim programados:

Ano	Controladora	Consolidado
2018	166.116	253.061
2019	165.621	327.511
2020	371.948	521.838
2021	372.311	434.765
Após 2021	372.614	416.803
<b>Total</b>	<b>1.448.610</b>	<b>1.953.978</b>

Os custos de captações das debêntures a serem amortizados nos períodos/exercícios subsequentes são como segue:

30/06/2017					30/06/2017						
	Controladora			Consolidado		Controladora			EMS	EMT	Consolidado
	5ª Emissão 1ª S	5ª Emissão 2ª S	7ª Emissão			5ª Emissão 1ª S	5ª Emissão 2ª S	7ª Emissão	7ª Emissão	5ª Emissão	
Exercício 2017	22	45	488	555	Exercício 2017	22	45	488	280	312	1.147
Exercício 2018	-	91	975	1.066	Exercício 2018	-	91	975	560	624	2.250
2019 em diante	-	53	2.486	2.539	2019 em diante	-	53	2.486	419	474	3.432
	<b>22</b>	<b>189</b>	<b>3.949</b>	<b>4.160</b>		<b>22</b>	<b>189</b>	<b>3.949</b>	<b>1.259</b>	<b>1.410</b>	<b>6.829</b>

31/12/2016					31/12/2016						
	Controladora			Consolidado		Controladora			EMS	EMT	Consolidado
	5ª Emissão 1ª S	5ª Emissão 2ª S	7ª Emissão			5ª Emissão 1ª S	5ª Emissão 2ª S	7ª Emissão	7ª Emissão	5ª Emissão	
Exercício 2017	157	91	975	1.223	Exercício 2017	157	91	975	642	714	2.579
Exercício 2018	-	91	975	1.066	Exercício 2018	-	91	975	642	714	2.422
2019 em diante	-	53	2.485	2.538	2019 em diante	-	53	2.485	317	357	3.212
	<b>157</b>	<b>235</b>	<b>4.435</b>	<b>4.827</b>		<b>157</b>	<b>235</b>	<b>4.435</b>	<b>1.601</b>	<b>1.785</b>	<b>8.213</b>

Seguem as movimentações ocorridas no período/exercício:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
<b>Saldos em 31/12/2016 e 31/12/2015</b>	<b>1.533.467</b>	<b>1.516.588</b>	<b>2.267.613</b>	<b>2.516.577</b>
Compra Deb. Tesouraria 5ª Emissão 2ª Série	-	(30.851)	-	(39.106)
Venda Deb. Tesouraria 5ª Emissão 2ª Série	-	4.814	-	4.814
Custos Apropriados	-	(217)	-	(217)
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	99.135	244.672	146.989	376.318
Pagamento de principal	-	(51.898)	(74.260)	(150.964)
Recompra de debêntures	-	-	-	(150.000)
Pagamento de juros	(56.493)	(149.641)	(98.631)	(289.809)
<b>Saldos em 30/06/2017 e 31/12/2016</b>	<b>1.576.109</b>	<b>1.533.467</b>	<b>2.241.711</b>	<b>2.267.613</b>
<b>Circulante</b>	<b>127.499</b>	<b>110.780</b>	<b>287.733</b>	<b>274.588</b>
<b>Não circulante</b>	<b>1.448.610</b>	<b>1.422.687</b>	<b>1.953.978</b>	<b>1.993.025</b>

Recompra de debêntures - Controladora:

. Em 19 de abril de 2016 controladora efetuou uma compra de 362 debêntures para tesouraria de sua 5ª emissão 2ª série no valor de R\$ 5.076.

. Em 31 de maio de 2016 controladora efetuou uma compra de 1.413 debêntures para tesouraria de sua 5ª emissão 2ª série no valor de R\$ 20.447.

. Em 30 de junho de 2016 controladora efetuou uma compra de 362 debêntures para tesouraria de sua 5ª emissão 2ª série no valor de R\$ 5.328.

**Recuperação de debêntures - Controladas:****Notas Explicativas**

. Em 04 de janeiro de 2016 e em 23 de março de 2016 controlada indireta Energisa Mato Grosso efetuou o resgate e cancelamento de 10.000 debêntures de sua 5ª emissão 2ª série com o pagamento de liquidações aos debenturistas de R\$100.000 de principal e de R\$3.800 de juros, totalizando R\$103.800.

. Em 08 de setembro de 2016 controlada indireta Energisa Mato Grosso efetuou uma recompra de 860 debêntures para tesouraria de sua 5ª emissão 2ª série no valor de R\$ 8.255, tendo sido canceladas em outubro de 2016.

. Em 04 de janeiro de 2016 a controlada indireta Energisa Tocantins efetuou o resgate de 5.000 debêntures de sua 1ª emissão com o pagamento de liquidações aos debenturistas de R\$50.000.

**23. Tributos e contribuições sociais**

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Imposto s/Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (a)	-	-	408.216	334.662
Encargos Sociais	1.442	624	21.459	20.870
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ (b)	-	-	117.378	121.990
Contribuição Social s/ o Lucro - CSSL (b)	-	-	50.952	44.318
Contribuições ao PIS e a COFINS	2.494	1.389	107.147	113.204
Imposto Sobre Serviços	295	-	5.085	-
Imposto s/ Operações Financeiras - IOF	310	269	1.461	812
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.228	1.266	6.146	6.097
Contribuição Previdenciária s/ Receita Bruta - CPRB	-	-	649	240
Outros	57	243	29.294	39.741
<b>Total</b>	<b>5.826</b>	<b>3.791</b>	<b>747.787</b>	<b>681.934</b>
Circulante	5.826	3.791	413.026	426.431
Não Circulante	-	-	334.761	255.503

(a) ICMS - as controladas CAIUÁ, CNEE, EEB e EDEVP, possuem liminar suspendendo a cobrança do ICMS sobre os valores faturados com subvenção do "baixa renda", com depósito judicial, enquanto as controladas EMT, ETO, EMS, EPB, ESE, EBO, EMG e ENF possuem R\$64.201 (R\$59.130 em 31 de dezembro de 2016), referente ao ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição e transmissão aos consumidores livres e ICMS sobre a demanda de energia, que se encontram suspenso por liminares dos consumidores (vide nota explicativa nº 7).

(b) IRPJ e CSSL - as controladas EMG, ENF, EPB, EBO e ESE, possuem liminar suspendendo a cobrança de IRPJ e CSSL incidentes sobre juros e acréscimos moratórios cobrados nas notas fiscais/contas de energia elétrica.

Todos os valores citados nos itens (a) e (b) encontram-se demonstrados no passivo não circulante.

**24. Encargos setoriais - consolidado**

	30/06/2017	31/12/2016
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	104.175	121.890
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	3.273	3.582
Ministério de Minas e Energia - MME	1.618	1.777
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL	1.758	-
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	135.696	132.438
Programa de Eficiência Energética - PEE	220.430	230.256
<b>Total</b>	<b>466.950</b>	<b>489.943</b>
Circulante	284.107	314.144
Não-circulante	182.843	175.799

O contrato de concessão das controladas estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), a ser recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848 de 15 de março de 2004, nº 11.465 de 28 de março de 2007 e nº 12.212 de 21 de janeiro de 2010.

A atualização das parcelas referentes ao PEE e P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176 de 28 de novembro de 2005, nº 219 de 11 de abril de 2006, nº 300 de 12 de fevereiro de 2008, nº 316 de 13 de maio de 2008, nº 504 de 14 de agosto de 2012, nº 556 de 18 de junho de 2013 e Ofício Circular nº 1.644/2009-SFF/ANEEL de 28 de dezembro de 2009.

Por meio das Resoluções Normativas nº 316, de 13 de maio de 2008, alterada pela REN nº 504 de 14 de agosto de 2012 e nº 556 de 18 de junho de 2013, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do programa de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento. Entre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de serviços em curso até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa, enquanto a realização das obrigações por aquisição de ativo intangível, tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais.

## 25. Parcelamento de impostos - Consolidado

As controladas possuem parcelamentos de impostos junto as secretarias estaduais e federais, que inclui os respectivos benefícios e reduções, distribuídos da forma a seguir. Os parcelamentos federais são corrigidos pela variação da Taxa Selic e os estaduais através dos índices adotados por cada UF:

Descrição	EMT	EEVP	ESS*	30/06/2017	31/12/2016
PIS/COFINS	-	1.608	-	1.608	2.051
ICMS	354	-	77.177	77.531	82.695
<b>TOTAL</b>	<b>354</b>	<b>1.608</b>	<b>77.177</b>	<b>79.139</b>	<b>84.746</b>
Circulante	283	230	11.070	11.583	13.839
Não Circulante	71	1.378	66.107	67.556	70.907

(\*) Incluem as empresas CAIUÁ, CNEE, EDEVP, EEB, CFLO. Em 30 de junho de 2017 a Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A (nova denominação da Caiuá Distribuição de Energia S/A ("CAIUÁ")) incorporou as empresas CNEE, EDEVP, EEB e CFLO (vide nota explicativa nº 1)

As Controladas CAIUÁ, CNEE, EDEVP, EEB, CFLO possuem parcelamentos ordinários e de dívida ativa junto a Secretaria da Fazenda Estadual de São Paulo e Paraná (ELO) no montante R\$77.177 (R\$82.199 em 31 de dezembro de 2016) sendo: R\$25.015 (R\$26.483 em 31 de dezembro de 2016) na CAIUÁ, R\$14.472 (R\$15.322 em 31 de dezembro de 2016) na CNEE, R\$18.638 (R\$19.732 em 31 de dezembro de 2016) na EDEVP, R\$18.545 (R\$19.686 em 31 de dezembro de 2016) na EEB, R\$ 507 (R\$976 em 31 de dezembro de 2016) na CFLO.

Conforme AGE de 30/06/2017, a Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A ("ESS") (nova denominação social da Caiuá), incorporou as distribuidoras CNEE, EDEVP, EEB e CFLO.

Posição em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016:

	Valor original	Multa	Juros	30/06/2017	31/12/2016
PIS/COFINS	580	116	912	1.608	2.051
ICMS	42.131	4.707	30.693	77.531	82.695
<b>TOTAL</b>	<b>42.711</b>	<b>4.823</b>	<b>31.605</b>	<b>79.139</b>	<b>84.746</b>
Circulante	6.251	706	4.626	11.583	13.839
Não Circulante	36.460	4.117	26.979	67.556	70.907

Os saldos consolidados dos impostos parcelados estão programados para serem liquidados conforme apresentado abaixo:

	30/06/2017	31/12/2016
2018	8.159	15.997
2019	15.403	14.583
2020	14.459	13.643
Após	29.535	26.684
<b>Total</b>	<b>67.556</b>	<b>70.907</b>

**26. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais****Notas Explicativas**

Controladora	Trabalhistas	Fiscais	30/06/2017	31/12/2016
Saldos iniciais - não circulante - 31/12/2016 e 31/12/2015	1.319	13	1.332	674
Constituição de provisões	7	-	7	1.026
Reversões de provisões	-	-	-	(417)
Pagamentos	(7)	-	(7)	-
Atualização monetária	21	-	21	49
<b>Saldos finais - não circulante - 30/06/2017 e 31/12/2016</b>	<b>1.340</b>	<b>13</b>	<b>1.353</b>	<b>1.332</b>
Depósitos e cauções vinculados (*)			-	(68)

(\*) A Companhia possui cauções e depósitos vinculados registrados no ativo não circulante, no montante de R\$99 (R\$96 em 31 de dezembro de 2016). Do montante, R\$99 (R\$28 em 31 de dezembro de 2016) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de êxito ser possível ou provável.

Consolidado	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórios	30/06/2017	31/12/2016
Saldos iniciais - não circulante - 31/12/2016 e 31/12/2015	217.271	269.280	17.794	-	504.345	572.629
Constituição de provisões	62.434	47.372	28	-	109.834	165.120
Reversões de provisões	(12.872)	(18.421)	(1.747)	-	(33.040)	(162.391)
Pagamentos efetuados	(10.798)	(26.747)	-	-	(37.545)	(107.619)
Atualização monetária	3.453	3.098	584	-	7.135	36.606
Transferência	-	(15.706)	-	15.706	-	-
<b>Saldos finais - não circulante - 30/06/2017 e 31/12/2016</b>	<b>259.488</b>	<b>258.876</b>	<b>16.659</b>	<b>15.706</b>	<b>550.729</b>	<b>504.345</b>
Depósitos e cauções vinculados (*)					(168.478)	(143.139)

(\*) As controladas diretas e indiretas possuem cauções e depósitos vinculados registrados no ativo não circulante, no montante de R\$241.868 (R\$208.223 em 31 de dezembro de 2016). Do montante, R\$73.390 (R\$65.084 em 31 de dezembro de 2016) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de êxito ser possível ou provável.

**Perdas prováveis - consolidado****• Trabalhistas**

A maioria das ações tem por objeto discussões sobre: (i) Acidentes de trabalho; (ii) Horas extras e reflexos; (iii) Sobreaviso e reflexos; (iv) Equiparação salarial e reflexos; (v) Adicional de gratificação para dirigir veículos; (vi) FGTS (40% sobre o expurgo inflacionário); (vii) adicional de periculosidade. Foram provisionadas as contingências representadas pelas citadas ações judiciais trabalhistas com chances prováveis de perda pela Companhia e controladas, conforme avaliação de seus advogados. De maneira geral, estima-se em cerca de 3 a 5 anos, em média, o prazo para que as referidas ações com chances prováveis de perda tenham julgamento final e haja o efetivo desembolso dos valores provisionados, na hipótese de a

No período findo em 30 junho de 2017 no consolidado foram constituídas cerca de R\$62.434 de aumento de provisões trabalhistas, principalmente relacionadas a novas ações e ao incremento do risco em ações existentes, devido à movimentação processual, basicamente envolvendo as discussões sobre o recebimento de horas extras, adicional periculosidade, sobreavisos. Entretanto as controladas realizaram pagamentos da ordem de R\$10.798, e por consequência reverteram provisões de R\$12.872. Os arquivamentos dos processos estão basicamente relacionados às ações de empregados que discutiam o recebimento de horas extras e de sobreaviso, bem como de ações relacionadas a indenizações de danos morais e materiais, decorrentes de acidentes de trabalho, todas em estágio avançado de tramitação e já julgadas desfavoravelmente, encerradas por acordo de pagamento.

Principais processos:

**EMG**

. Processo 00005279320145030052 envolvendo Responsabilidade Subsidiária com pedido de indenização em virtude de acidente de trabalho, com provisão de R\$307.

. Processo 00009986120145030068 envolvendo Responsabilidade Subsidiária com pedido de indenização em virtude de acidente de trabalho, com provisão de R\$223.

**• Cíveis**

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, tais como (i) Corte indevido de energia elétrica; (ii) Inscrição indevida (SPC/Serasa); (iii) Cancelamento/Revisão de fatura de irregularidade de consumo; (iv) Cancelamento/Revisão de fatura de consumo normal; (v) Ressarcimento de danos elétricos; (vi) Ligação ou troca de titularidade de UC; (vii) Programa Luz no Campo/Programa Luz para Todos; (viii) Incorporação/ Indenização por construção de rede particular de energia elétrica; (ix) Acidentes com terceiros; (x) indenizações.

Existem ainda ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos às controladas da empresa em razão da majoração de tarifas com base nas portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída provisão pelo valor da tarifa majorada.

## Notas Explicativas

As provisões cíveis no período foram incrementadas em mais R\$47.372, principalmente relacionadas a novas ações e ao incremento do risco em ações existentes, devido à movimentação processual, basicamente envolvendo as discussões suscitadas por consumidores, sobre os valores que compõe as faturas das notas fiscais/conta de energia elétrica e suspensão de fornecimento, bem como danos materiais e morais decorrentes de acidentes na rede elétricas, entretanto as controladas realizaram pagamentos da ordem de R\$26.747, e por consequência reverteram provisões de R\$18.421. Os arquivamentos dos processos estão basicamente relacionado às ações envolvendo questionamento dos valores nas faturas, danos decorrentes de variações na tensão elétrica e danos materiais e morais decorrentes de acidentes na rede elétrica, todas em estágio avançado de tramitação e já julgadas desfavoravelmente e encerradas por acordo de pagamento.

Principais processos:

### EMG

- .Processo 0720020076959 envolvendo indenização por morte de animal, com provisão de R\$670.
- .Processo 153060510937 envolvendo questões relacionadas ao plano cruzado, com provisão de R\$610.

#### • Fiscais

Referem-se à discussões relacionadas a COFINS, INSS, PIS, ISS, ICMS e CSLL. Os processos se encontram com a exigibilidade de seus créditos suspensa, quer seja por estarem em trâmite, os processos administrativos, quer seja porque se encontram devidamente garantidas às execuções fiscais em andamento.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foram estimados como provável para as controladas diretas e indiretas.

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas estão sujeita a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas, que advêm do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inscrições fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Principais processos:

Controlada

### ETO

. Processo nº 5003614-42.2012.827.2729 - cobrança de débito tributário apurado por meio do auto de infração relativo a ICMS incidente sobre operações de compra de bens destinados ao ativo imobilizado da empresa, no montante envolvido de R\$4.748 (R\$4.544 em 31 de dezembro de 2016)

. Processo nº 5008221-35.2011.827.2729 - Cobrança de débito tributário apurado por meio do auto de infração relativo a glosa de créditos de ICMS baseado na aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado, no montante envolvido de R\$3.532 (R\$3.380 em 31 de dezembro de 2016).

#### • Regulatórias

As controladas EMT, EMS, ETO e ESS possuem processos de contingencias regulatórias junta à Aneel de montante de R\$15.706, referente descumprimento de preceito regulatório.

### Perdas possíveis - Consolidado

A Companhia e suas controladas possuem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante de R\$4.485.435 (R\$4.431.780 em 31 de dezembro de 2016) no consolidado, cuja probabilidade de êxito foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão.

#### • Trabalhistas

As ações judiciais de natureza trabalhistas no montante de R\$165.999 (R\$167.247 em 31 de dezembro de 2016), no consolidado, referem-se aos seguintes objetos: discussões de ex-empregados que requerem recebimento de horas extras, de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pelas controladas, reclamando responsabilidade solidária por verbas rescisórias, bem como a cobrança de contribuição sindical.

Principais processos:

## **Notas Explicativas**

Controladas

### **EMG**

. Indenização promovida pelo Ministério Público requerendo Danos Materiais coletivo, com valor envolvido de R\$1.305 (R\$1.290 em 31 de dezembro de 2016), que teve o prognóstico de perda alterado de possível para provável, em virtude de análises jurídicas de risco do processo.

. Indenização envolvendo questão de responsabilidade Subsidiária com pedido de Indenização Danos Morais e Materiais coletivo, 0001214-36.2015.503.0052 com valor envolvido de R\$667 (R\$657 em 31 de dezembro de 2016).

. Reclamação envolvendo questões relacionadas a verbas contratuais/legais (vínculo empregatício), 00015048520145030052 com valor envolvido de R\$427.

### **EPB**

.Ação Civil Pública envolvendo relações de trabalho funcionários próprios, processo 01311702220155130022, com valor envolvido de R\$2.147.

.Reclamação Trabalhista 00361.2008.011.13.00-4, proposta por funcionário próprio, onde o autor requer indenização, com valor envolvido de R\$1.293.

### **ESE**

. Ação Civil Pública com valor envolvido de R\$8.570, onde se discute pedido da Danos Morais e Materiais, advindo de questões relacionadas a legalidade da terceirização.

.Ação trabalhista com valor envolvido de R\$2.217), onde discute indenização por acidente de trabalho/terceirizado.

.Ação trabalhista 0000349-29.2014.5.20.0002 com valor envolvido de R\$1.871, discute indenização por questões relacionadas a doença ocupacional.

### **EMS**

. Reclamação trabalhista processo 00018479820145020023, com valor envolvido de R\$ 7.367, onde se discute Indenizações em virtude de discussão sobre verbas rescisórias Danos Morais.

.Reclamação trabalhista 00246856020135240022, com valor envolvido de R\$1.726 onde se discute questões relacionadas a Verbas rescisórias;

.Reclamação trabalhista 00244465420165240021, com valor envolvido de R\$1.461 onde se discute questões relacionadas a Verbas rescisórias;

### **EMT**

. Ação Civil Pública ajuizada a partir de Inquérito Civil nº 000323.2016.23.002 no qual discute-se terceirização serviços relacionados à sua atividade fim, em detrimento dos direitos trabalhistas dos obreiros, processo 0001513-68.2016.5.23.0004, com valor envolvido de R\$10.142.

. Reclamação trabalhista com pedido de Danos Morais, processo 0001466-74.2014.5.23.0001, com valor envolvido de R\$5.400.

. Reclamação trabalhista envolvendo Responsabilidade Subsidiária (acidente de trabalho) 0001079-79.2016.5.23.0004, processo, com valor envolvido de R\$4.170.

### **ETO**

. Reclamação trabalhista com pedido de Indenizações por acidente de trabalho, processo 0001392-04.2016.5.10.0812, com valor envolvido de R\$3.416.

Reclamação trabalhista com pedido de Indenizações por acidente de trabalho, processo 0023044-62.2013.5.02.0030, com valor envolvido de R\$2.276.

### **ESS**

. Reclamação trabalhista envolvendo questões relacionadas a Verbas Contratuais/Legais “horas extras”, “acumulo de função”, “diferenças salariais”, sobreaviso e retificação de aviso prévio no montante de R\$4.339, processo recebido em fev/17, processo 0011567-73.2016.5.15.0115, com valor envolvido de R\$ 3.416.

- **Cíveis**

**Notas Explicativas**

As ações judiciais de natureza cível no montante de R\$1.860.356 (R\$1.814.298 em 31 de dezembro de 2016) no consolidado, têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza de seu valor; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, ou de falta momentânea de energia; e (iii) multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que encontram-se em processo de defesa administrativa, bem como a ações em que os consumidores pretendem a devolução de valores, em face dos reajustes tarifários determinados pelas Portarias nº 38 e nº 45/1986, do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, durante o congelamento de preços no Plano Cruzado. Além de multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que se encontram em processo de defesa administrativa.

Principais processos:

Controladas:

**EMG**

. Ação cível coletiva, 2009.38.00.027572-2 no montante de R\$14.822 (R\$14.593 em 31 de dezembro de 2016), por meio da qual a Associação Brasileira de Consumidores contesta valores recebidos pelas Distribuidoras por conta de reajustes supostamente concedidos a maior. O impacto no caso de perda do processo é eventual recálculo das tarifas praticadas e redução de até 3% no valor das tarifas de energia da controlada da EMG.

. Ação cível coletiva, 2009.38.00.027553-0 no montante de R\$8.893 (R\$8.755 em 31 de dezembro de 2016), por meio da qual a Associação de Defesa de interesses coletivos contesta valores recebidos pelas Distribuidoras por conta de reajustes supostamente concedidos a maior. O impacto no caso de perda do processo é eventual recálculo das tarifas praticadas e redução de até 3% no valor das tarifas de energia da controlada da EMG.

**EPB**

. Ação com valor envolvido de R\$50.820, onde se discute questões relacionadas a rescisão contratual (ação anulatória proposta pela Cooperativa de Eletrificação Rural). O autor questiona a transferência da rede de eletrificação realizada entre a Cervap e a Energisa, requerendo a nulidade da escritura pública de transação entre as empresas e de todos os atos decorrente da mesma.

. Ações com valor total envolvido de R\$30.851, onde se discute questões relacionadas a indenização por incêndio/queimadas, dos quais os principais valores envolvidos é de R\$11.858 e R\$10.953.

**ENF**

. Ação Civil Pública, 0004079-96.2006.8.19.0037 com valor envolvido de R\$1.877 (R\$1.848 em 31 de dezembro de 2016), referente a questões de relacionadas a cobrança e repasse de COSIP.

. Ação Ordinária envolvendo obrigação de fazer, 00019795219988190037 com valor envolvido de R\$2.773 (R\$2.730 em 31 de dezembro de 2016), relacionada a transferência de ações.

**ESE**

. Ação cível coletiva 2009.38.00.027553-0 no montante de R\$8.858 (R\$8.760 em 31 de dezembro de 2016), por meio da qual a Associação de Defesa de interesses coletivos contesta valores recebidos pelas Distribuidoras por conta de reajustes supostamente concedidos a maior. O impacto no caso de perda do processo é eventual recálculo das tarifas praticadas e redução de até 3% no valor das tarifas de energia da Companhia.

. Ação cível Pública, no montante de R\$15.737 (R\$15.495 em 31 de dezembro de 2016), em que os consumidores pretendem a devolução de valores, em face dos reajustes tarifários determinados pelas Portarias nº 38 e nº 45/1986, do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, durante o congelamento de preços no Plano Cruzado, além de multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que encontram-se em processo de defesa administrativa.

**EMS**

. Ação cível coletiva, 00651268720144013800 no montante de R\$161.574 (R\$159.077 em 31 de dezembro de 2016), por meio da qual a Associação de Defesa dos Consumidores de Energia, objetivando a devolução em dobro de valores supostamente cobrados de forma indevida. O impacto no caso de perda do processo é eventual recálculo das tarifas praticadas, implicando na alteração das bases contratuais do contrato de concessão e toda metodologia de fixação das tarifas elaboradas pelo Poder Concedente.

. Ação cível pública, 00446886420058120001 no montante de R\$80.267 (R\$79.026 em 31 de dezembro de 2016), por meio da qual o Ministério Público Estadual, requer que a controlada EMS seja impedida, em caso de furto de

energia, de cobrar o débito retroativo apurado e interromper o fornecimento de energia, bem como a ser considerada de juros em dobro os valores cobrados com base no procedimento combatido.

## Notas Explicativas

. Ação cível pública, 00081923720034036000 no montante de R\$60.519 (R\$59.583 em 31 de dezembro de 2016), por meio da qual o Ministério Público Federal, pleiteia a anulação da Resolução ANEEL nº167, que fixou o índice de reposicionamento tarifário Companhia, para em seu lugar, fixar outro índice que não o IGPM.

### EMT

. Ação de indenização, 17436-75.2014.811.0041 no montante de R\$67.030 (R\$65.994 em 31 de dezembro de 2016), ajuizada por Conel Construções Elétricas Ltda, objetivando o ressarcimento por danos materiais e morais fundamentada em suposta rescisão imotivada pela ré do contrato de prestação de serviços.

. Ação de indenização, 54570-73.2013.811.0041 no montante de R\$37.985 (R\$37.398 em 31 de dezembro de 2016), objetivando o ressarcimento de valores em razão de onerosidade excessiva dos contratos de prestação de serviço e de descumprimento de obrigações previstas nos contratos.

### Rede Energia

. Ação de execução por quantia certa 01415375820128260100 com montante envolvido de R\$170.259 (R\$158.843 em 31 de dezembro de 2016), para a cobrança dos supostos créditos consubstanciados em Cédulas de Crédito Bancário, emitidas pela Centrais Elétricas do Pará - CELPA. Na hipótese da controlada vir a ser condenada, esse débito poderá ter de se sujeitar ao Plano de Recuperação Judicial, processo que no 2TRI sofreu alteração no valor envolvido, tendo ocorrido uma redução, haja vista necessidade de adequação ao risco envolvido conforme parecer do consultor jurídico.

. Ação civil pública 00313063920124013900 com pedido de antecipação de tutela, ajuizada pelo Ministério Público Federal, no montante envolvido de R\$179.354 (R\$159.990 em 31 de dezembro de 2016), por meio da qual pretende anular a Resolução Autorizativa da ANEEL nº 3.731, de 30/12/2012, que autorizou a CELPA a destinar para investimentos na área de concessão os recursos decorrentes das compensações devidas a seus consumidores por transgressões aos limites dos indicadores de qualidade do serviço de distribuição de energia elétrica, no período de 29/02/2012 a 07/08/2015, processo que no 2TRI sofreu alteração no valor envolvido, tendo ocorrido uma redução, haja vista necessidade de adequação ao risco envolvido conforme parecer do consultor jurídico.

. Ação de arbitragem 21/2013 proposta pela empresa RAIZEN, na 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de SP, no montante de R\$175.330 (R\$159.990 em 31 de dezembro de 2016), Trata-se de arbitragem instaurada por Raízen Energia S.A., Raízen Energia S.A., Raízen Caarapó S.A. Açúcar e Álcool., que tem por objeto a discussão acerca da validade da rescisão de dois contratos de comercialização de energia elétrica (31/2008 e 221/2009), os quais se encontravam suspensos pelos anos de 2012 e 2013 e a condenação de CTCE e Rede ao pagamento da multa rescisória. Segundo as requerente, a rescisão se deu por culpa exclusiva das Requeridas, devido a (i) revogação pela ANEEL da autorização para CTCE comercializar energia no âmbito da CCEE; e (ii) o desligamento da CCEE.

### ETO

Ação onde se discute questões relacionadas a Desapropriação, 2008.34.00.007382-8, no montante de R\$31.952, ajuizada pelo Posto Presidente de Natividade Ltda.

. Ação de obrigação de fazer 5032063-73.2013.827.2729, envolvendo discussão sobre descumprimento contratual, no montante de R\$23.304.

### ESS

. Ação de Indenização onde se discute questões relacionadas a Verbas Contratuais, 1005048-10.2015.8.26.0482 com valor pedido de R\$20.303 (R\$ 19.989 em 31 de dezembro de 2016), proposta em abril de 2016.

### • Fiscais

As ações de natureza fiscais e tributárias no montante R\$2.459.080 (R\$2.450.235 em 31 de dezembro de 2016), no consolidado, referem-se basicamente a discussões sobre: (i) PIS e COFINS incidentes sobre as faturas de energia elétrica; (ii) ICMS incidente sobre a demanda de energia; (iii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (iii) diferencial de alíquota; e (iv) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro; (v) cobrança de ISS sobre prestação de serviços oriundos da concessão; (vi) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS de equipamentos para prestação dos serviços de distribuição e transmissão de energia a locados no ativo permanente da empresa, já tendo a comprovação obtida decisões favoráveis em 1ª, 2ª e 3ª instâncias, com transitado em julgado em alguns processos; (vii) cobrança ICMS em decorrência de saída isenta e energia elétrica recebida ao abrigo do deferimento.

Principais processos:

## Notas Explicativas

Controladora

- Auto de infração objetivando a cobrança de IOF no período de 2003 a 2005, sobre adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC em favor da controlada Energisa SE, no montante envolvido de R\$55.446 (R\$53.048 em 31 de dezembro de 2016).

Controladas:

### EMG

. Processo nº 0087729-97.2016.8.13.0153 com valor envolvido de R\$32.623 (R\$20.932 em 31 de dezembro de 2016), onde se discute: (i) recolhimento do ICMS em razão do encerramento do diferimento do pagamento do imposto, haja vista que parte da energia elétrica adquirida no mercado interno ocorreu ao abrigo do diferimento e foi objeto de saídas isentas ou não tributadas, contrariando as normas tributárias vigentes; e (ii) emissão de notas fiscais para fins de recolhimento do imposto diferido, conforme estabelecido no artigo 15, 1º, inciso I da Parte Geral do RICMS/2002 e no Artigo 49-A do Anexo IX do RICMS/2002. O aumento observado no período, está fundamentado em reavaliação do risco financeiro envolvido no processo, conforme análise assessores jurídicos.

. Execução fiscal proposta no processo nº 0342157-49.2013.8.13.0024, no montante R\$17.628 (R\$19.127 em 31 de dezembro de 2016), referente a cobrança de ICMS sobre o fornecimento de energia a consumidores isentos. Embargos foram julgados procedentes para declarar nulos os autos de infração e a execução, sendo indevido o ICMS cobrado. A sentença foi mantida no Tribunal e aguarda-se o trânsito em julgado.

. Processo nº 0083561-52.2016.8.13.0153 no montante R\$13.715, referente a apropriação indevida de créditos de ICMS no período fev/2012 a Jan/2013, ICMS apropriado a maior que o apurado no CIAP, ICMS lançado indevidamente decorrente de aquisição de materiais de uso ou consumo sem vinculação direta ao ativo imobilizado.

### ENF

. Auto de Infração 03.396678-9, com valor envolvido de R\$9.231 (R\$8.944 em 31 de dezembro de 2016), referente a cobrança de ICMS, em virtude da não submissão à tributação de parcela da receita relativa à subvenção de tarifa de energia elétrica, recebida à título de complementação da tarifa aplicada aos consumidores subclasse residencial baixa renda.

.Auto de Infração 03.396674-8, com valor envolvido de R\$2.205 (R\$2.135 em 31 de dezembro de 2016) referente à cobrança de ICMS sobre operações anteriores à distribuição de energia elétrica, na hipótese de perdas comerciais.

. Processo de execução fiscal 0032674-42.2012.4.02.5101, com valor envolvido de R\$2.816 (R\$2.767 em 31 de dezembro de 2016), referente à exigência de créditos tributários de IRPJ,CSLL,PIS/COFINS e CSLL.

. Ação Civil Coletiva 2009.38.00.027553-0, no montante de R\$9.116 (R\$8.722 em 31 de dezembro de 2016), referente a recálculo das tarifas de energia elétrica, de forma que a Parcela B não absorva os ganhos de escala supostamente decorrentes do aumento da demanda. O impacto no caso de perda do processo é eventual recálculo das tarifas praticadas e redução de até 3% no valor das tarifas de energia da controlada da ENF.

### ETO

. Ação no montante de R\$37.897 envolvendo discussão sobre ICMS/Obrigações Acessórias, multa advinda de questões relacionadas ao registro de notas fiscais de entrada de energia e transmissão: anos 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014, processo 2014/003353.

. Processo nº 5003614-42.2012.827.2729 - cobrança de débito tributário apurado por meio do auto de infração relativo a ICMS incidente sobre operações de compra de bens destinados ao ativo imobilizado da empresa, no montante envolvido de R\$156.722 (R\$145.446 em 31 de dezembro de 2016).

. Processo nº 5008221-35.2011.827.2729 - cobrança de débito tributário apurado por meio do auto de infração relativo a glosa de créditos de ICMS baseado na aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado, no montante envolvido de R\$74.586 (R\$68.002 em 31 de dezembro de 2016).

### ESE

. Auto de infração 10.510.001.892/2010-00 com montante envolvido de R\$69.772, lavrado pela Receita Federal do Brasil sob o fundamento de que a Energisa Sergipe não computou nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL, integralmente, o valor da receita oriunda da recomposição tarifária extraordinária relativamente aos anos -

calendário de 2005 e 2006, bem como pelo fato da Energisa Sergipe ter utilizado de compensação indevida de prejuízos fiscais em 2006 e 2007, tendo em vista a reversão dos prejuízos após o lançamento das infrações constatadas nos períodos base 2005 - 2006. Esse processo foi encerrado em 2017 com decisão favorável.

Auto de infração, 10.510.724763/2011-12 com montante envolvido de R\$164.188 (R\$157.135 em 31 de dezembro de 2016), pelo qual a Receita Federal sustenta a suposta falta de adição na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social, de despesas consideradas indedutíveis, relativas à amortização do ágio referente à privatização da Companhia, bem como a suposta compensação indevida de prejuízos fiscais e da base de cálculo da contribuição social.

.Auto de infração 10.510.003.122/2005-74, com montante envolvido de R\$33.873, onde discute-se desconstituição de crédito IRPJ/CSLL.

#### **EPB**

. Auto de infração 10467.720529/2011-81, com montante envolvido de R\$105.286 (R\$100.763 em 31 de dezembro de 2016), pelo qual a Receita Federal sustenta a suposta falta de adição na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social, de despesas consideradas indedutíveis, relativas à amortização do ágio referente à privatização da controlada EPB, bem como a suposta compensação indevida de prejuízos fiscais e da base de cálculo da contribuição social.

. Processo administrativo 14751.002.618/2009-72, com montante envolvido de R\$44.053 (R\$42.161 em 31 de dezembro de 2016), pelo qual a Receita Federal autuou de forma reflexa o lançamento suplementar de IRPJ dos fatos geradores de 2001 e 2002 e anos calendários de 2005 e 2006, cobrando glosas de deduções de despesas, variações monetárias passivas, adições não computadas na apuração do lucro real e compensações não autorizadas.

. Auto de Infração 93300008.09.00000271/2017.59, recebido no final de março de 2017 no montante de R\$86.449, lavrado pela Receita Estadual em virtude da glosa dos créditos de ICMS nas aquisições de máquinas, equipamentos e acessórios sob a argumentação: (i) as aquisições objeto de creditamento escriturado nos Livros fiscais (CIAP - Controle do Crédito do Ativo Permanente) por entendimento de não ser de propriedade da EPB; (ii) aquisições destinadas exclusivamente ao emprego na prestação de serviços tributada pelo ISS; (iii) as saídas subsequentes promovidas pela Impugnante não configurariam fatos geradores do ICMS. A alegação do Estado é que o registro das operações no Ativo Imobilizado somente era possível até o ano de 2009. A partir de 2010, as normas contábeis passaram a exigir a escrituração no Ativo Intangível. A autoridade fiscal aplicou multa de 100% do valor do imposto.

#### **EMS**

. Auto de infração, 10140720806201057 com montante envolvido de R\$63.222 (R\$60.506 em 31 de dezembro de 2016), lavrado pela Receita Federal para cobrança de créditos tributários de PIS e COFINS, das competências de dezembro de 2007 a fevereiro de 2008, decorrentes da glosa de créditos apropriados no regime não cumulativo sobre os valores que seriam restituídos aos consumidores por força de determinação da ANEEL.

#### **EMT**

. Processos envolvendo ICMS incidente sobre demanda de energia ("ICMS Demanda") montavam R\$650.803 (R\$622.848 em 31 de dezembro de 2016), para o qual a Companhia não constituiu provisão, com base na avaliação de seus consultores jurídicos. A diferença acentuada entre os dois exercícios decorre do fato de que em dez/2015, dois dos cinco autos de infração se encontravam prognosticados como de perda remota, porque haviam sido indicados à compensação no âmbito dos Decretos Estaduais n°s 1.171/2012 e 2.042/2013 (Lei da Copa), o que posteriormente resultou em indeferimento, voltando referidos autos, ao prognóstico possível.

Os processos referentes a ICMS Demanda, decorrem de autuação em virtude de falta de arrecadação e recolhimento do tributo, por conta de impedimento judicial (decisões judiciais suspendendo a exação, obtidas por consumidores). Após a cessação dos efeitos das referidas decisões, a Companhia vem mantendo discussões com a SEFAZ/MT, no sentido de construir uma solução para a arrecadação deste tributo, por meio da participação da Companhia, na condição de mero agente arrecadador. As discussões culminaram na abertura da possibilidade de adesão direta pelos consumidores, ao programa de parcelamento vigente do Estado (Refis MT - Leis Estadual 10.433/2016 e Decreto 780/2016).

. Autuação fiscal da Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso, no montante de R\$240.570 (R\$230.237 em 31 de dezembro de 2016), processo 5002848/2016, invalidando transferência de créditos adquiridos pela Companhia, na apuração do ICMS devido mensalmente. Alega-se: (i) suposto recolhimento a menor do ICMS, por apropriação de crédito fiscal em montante supostamente superior ao permitido pela legislação; e (ii) ausência de enquadramento da transferência, ao convênio ICMS 85/2011, contra o que a Companhia defende-se no respaldo legal havido para a operação.

**Notas Explicativas**

Destaca-se também os processos referentes à tomada de crédito do diferencial de alíquota de ICMS, nas operações de aquisição de bens destinados ao ativo permanente no valor total de R\$191.889, dentre os quais salienta-se uma execução fiscal no valor de R\$57.727 (R\$55.247 em 31 de dezembro de 2016), processo 1000985-84.2016.811.0041; em divergência com preceitos constitucionais e com a Lei Complementar nº 87/96, a Lei Estadual nº 7.098/98 do Estado de Mato Grosso veda em seu art. 25, §6º, a tomada deste crédito; o tema é objeto da ADI nº 4.623/MT, em trâmite perante o STF, já com parecer favorável da Advocacia Geral da União.

. Auto de infração 01117855020128130699 - lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado de Mato Grosso, com montante envolvido de R\$61.128 em 31 de dezembro de 2016, com cobrança de ICMS relativo ao período de janeiro de 2010 a janeiro de 2012, sob o fundamento de que a Companhia supostamente teria se apropriado indevidamente de crédito fiscal relativo ao diferencial de alíquota pelas aquisições de bens destinados ao ativo permanente, que após apresentação de manifestação via E-PROCESS teve a autuação transferida para o processo 5205023/2012 pasta 34722, com valor envolvido de R\$68.910.

**ESS**

.Auto de Infração, 4.034.268-2 com valor pedido de R\$19.731 (R\$17.333 em 31 de dezembro de 2016) onde se discute questões relacionadas incidência de ICMS sobre valores recebidos a título de subvenção econômica da subclasse baixa renda ref. fevereiro de 2008 até dezembro 2009.

**Uso de estimativas:** A Companhia e as controladas registraram provisões, as quais envolvem julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação está sujeita a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas, que advêm do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de insc

rições fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

**27. Taxas regulamentares - consolidado**

Movimentação	30/06/2017	31/12/2016
Saldo inicial -31/12/2016 e 31/12/2015	154.340	173.500
Juros	7.857	22.438
Amortização	(36.569)	(41.598)
Saldo Final -30/06/2017 e 31/12/2016	125.628	154.340
Quota Reserva Global de Reversão - RGR	48.394	59.465
Quota - Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	77.234	94.875
Circulante	58.635	58.635
Não circulante	66.993	95.705

Os valores das taxas regulamentares foram integralmente parcelados, em 01 de julho de 2014, junto à Eletrobras pelas controladas indiretas EMT, ETO, CFLO, CAIUÁ, CNEE, EEB e EDEVP, conforme segue: (i) RGR e CDE parcelado em 60 meses, sendo os juros SELIC incidentes sobre o principal, amortizados nas 24 primeiras parcelas e o principal nas demais; (ii) Os débitos em atraso referente ao Proinfra e CCC foram divididos em 12 parcelas iguais e consecutivas. Os parcelamentos das controladas CFLO, CAIUÁ, CNEE, EEB e EDEVP foram totalmente liquidados.

**28. Incorporação de redes - consolidado**

As Resoluções Normativas da ANEEL n.º 223/2003, n.º 229/2006, n.º 238/2006, n.º 250/2007, n.º 368/2009, n.º 414/2010 e n.º 488/2012 estabelecem as condições gerais para o atendimento aos pedidos de ligação de novas unidades consumidoras. Os regulamentos citados preveem que o solicitante, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pelas controladas EMT, EMS, ETO, EEB, CNEE, CFLO, CAIUA e EDEVP até o ano em que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de Universalização, para os casos de consumidores que se enquadrem aos critérios de atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam do atendimento com participação financeira do interessado.

O prazo de universalização de energia elétrica das controladas EMT e ETO, em áreas rurais no Mato Grosso e Tocantins, foi prorrogado para 2020 e 2018, respectivamente. A revisão do cronograma foi aprovada pela

Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), por meio da Resolução Homologatória nº 1993 (EMT) e nº 1994 (STO), publicada no Diário Oficial da União (DOU) do dia 15 de dezembro de 2014.

## Notas Explicativas

Sobre os saldos das incorporações de redes particulares incidem encargos calculados pela variação do IGPM, acrescido de 0,5% a 1% ao mês de juros.

Segue a movimentação ocorrida no período/exercício:

Descrição	30/06/2017	31/12/2016
<b>Saldos em 31/12/2016 e 31/12/2015</b>	<b>313.013</b>	<b>294.625</b>
Adição no período	53.760	49.464
Atualização monetária	(980)	55.887
Baixas/pagamentos (*)	(52.112)	(86.963)
<b>Saldos em 30/06/2017 e 31/12/2016</b>	<b>313.681</b>	<b>313.013</b>
Circulante	214.767	234.398
Não circulante	98.914	78.615

(\*) No período findo em 30 de junho de 2017, R\$52.112 refere-se a pagamentos (R\$86.963 em 31 de dezembro de 2016).

## 29. Patrimônio líquido

### 29.1 Capital Social

O capital social é de R\$2.795.963 (R\$2.795.963 em 31 de dezembro de 2016), representando 1.729.827.305 (1.729.827.305 em 31 de dezembro de 2016) ações nominativas, sendo 720.210.378 (720.210.378 em 31 de dezembro de 2016) ações ordinárias e 1.009.616.927 (1.009.616.927 em 31 de dezembro de 2016) ações preferenciais, sem valor nominal. O montante de ações convertido em Units (certificado de ações que representa a propriedade de 4 ações preferenciais e 1 uma ação ordinária da Companhia) é de 250.070.594 (250.070.594 em 31 de dezembro de 2016).

As ações preferenciais não possuem direito de voto, tem prioridade no caso de reembolso do capital em prêmio e de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, sendo-lhes assegurado o preço igual a 80% do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle.

A Companhia possui contabilizado diretamente no Patrimônio Líquido o montante de R\$65.723 (R\$65.723 em 31 de dezembro de 2016), relativo aos custos transação incorridos na captação de recursos por meio da emissão de novas ações e foram registrados separadamente como uma redução do patrimônio líquido em conformidade com o Pronunciamento CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.

Independentemente de modificação estatutária, o capital social poderá ser aumentado até o limite de 3.000.000.000 de ações, sendo até 1.626.300.000 em ações ordinárias e até 1.373.700.000 em ações preferenciais, mediante deliberação do Conselho de Administração, que decidirá sobre as condições de integralização, características das ações a serem emitidas e preço de emissão.

### 29.2 Transação de capital - transações entre sócios

	30/06/2017	31/12/2016
<b>Saldo inicial -31/12/2016 e 31/12/2015</b>	<b>4.273</b>	<b>(26.973)</b>
Transações entre sócios - reflexo (1)	(1.616)	(10.074)
Ganho (perda) apurado com novas aquisições de participação em controladas diretas e indiretas	(1.509)	41.320
<b>Saldo final -30/06/2017 e 31/12/2016</b>	<b>1.148</b>	<b>4.273</b>

(1) Inclui parcela reflexa do percentual de participação na controlada EEVP, referente ao instrumento financeiro derivativo conforme descrito na nota explicativa nº 34.

### 29.3 Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 35% do lucro líquido do período, ajustado nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404, de 15/12/76.

O Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intercalares no montante de R\$98.946, correspondente a R\$0,0572 por ação de emissão da Companhia (ordinária e preferencial) e R\$0,286 por certificado de depósito de ações (Unit), pagos em 08 de março de 2017.

A Companhia tem como prática alocar o recebimento de dividendos das controladas na atividade de investimentos, conforme demonstração do fluxo de caixa.

## Notas Explicativas

### 29.4 Reserva de Incentivos - reserva de redução de imposto de renda (controladas)

As controladas EPB, ESE, EBO, EMT e ETO por atuarem no setor de infraestrutura na região Nordeste, Centro Oeste e Norte, obtiveram a redução do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Esta redução foi aprovada através de Laudos Constitutivos, que impõe algumas obrigações e restrições:

- O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- O valor deve ser contabilizado como reserva de lucros e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte à apuração e/ou utilizado para compensação de prejuízos; e
- O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada.

A partir da edição da Lei nº 11.638/07, e Lei nº 11.941/09 os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do exercício com posterior transferência para reservas de lucros - reserva de redução de imposto de renda.

Segue as informações dos incentivos obtidos pelas:

Controladas	Órgão Governamental	Nº do laudo constitutivo	Redução de Imposto de Renda (consolidado)	
			30/06/2017	31/12/2016
EPB(*)	SUDENE	197/2012	20.337	-
ESE(*)	SUDENE	205/2012	8.845	-
EBO	SUDENE	206/2012	3.510	4.620
EMT	SUDAM	114/2014	15.223	44.783
ETO	SUDAM	113/2014	5.294	10.538
<b>Total</b>			<b>53.209</b>	<b>59.941</b>

(\*) As controladas EPB e ESE não apuraram base de cálculo do Lucro da Exploração no exercício de 2016.

Esses valores foram registrados diretamente no resultado do período na rubrica “imposto de renda e contribuição social corrente” no consolidado e foram destinados à reserva de incentivo fiscais no patrimônio líquido das controladas.

## 30. Receita operacional

### 30.1 Receita operacional bruta - controladora

	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2016 a 30/06/2016
<b>Receita operacional</b>				
Serviços especializados (*)	36.768	52.617	19.897	37.372
Deduções a receita operacional				
PIS	(607)	(869)	(335)	(623)
COFINS	(2.794)	(3.999)	(1.544)	(2.872)
ISS	(413)	(705)	(406)	(756)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>32.954</b>	<b>47.044</b>	<b>17.612</b>	<b>33.121</b>

(\*) Referem-se aos serviços administrativos prestados as controladas.

## 30.2 Receita operacional bruta - consolidada

## Notas Explicativas

	30/06/2017				30/06/2016			
	Não revisado pelos auditores independentes		01/04/2017 à 30/06/2017	01/01/2017 à 30/06/2017	Não revisado pelos auditores independentes		01/04/2016 à 30/06/2016	01/01/2016 à 30/06/2016
	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$
Residencial	5.401.498	5.269.957	1.666.786	3.381.971	5.265.101	5.141.321	1.551.019	3.277.324
Industrial	45.382	1.178.589	363.305	732.329	47.974	1.586.534	446.257	917.692
Comercial	466.628	2.710.223	874.397	1.787.259	465.443	2.782.884	860.249	1.809.783
Rural	602.036	1.289.211	302.563	601.813	590.954	1.216.439	274.269	553.904
Poder Público	62.135	671.797	214.319	409.675	61.762	660.233	198.944	395.712
Iluminação Pública	6.637	750.869	121.805	247.362	6.414	693.653	108.867	229.660
Serviço Público	7.598	495.348	110.211	220.015	7.411	508.902	106.733	221.269
Consumo Próprio	1.427	18.484	-	-	1.400	19.958	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>6.593.341</b>	<b>12.384.478</b>	<b>3.653.386</b>	<b>7.380.424</b>	<b>6.446.459</b>	<b>12.609.924</b>	<b>3.546.338</b>	<b>7.405.344</b>
Suprimento	2	1.486.613	96.167	273.375	2	1.662.193	115.229	217.788
Fornecimento não Faturado Líquido	-	(93.817)	(44.988)	(34.231)	-	(163.257)	(61.062)	(101.952)
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	577	-	224.432	425.697	320	-	170.048	334.046
Venda de energia comercializada	1.707.800	-	182.424	339.806	-	1.064.913	112.933	212.718
Receita de construção (1)	-	-	385.041	672.977	-	-	362.612	621.820
Serviços Especializados	-	-	29.566	49.221	-	-	32.433	70.061
Outras receitas operacionais	-	-	36.697	70.028	-	-	22.597	51.797
Valor Justo Ativo Indenizável da Concessão	-	-	3.015	21.452	-	-	28.357	79.413
(-) Ultrapassagem Demanda (2)	-	-	(7.056)	(13.664)	-	-	(7.732)	(11.747)
(-) Excedentes de Reativo	-	-	(11.591)	(24.501)	-	-	(12.272)	(22.368)
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva (3)	-	-	(78.390)	(225.826)	-	-	(237.973)	(451.077)
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	224.727	449.055	-	-	212.317	392.517
<b>Total - receita operacional bruta</b>	<b>8.301.720</b>	<b>13.777.274</b>	<b>4.693.430</b>	<b>9.383.813</b>	<b>6.446.781</b>	<b>15.173.773</b>	<b>4.283.825</b>	<b>8.798.360</b>
Deduções da receita operacional								
ICMS	-	-	860.734	1.728.190	-	-	816.535	1.700.038
PIS	-	-	70.744	143.628	-	-	65.714	135.170
COFINS	-	-	325.738	662.988	-	-	303.126	623.058
CPRB	-	-	1.685	2.561	-	-	1.124	2.408
ISS	-	-	3.108	5.859	-	-	3.458	6.372
Deduções Bandeiras Tarifárias (4)	-	-	23.490	18.558	-	-	(2.900)	(1.086)
Programa de Eficiência Energética - PEE - Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	294.353	616.418	-	-	363.086	727.430
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	12.575	25.602	-	-	10.962	23.055
Taxa de Fiscaliz dos serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	4.060	8.069	-	-	3.958	7.665
<b>Total - deduções da receita operacional</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.609.063</b>	<b>3.237.455</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.576.025</b>	<b>3.247.165</b>
<b>Total - receita operacional líquida</b>	<b>8.301.720</b>	<b>13.777.274</b>	<b>3.084.367</b>	<b>6.146.358</b>	<b>6.446.781</b>	<b>15.173.773</b>	<b>2.707.800</b>	<b>5.551.195</b>

(1) A receita de construção está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

(2) Inclui R\$11.265 (R\$8.837 em 30 de junho de 2016) de receita de Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativo, contabilizado em contrapartida de outros passivos financeiros setoriais, pelas controladas diretas EMG e ENF e indiretas ETO, CAIUÁ, EEB, CNEE, EDEVP e

**Notas Explicativas**

CFLO, conforme Despacho ANEEL nº245/2016, e R\$16.119 referente ao Ofício Circular 112/2017-SFF/ANEEL, exclusivo para as distribuidoras que renovaram o contrato de concessão, que definiu que os dados de Ultrapassagem de Demanda e Excedente Reativo acumulados até a competência fevereiro/2017 fossem transferidos para Obrigações Especiais e os dados posteriores a março/2017 fossem contabilizados como Passivo Financeiro Setorial

- (3) Refere-se a montante de ativos e passivos financeiros setoriais reconhecidos no período findo em 30 de junho de 2017 de acordo com a Deliberação CVM nº 732/14.
- (4) A partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária é sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país.

A ANEEL através do Ofício nº 185 de 08 de abril de 2015 estabeleceu novos procedimentos contábeis para registro das Receitas Adicionais das Bandeiras Tarifárias. Pela alteração proposta, os montantes das bandeiras passam a ser registrados na receita operacional.

As receitas auferidas pelas controladas referentes as bandeiras tarifárias no exercício findo em 30 de junho de 2017, foram de R\$ 159.585 (R\$225.847 em 30 de junho de 2016), tendo repassados a CCRBT o montante de R\$ 18.558 (R\$1.086 em 30 de junho de 2016). Dessa forma, o efeito líquido das bandeiras tarifárias no resultado das Companhias até 30 de junho de 2017 foi de R\$ 141.027 (R\$226.933 em 30 de junho de 2016).

Para os meses de janeiro a junho de 2017 e 2016 a Aneel homologou os valores conforme abaixo:

Meses	Despacho	30/06/2017	30/06/2016
Janeiro	Nº 592 de 02 de março de 2017 (Nº 265 de 01 de fevereiro de 2016)	183	(24)
Fevereiro	Nº 899 de 30 de março de 2017(Nº 797 de 30 de março de 2016)	155	(48)
Março	Nº 1237 de 05 de maio de 2017 (Nº 1.061 de 02 de maio de 2016)	(2.097)	-
Abril	Nº 1492 de 30 de maio de 2017 (Nº 1.431 de 31 de maio de 2016)	(8.035)	-
Maio	Nº 1944 de 04 de julho de 2017 (Nº 1.734 de 29 de julho de 2016)	(8.343)	1.158
Junho	Valor provisionado para 2017 e 2016	(421)	-
<b>Total</b>		<b>(18.558)</b>	<b>1.086</b>

**31. Custo de Energia Elétrica comprada para revenda-consolidado**

	MWH (2)		Energia elétrica comprada p/revenda			
	30/06/2017	30/06/2016	01/04/2017	01/01/2017	01/04/2016	01/01/2016
			a 30/06/2017	a 30/06/2017	a 30/06/2016	a 30/06/2016
Energia de Itaipú - Binacional	1.604.704	1.611.215	183.964	337.959	160.514	337.290
Energia de leilão	6.390.201	6.579.928	629.207	1.336.568	533.374	1.236.244
Energia bilateral e outros suprimentos	5.156.207	4.462.557	677.509	1.224.986	514.095	911.936
Cotas de Angra REN 530/12 (1)	465.722	468.296	45.933	99.160	47.189	94.849
Energia de curto prazo - CCEE	90.394	49.160	(1.326)	114.768	66.784	154.737
Cotas Garantia Física-Res. Homol. ANEEL 1410 - Anexo I	3.793.927	4.061.888	196.965	353.159	118.386	233.333
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	290.758	310.493	51.939	103.873	56.706	113.415
Ressarcimento pela exposição térmica	-	-	2.026	2.026	-	-
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(166.995)	(323.350)	(136.680)	(274.439)
<b>Total</b>	<b>17.791.913</b>	<b>17.543.537</b>	<b>1.619.222</b>	<b>3.249.149</b>	<b>1.360.368</b>	<b>2.807.365</b>

(1) Contempla valor de REN 1585/2013.

(2) Informações não auditada pelos auditores independentes.

**32. Cobertura de seguros**

A Energisa e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das informações trimestrais e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

As principais coberturas são como segue abaixo:

## Notas Explicativas

Ramos	Data de vencimento	Importância Segurada (R\$ mil)	Controladora	
			30/06/2017	31/12/2016
Riscos operacionais	07/11/2017	38.000	17	17
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2017	50.600	7	7
Frota - Danos Materiais e Corporais a terceiros	23/10/2017	Até 360/ veículo	6	6
Vida em Grupo - Morte e Acidentes Pessoais(*)	31/12/2017	82.759	197	146
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	26/11/2017	50.000	1	1
<b>Total</b>			<b>228</b>	<b>177</b>

Ramos	Data de vencimento	Importância Segurada (R\$ mil)	Consolidado	
			30/06/2017	31/12/2016
Riscos operacionais	07/11/2017	58.000	2.624	2.625
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2017	50.600	2.481	2.480
Frota - Danos Materiais e Corporais a terceiros	23/10/2017	Até 1.060/ veículo	1.224	1.225
Responsabilidade Civil Geral a 2º Risco	23/11/2017	10.000	121	120
Aeronáutico - responsabilidade civil (RETA)	30/11/2017	991	7	6
Aeronáutico - casco/LUC	12/12/2017	207.826	198	199
Compreensivo Empresarial	28/09/2017	880	3	3
Vida em Grupo - Morte e Acidentes Pessoais(*)	31/12/2017	123.956	2.221	2.042
Multirrisco Hangar	20/11/2017	2.500	4	4
RC Hangar	20/11/2017	35.974	21	21
Transportes	30/01/2018	Até 2.000/ transporte	161	180
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	26/11/2017	50.000	406	410
<b>Total</b>			<b>9.471</b>	<b>9.315</b>

(\*) Importância Segurada relativa ao mês de JUN/17 e prêmio anualizado.

### Risco Operacional

Na apólice contratada foram destacados prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica, tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, alagamento / inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão / exclusão de bens e locais, erros e omissões.

### Responsabilidade Civil Geral

A apólice contratada na modalidade GERIP, possui cobertura securitária para danos morais, materiais e corporais causados a terceiros em decorrência das operações da empresa.

### Responsabilidade Civil e Responsabilidade Civil a 2º Risco

A apólice contratada possui cobertura securitária para Danos Morais, Materiais e Corporais causados a terceiros em decorrência das operações da Empresa.

### Multirrisco

A apólice contratada possui cobertura securitária básica, tais como: incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, riscos diversos, equipamentos móveis.

### Frota

A Companhia mantém cobertura securitária para RCF/V - Responsabilidade Civil Geral Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em eventuais sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais e morais.

### Vida em Grupo e Acidentes Pessoais

Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente e invalidez funcional permanente e total por doença e auxílio funeral de seus empregados.

**Transportes****Notas Explicativas**

Garante a cobertura securitária para carga, descarga, transporte e roubo das mercadorias inerentes ao ramo de atividade do Segurado, principalmente Máquinas e Equipamentos, quando transportadas pelo mesmo em veículos próprios.

**Compreensivo Empresarial**

A apólice garante proteção contra incêndio, raio, explosão, implosão, danos elétricos, quebra de vidros, perda ou pagamento de aluguel. Estão cobertos os bens maquinismo, móveis e utensílios dos andares do prédio na Avenida Paulista - SP e do escritório na QD 701, Conj. D-Bloco B, Brasília-DF.

**Responsabilidade Civil - Hangar**

A apólice contratada possui cobertura securitária para Danos Materiais e Corporais, Estéticos e Morais, além de responsabilidade civil de veículos circulando em Aeroportos.

**Seguro Aeronáutico**

O seguro de Responsabilidade Civil (RETA) e Casco (LUC) garante a cobertura securitária da aeronave e de danos materiais e/ou corporais causados aos passageiros, tripulantes e terceiros. Seguros da aeronave prefixo PP-JMJ foram cancelados em 27/04/2017 em função da venda da mesma.

**Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)**

A apólice de seguro garante o pagamento dos prejuízos financeiros decorrentes de reclamações feitas contra os Segurados em virtude de atos danosos pelos quais sejam responsabilizados decorrentes de atos de sua gestão.

**33. Arrendamento mercantil Financeiro- consolidado**

A controlada Energisa Serviços Aéreos possui arrendamento mercantil no montante de R\$600 (R\$6.412 em 31 de dezembro de 2016) referentes a veículos, líquido de depreciação, registrados no ativo imobilizado, adquiridos através de contrato de arrendamento mercantil, com prazo de duração de 36 a 120 meses, com cláusulas de opção de compra e com taxas de juros de CDI.

No período findo em 30 de junho de 2017, a Companhia em atendimento ao CPC-06 (R1) (Operação de Arrendamento Mercantil), reconheceu os montantes de R\$1.543 (R\$3.170 em 30 de junho 2016), como despesa de depreciação e de R\$432 (R\$1.633 em 30 de junho de 2016) como despesa financeira referente aos encargos dos contratos.

A controlada EMT possuía contrato de arrendamento mercantil de aeronave, liquidado em março de 2017 (vide nota explicativa nº 13 - outros créditos).

**34. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco**

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

Controladora					
	Nível	30/06/2017		31/12/2016	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<b>Ativos</b>					
Caixa e equivalente de caixa	2	122.669	122.669	41.878	41.878
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	2	677.129	677.129	797.525	797.525
Clientes	2	27.326	27.326	5.989	5.989
Instrumentos financeiros derivativos	2	1.163	1.163	1.348	1.348
Créditos com partes relacionadas	2	763.791	763.791	710.946	710.946
<b>Passivos</b>					
Fornecedores	2	2.398	2.398	2.370	2.370
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	2	1.658.830	1.665.261	1.696.360	1.703.099
Instrumentos financeiros derivativos	2	17.572	17.572	38.261	38.261
Débitos com partes relacionadas	2	382.454	382.454	269.608	269.608

Consolidado					
	Nível	30/06/2017		31/12/2016	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<b>Ativos</b>					
Caixa e equivalente de caixa	2	726.504	726.504	797.200	797.200
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	1.797.639	1.797.639	1.903.756	1.903.756
Clientes, consumidores e concessionárias	2	2.377.388	2.377.388	2.224.314	2.224.314
Títulos de créditos a receber	2	31.176	31.176	27.965	27.965
Ativo financeiro setorial	3	536.573	536.573	690.901	690.901
Contas a receber da concessão	3	3.812.700	3.812.700	3.484.798	3.484.798
Instrumentos financeiros derivativos	2	206.169	206.169	257.959	257.959
<b>Passivos</b>					
Fornecedores	2	1.377.057	1.377.057	1.377.350	1.377.350
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas, debêntures e arrendamento mercantil	2	7.659.734	7.664.574	7.661.723	7.668.065
Parcelamento de impostos	2	79.139	79.139	84.746	84.746
Passivo financeiro setorial	3	886.066	886.066	803.339	803.339
Taxas regulamentares	2	125.628	125.628	154.340	154.340
Instrumentos financeiros derivativos	2	127.472	127.472	160.832	160.832
Instrumento financeiro - MTM (*)	2	349.545	349.545	347.929	347.929

(\*) A controlada EEVP e a BNDESPAR assinaram contrato assegurando à BNDESPAR, a seu exclusivo critério, o direito de exercer, em face da controlada, a opção de venda de até 67.642.986 ações preferenciais de emissão da Rede Energia S/A, de propriedade da BNDESPAR. A opção de venda de até a totalidade das ações poderá ser exercida pela BNDESPAR, dentro do prazo de 60 dias a contar de 03/01/2019.

Em 4 de fevereiro de 1999, a controlada EEVP, o BNDES Participações ("BNDESPAR") e o Sr. Jorge Queiroz de Moraes Júnior (antigo acionista do grupo Rede), celebraram Contrato Particular de Opção de Venda de Ações de Emissão da Rede Energia S/A (atual denominação da CAIUÁ Serviços de Eletricidade S/A), atualizados pelos Aditivos n° 1, n° 2, n° 3 e n° 4 de 29 de março de 2006, 9 de agosto de 2007, 27 de abril de 2010 e 1 de agosto de 2013, respectivamente.

Em 31 de março de 2014, foi celebrado entre a controlada EEVP, BNDESPAR, a Energia S/A e o Sr. Jorge Queiroz de Moraes Júnior o Aditivo n° 5 e Consolidação do Contrato Particular de Opção de Venda de Ações de emissão da Rede Energia S/A. As partes negociaram que a controlada EEVP outorgará à BNDESPAR, a seu exclusivo critério, o direito de exercer a opção de venda de até 67.642.986 ações preferenciais de emissão da Rede Energia S/A. A referida opção de venda de ações poderá ser exercida dentro do prazo de 60 dias, a partir de 03 de janeiro de 2019. O referido Aditivo n° 5 estava condicionado à transferência para a Energisa S/A, do controle acionário indireto da controlada EEVP e da Rede Energia.

#### Preço de exercício

Caso a opção seja exercida, a controlada EEVP e/ou a Energisa S/A pagarão à BNDESPAR pela totalidade das ações o valor de R\$390.800, atualizados pela variação da TJLP, acrescida de 1,76% ao ano, a partir de 01 de julho de 2013.

O preço de exercício da opção poderá ser pago em moeda corrente nacional ou por meio de aumento de capital social da Energisa S/A, composto por 4 ações preferenciais e 1 ação ordinária ("Units"), a exclusivo critério da controlada EEVP e/ou da Energisa S/A.

Na hipótese de pagamento por meio de aumento de capital da Energisa S/A, o preço de cada ação ordinária e preferencial a ser emitida será de valor suficiente para perfazer o montante de R\$14,40 por Unit, atualizados a partir de 01 de julho de 2013. Caso o valor da Units for inferior a 25% do preço médio ponderado nos 60 pregões anteriores, a Energisa irá indenizar o BNDESPAR o valor de tal diferença no prazo de até 5 dias da integralização de capital.

O preço de exercício e a quantidade de Units serão ajustados sempre que houver aumentos de capital por bonificação, desdobramentos ou grupamentos de ações ou Units de emissão da Energisa S/A.

#### Garantias

A controlada EEVP deverá constituir em favor do BNDESPAR, como garantia do cumprimento da obrigação de compra das ações preferenciais acima citadas, a caução de no mínimo, 117.643.852 ações ordinárias de emissão da Rede Energia, de sua propriedade.

A caução de ações deverá representar, a qualquer tempo, no mínimo, 40% do capital votante da Rede Energia S/A.

#### Precificação

O preço de exercício - R\$8.97/ação - calculado pelo preço de exercício inicial de R\$5,78/ação acrescido de TJLP + 1,76% a. a. acumulada entre 01 de julho de 2013 até 30 de junho de 2017 e projetado até a data de exercício com TJLP de 7,0% + 1,76% a.a. A taxa livre de risco utilizada no cálculo é de 8,91% a.a. e volatilidade média ponderada do período foi de 26,04% a.a. Em 30 de junho de 2017, o preço de fechamento da ação do Rede foi de R\$ 2,85/ação.

A quantidade de ações da Put é de 67.642.986 e o prazo de exercício é de 60 dias contados a partir de 03 de janeiro de 2019.

#### Hierarquia de valor justo

A tabela acima apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram assim definidos:

### **Notas Explicativas**

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função das controladas de distribuição terem classificado os respectivos ativos e passivos financeiros setoriais e o contas a receber da concessão como disponíveis para venda, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos no resultado do período de R\$37.535 (R\$103.819 em 30 de junho de 2016), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgados nas notas explicativas nº 12 e 16.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 estão identificadas a seguir:

#### **Não derivativos - classificação e mensuração**

##### **Empréstimos e recebíveis**

Incluem clientes, consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos, contas a receber da concessão, ativos financeiros setoriais. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado, usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

##### **Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados**

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, exceto se mantidos até o vencimento, quando a Companhia e suas controladas manifestarem intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, esses ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

##### **Ativos financeiros disponíveis para venda**

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

##### **Passivos financeiros pelo custo amortizado**

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures - Os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados aos investimentos das distribuidoras, obtidos em moeda nacional, junto a Eletrobras, BNB, BNDES, BDMG e Finep, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo dos passivos financeiros referente aos empréstimos com bancos comerciais que são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados (fonte: CETIP). Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo, sendo esses, o FIDC (III e IV), 7ª emissão de debêntures da Energisa, 1ª emissão de debêntures da ETO, 7ª emissão de debêntures da EMS, a 5ª emissão de debêntures da EMT e a 3ª emissão de debêntures da ESE, a Companhia estabeleceu o seu valor justo como sendo equivalente ao valor contábil do instrumento. Para algumas das dívidas a Companhia e suas controladas realizaram a opção pela designação ao valor justo por meio do resultado, conforme descrito abaixo.

## Derivativos

### Notas Explicativas

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia e suas controladas têm como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

### Hedge Accounting

Em 01 de julho de 2015, a Companhia e suas controladas efetuaram a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo “swap” (instrumento de hedge) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como hedge accounting. Em 30 de junho de 2017 essas operações, assim como as dívidas (objeto do hedge) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de “hedge” de valor justo. Em tais designações de hedge a Companhia documentou: (i) a relação de hedge; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o hedge e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do hedge.

Os contratos de “swap” são designados e efetivos como “hedge” de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o período, o “hedge” foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como hedge foi impactado em R\$2.527 (R\$23.903 em 30 de junho de 2016) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

### Fair Value Option

A Companhia e suas controladas optaram pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas no primeiro trimestre de 2017, para as quais a Companhia e suas controladas possuem instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “swap” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“Fair Value Option”) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os “swaps” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. A partir de 30 de junho de 2017, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Durante o período, o valor contábil das dívidas designadas como “Fair Value Option” foi impactado em R\$10.137 (R\$7.712 em 30 de junho de 2016) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

### Incertezas

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

### Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia e suas controladas. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista a cada dois anos e disponível na web site da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia e suas controladas.

O Comitê de Gestão de Riscos, composto pela Diretoria Financeira e Consultor externo especializado, responsável através do Relatório Trimestral de Gestão de Riscos, a adequação das operações à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”.

Adicionalmente, a gestão de risco da Companhia e de suas controladas visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. Para tanto, a Companhia e suas controladas contam com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

### Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final do período/exercício de relatório é o seguinte:

	Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016
Dívida (a)	7.659.734	7.661.723
Caixa e equivalentes de caixa	(726.504)	(797.200)
Dívida líquida	6.933.230	6.864.523
Patrimônio líquido (b)	3.770.948	3.681.867
Índice de endividamento líquido	1,84	1,86

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, debêntures de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira) e encargos de dívidas, conforme detalhado nas notas explicativas nº 21 e nº 22.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas do Grupo, gerenciados como capital.

### Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos, de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia e de suas controladas.

As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

Controladora							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%)meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	-	2.398	-	-	-	-	2.398
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	12,35%	144.044	140.780	883.258	1.014.996	241.241	2.424.319
<b>Total</b>		<b>146.442</b>	<b>140.780</b>	<b>883.258</b>	<b>1.014.996</b>	<b>241.241</b>	<b>2.426.717</b>

Consolidado							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%)meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	-	1.225.671	-	-	-	151.386	1.377.057
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	11,41%	-	-	-	-	32.626	32.626
<b>Total</b>		<b>1.225.671</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>184.012</b>	<b>1.409.683</b>

### Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado

Financeiro". Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração supervisiona a administração do grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

## Notas Explicativas

O risco de crédito, principalmente das distribuidoras de energia elétrica do Grupo Energisa, é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes.

Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

### Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações financeiras é a seguinte:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Caixa e equivalente de caixa	6	122.669	41.878	726.504	797.200
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	6	677.129	797.525	1.797.639	1.903.756
Clientes, consumidores e concessionárias	7	27.326	5.989	2.377.388	2.224.314
Títulos de créditos a receber	8	-	-	31.176	27.965
Ativo financeiro setorial	12	-	-	536.573	690.901
Contas a receber da concessão	16	-	-	3.570.002	3.484.798
Instrumentos financeiros derivativos	36	1.163	1.348	206.169	257.959

### Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 21, é composto de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás, Banco do Nordeste, BNDES, BDMG e FINEP) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios das controladas e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo "método do custo amortizado" com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as operações de vendas de opções vinculadas aos swaps dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o período findo em 30 de junho de 2017 com queda de 2,8% sobre 31 de dezembro de 2016, cotado a R\$3,1684/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 30 de junho de 2017 era de 12,53%, enquanto em 31 de dezembro de 2016 era de 14,40%.

Do montante consolidado das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 30 de junho de 2017, de R\$7.677.731(R\$7.679.742 em 31 de dezembro de 2016), R\$2.100.279 (R\$2.067.183 em 31 de dezembro de 2016) estão representados em dólares conforme nota explicativa nº 21. As operações que possuem proteção cambial e os respectivos instrumentos financeiros utilizados estão detalhadas abaixo.

Os empréstimos em dólar norte americano têm vencimento de curto e longo prazo (último vencimento em abril de 2020) e custo máximo de 5,43% ao ano mais variação cambial.

O balanço patrimonial em 30 de junho de 2017, no ativo circulante R\$1.163, (R\$1.348 em 31 de dezembro de 2016) no ativo não circulante, e R\$12.665 (R\$27.637 em 31 de dezembro de 2016) no passivo circulante e R\$4.907 (R\$10.624 em 31 de dezembro de 2016) no passivo não circulante na controladora, R\$138.737 (R\$116.961 em 31 de dezembro de 2016) no ativo circulante, R\$67.432 (R\$140.998 em 31 de dezembro de 2016) no ativo não circulante e R\$121.319 (R\$139.935 em 31 de dezembro de 2016) no passivo circulante e R\$355.698(R\$368.826 em 31 de dezembro de 2016) no passivo não circulante, no consolidado, a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se tratam de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge. No período, a Energisa reconheceu diretamente no seu Patrimônio Líquido

R\$1.509 (R\$10.075 em 31 de dezembro de 2016) referente a sua participação nos efeitos refletidos no

## Notas Explicativas

A Companhia e suas controladas possuem proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados ao dólar, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
<b>ENERGISA S/A</b>					
Resolução 4131 - Citibank	75.000	VC + (Libor + 1,64%) x 117,65%	108% CDI	27/04/2018	Fair Value Hedge
<b>ESE</b>					
Resolução 4131 - Itaú BBA	50.231	VC + 4,11%	108,95% CDI	17/04/2018	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Citibank	50.000	VC + (Libor + 1,91%) x 117,65%	103,50% CDI	19/04/2018	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Citibank	22.314	VC + (Libor + 1,77%) x 117,65%	CDI + 1,85%	28/05/2019	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Itaú BBA	6.444	VC + 5,33%	CDI + 3,65%	04/04/2018	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	11.400	VC + (Libor + 2,16%) x 117,65%	CDI + 2,50%	26/04/2019	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	12.500	VC + (Libor+1,75%) x117,65%	CDI + 1,95%	21/12/2018	Fair Value Option
<b>EPB</b>					
Resolução 4131 - Itaú BBA	60.277	VC + 4,11%	108,95% CDI	17/04/2018	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Citibank	40.000	VC + (Libor + 1,8987%) x 117,65%	101,00% CDI	21/09/2017	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Citibank	5.500	VC + (Libor + 1,88%) x 117,65%	CDI + 1,80%	27/02/2019	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Citibank	20.720	VC + (Libor + 1,77%) x 117,65%	CDI + 1,85%	28/05/2019	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Citibank	2.900	VC + (Libor + 2,16%) x 117,65%	CDI + 2,50%	26/04/2019	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	21.374	VC + (Libor + 2,25%) x 117,65%	CDI + 1,98%	20/09/2019	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	10.000	VC + (Libor + 2,25%) x 117,65%	116,75% CDI	21/05/2019	Fair Value Option
Resolução 4131 - Itaú BBA	25.480	VC + 4,47%	119,03% CDI	23/06/2020	Fair Value Option
<b>EMG</b>					
Resolução 4131 - Citibank	16.450	VC + (Libor + 1,36%) x 117,65%	113,90% CDI	28/09/2017	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Citibank	14.345	VC + (Libor + 1,77%) x 117,65%	CDI + 1,85%	28/05/2019	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - ABC	12.903	VC + 7,79%	CDI + 3,95%	08/09/2017	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	17.200	VC + (Libor + 2,16%) x 117,65%	CDI + 2,50%	26/04/2019	Fair Value Option
Resolução 4131 - Itaú BBA	9.091	VC + 5,71%	CDI + 3,35%	02/07/2018	Fair Value Option
Resolução 4131 - Itaú BBA	8.993	VC + 4,47%	119,03% CDI	23/06/2020	Fair Value Option
<b>ENF</b>					
Resolução 4131 - Citibank	8.250	VC + (Libor + 1,36%) x 117,65%	113,90% CDI	28/09/2017	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Itaú BBA	7.663	VC + 5,05%	CDI + 2,95%	26/02/2018	Fair Value Option
<b>EMT</b>					
Resolução 4131 - Bank of America ML	28.235	VC + (Libor + 1,60%) x 117,65%	CDI + 1,70%	15/06/2020	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Citibank	14.351	VC + (Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Citibank	14.351	VC + (Libor + 1,80%)	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Hedge
<b>EMS</b>					
Resolução 4131 - Citibank	14.429	VC + (Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,55%	26/05/2022	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Citibank	14.429	VC + (Libor + 1,80%)	CDI + 1,55%	26/05/2022	Fair Value Hedge
<b>ETO</b>					
Resolução 4131 - Itaú BBA	65.030	VC + 4,04%	CDI + 2,72%	13/04/2020	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Citibank	11.196	VC + (Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,56%	16/05/2022	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Citibank	11.196	VC + (Libor + 1,80%)	CDI + 1,56%	16/05/2022	Fair Value Hedge
<b>EBO</b>					
Resolução 4131 - Itaú BBA	6.061	VC + 5,71%	CDI + 3,35%	02/07/2018	Fair Value Option
<b>ECOM</b>					
Resolução 4131 - Itaú BBA	9.953	VC + 5,71%	CDI + 3,55%	05/07/2018	Fair Value Option
<b>ENERGISA SUL SULDESTE</b>					
Resolução 4131 - Itaú BBA	25.893	VC + 4,00%	CDI + 2,25%	28/11/2017	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Itaú BBA	3.984	VC + 4,00%	CDI + 2,25%	28/11/2017	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - ABC Brasil	12.987	VC + 7,02%	CDI + 3,55%	31/08/2017	Fair Value Option
Resolução 4131 - Itaú BBA	7.663	VC + 5,05%	CDI + 2,95%	26/02/2018	Fair Value Option
Resolução 4131 - BBM	6.309	V.C. + 3,68%	CDI + 1,65%	30/04/2018	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	6.857	VC + (Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	6.857	VC + (Libor + 1,80%)	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option

Adicionalmente, a Companhia possui operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI, TJLP, dentre outras) associada ao “Notional” de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de swap de juros estão relacionadas a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
<b>Controladora</b>					
Santander X ESA	128.570	CDI + 1,30%	CDI + (TJLP-5,50%)	17/07/2017	Não Aplicável
HSBC X ESA	128.570	100,00% CDI	Pré 8,8% + (TJLP-5,5%)	17/07/2017	Não Aplicável
Santander X ESA	271.430	IPCA + 6,15%	IPCA + 5,85% + (TJLP-5,50%)	15/07/2019	Não Aplicável
HSBC X ESA	141.600	100,00% CDI	96,00% CDI + (TJLP-5,50%)	27/04/2018	Não Aplicável
HSBC X ESA	175.000	Pré 9,63%	102,65% CDI	15/06/2020	Não Aplicável

A Administração da Companhia e de suas controladas permanece atenta aos movimentos de mercado, de forma que estas operações poderão ter sua proteção reestruturada e mesmo seus prazos alongados, a depender do comportamento do câmbio (R\$/US\$), no que diz respeito à volatilidade e patamar de estabilização. A Companhia e suas controladas procederam à substituição dos derivativos mais complexos por estruturas mais simples e de maior liquidez, buscando menor exposição ao risco.

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia e suas controladas, cujos valores não foram contabilizados como “fair value hedge”, vigentes em 30 de junho de 2017.

Derivativos	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	30/06/2017	31/12/2016		30/06/2017	31/12/2016
Swap de Juros	557.915	716.600	<b>Posição Ativa</b>		
			Taxa de Juros Pré-fixada, CDI e IPCA	762.778	787.233
			<b>Posição Passiva</b>		
			Taxa de Juros CDI + TJLP e IPCA	(771.396)	(804.352)

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	30/06/2017	31/12/2016		30/06/2017	31/12/2016
Dívida designada para “Fair Value Option”	1.042.602	534.602	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(1.072.587)	(522.906)
Swap Cambial (Derivativo)	1.042.602	534.602	<b>Posição Ativa</b>		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	1.072.587	522.906
			<b>Posição Passiva</b>		
			Taxa de Juros CDI	(1.132.599)	(596.119)
			<b>Posição Líquida Swap</b>	(60.012)	(73.213)
			<b>Posição Líquida Dívida + Swap</b>	(1.132.599)	(596.119)

A Companhia e suas controladas designam certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “hedge” de valor justo (“fair value hedge”), conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	30/06/2017	31/12/2016		30/06/2017	31/12/2016
Dívida (Objeto de Hedge)*	867.638	1.357.436	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(1.029.542)	(1.511.156)
Swap Cambial (Instrumento de Hedge)	867.638	1.357.436	<b>Posição Ativa</b>		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	1.038.049	1.524.988
			<b>Posição Passiva</b>		
			Taxa de Juros CDI	(890.722)	(1.337.529)
			<b>Posição Líquida Swap</b>	147.327	187.459
			<b>Posição Líquida Dívida + Swap</b>	(882.215)	(1.323.697)

(\*) Os empréstimos designados formalmente como “Fair Value Hedge” são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

O Valor Justo dos derivativos contratados pelas controladas em 30 de junho de 2017 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 21 e 22 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia e suas controladas não têm por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MtM) das operações da Companhia e de suas controladas foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BMF.

#### Análise de sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, como segue:

**Variação cambial****Notas Explicativas**

Considerando a manutenção da exposição cambial de 30 de junho de 2017, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(2.110.636)		(1.970.070)	(2.463.687)	(2.958.032)
Variação Dívida	-		140.566	(353.051)	(847.396)
<b>Swap Cambial</b>					
<b>Posição Ativa</b>					
Instrumentos Financeiros Derivativos - USD e LIBOR	2.110.636		1.970.070	2.463.687	2.958.032
Variação - USD e LIBOR	-	Alta US\$	(140.566)	353.051	847.396
<b>Posição Passiva</b>					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(2.023.321)		(2.023.321)	(2.023.321)	(2.023.321)
<b>Subtotal</b>	<b>87.315</b>		<b>(53.251)</b>	<b>440.366</b>	<b>934.711</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>(2.023.321)</b>		<b>(2.023.321)</b>	<b>(2.023.321)</b>	<b>(2.023.321)</b>

(\*) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 30 de junho de 2017, o que é refletido no valor presente negativo de R\$2.023.321, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada) maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valor presente negativo de R\$2.023.321, em ambos os casos.

**Variação das taxas de juros**

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 30 de junho de 2017, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras intermediárias futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros	(135.528)		(135.528)	(135.528)	(135.528)
<b>Swap de Juros</b>					
<b>Posição Ativa</b>					
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI	135.528		135.528	135.528	135.528
<b>Posição Passiva</b>					
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI + TJLP	(135.681)	Queda CDI	(135.681)	(135.749)	(135.819)
Variação - CDI + TJLP	-		-	(68)	(138)
<b>Subtotal</b>	<b>(153)</b>		<b>(153)</b>	<b>(221)</b>	<b>(291)</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>(135.681)</b>		<b>(135.681)</b>	<b>(135.749)</b>	<b>(135.819)</b>

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros	(450.923)		(450.923)	(450.923)	(450.923)
Swap de Juros					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - IPCA/CDI	450.923		450.923	450.923	450.923
Posição Passiva		Alta TJLP			
Instrumentos Financeiros Derivativos - TJLP	(459.283)		(459.283)	(466.532)	(473.773)
Variação - CDI + TJLP	-		-	(7.249)	(14.490)
Subtotal	(8.360)		(8.360)	(15.609)	(22.850)
Total Líquido	(459.283)		(459.283)	(466.532)	(473.773)

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros	(176.327)		(176.327)	(176.327)	(176.327)
Swap de Juros					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Pré	176.327		176.327	169.877	163.848
Variação - Taxa de Juros	-		-	(6.450)	(12.479)
Posição Passiva		Alta CDI			
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI	(176.432)		(176.432)	(176.588)	(176.735)
Variação - CDI + TJLP	-		-	(156)	(303)
Subtotal	(105)		(105)	(6.711)	(12.887)
Total Líquido	(176.432)		(176.432)	(183.038)	(189.214)

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 30 de junho de 2017, seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 14,00%, TJLP = 7,50% ao ano e FNE = 8,0% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2.410.142	Alta CDI	223.179	278.974	334.769
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(2.023.321)	Alta CDI	(187.360)	(234.199)	(281.039)
	(1.714.490)	Alta CDI	(158.762)	(198.452)	(238.143)
	(612.574)	Alta TJLP	(42.880)	(53.600)	(64.320)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.527.750)	Alta IPCA	(18.027)	(22.534)	(27.041)
	(534.563)	Alta SELIC	(49.501)	(61.876)	(74.251)
	(645.188)	Alta TR	(12.968)	(16.210)	(19.452)
Subtotal (2)	(7.057.886)		(469.498)	(586.871)	(704.246)
Total -perdas (2)	(4.647.744)	-	(246.319)	(307.897)	(369.477)

(1) Considera o CDI de 30 de junho de 2018 (9,26% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 30 de junho de 2017, TJLP 7,00% ao ano, Selic 9,26% ao ano, TR 2,01% ao ano e IPCA 1,18%.

(2) Não incluem as demais operações pré-fixadas no valor de R\$619.845.

### Gerenciamento de risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

## 35. Benefícios a empregados

### Plano de Aposentadoria e Pensão

As controladas são patrocinadoras de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de contribuição definida e de benefício definido, sendo para este último vedado o ingresso de novos

participantes e os atuais neles inscritos, estão na condição de assistidos. O plano de benefício definido é **Notas Explicativas** e atualizado ao final de cada período, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

No período findo em 30 de junho de 2017, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$23.013 (R\$29.480 em 30 de junho de 2016).

#### Prêmio aposentadoria

A Companhia e suas controladas Energisa MG, Energisa NF, Energisa Soluções S/A, Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A e Energisa Comercializadora S/A em Acordo Coletivo de Trabalho, concederam aos seus colaboradores, um prêmio aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

O referido Prêmio varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida.

Os participantes do Plano CD que na data da aposentadoria requerida, apresentarem valores depositados pela patrocinadora em suas contas individuais, montantes superiores aos 15 salários base, não fazem jus ao prêmio.

Em 30 de junho de 2017, a despesa de manutenção do plano foi de R\$299 (R\$148 em 30 de junho de 2016) na controladora e R\$1.362 (R\$604 em 30 de junho de 2016) no consolidado.

#### Plano de saúde

As controladas participam do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano desde que assumam a totalidade do custeio, não cabendo as controladas, qualquer vínculo e ou obrigação pós-emprego com esses empregados.

A Companhia e as controladas Energia MG e a Energisa Soluções, possuem política própria de reembolso de despesas médicas a seus funcionários, a razão de 60% do custo efetivo. O desligamento e ou aposentadoria dos empregados automaticamente cessa esse benefício.

Em 30 de junho de 2017, as despesas com esse benefício foram de R\$845 (R\$442 em 30 de junho de 2016) na controladora e R\$30.315 (R\$27.517 em 30 de junho de 2016) no consolidado.

## 36. Compromissos - consolidados

As controladas possuem os seguintes compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a venda de energia:

	Contrato de venda de energia - reais mil						
	Vigência	2017	2018	2019	2020	2021	Após 2021
Energisa Comercializadora de Energia Ltda	2017 a 2027	414.275	625.654	511.521	286.554	92.130	94.313

As controladas possuem os seguintes compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia:

	Contrato de compra de energia - reais mil (*)						
	Vigência	2017	2018	2019	2020	2021	Após 2021
Energisa Nova Friburgo Distribuidora Energia S/A	2017 a 2026	39.788	78.850	80.953	83.342	85.749	568.670
Energisa Minas Gerais Distribuidora Energia S/A	2017 a 2048	110.045	224.383	236.224	227.345	227.661	3.923.725
Energisa Paraíba Distribuidora Energia S/A	2017 a 2048	311.701	611.538	624.806	571.815	597.596	9.467.048
Energisa Sergipe Distribuidora Energia S/A	2017 a 2048	240.093	477.433	460.710	398.666	410.848	7.239.845
Energisa Borborema Distribuidora Energia S/A	2017 a 2048	48.798	108.404	108.281	96.988	97.470	1.445.911
Energisa Mato Grosso Distribuidora Energia S/A	2017 a 2048	636.050	1.401.544	1.543.002	1.536.965	1.549.289	18.353.239
Energisa Tocantins Distribuidora Energia S/A	2017 a 2048	216.866	450.627	460.890	336.422	366.598	6.911.365
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora S/A	2017 a 2048	323.124	680.754	682.826	697.338	728.149	12.997.201
Energisa Sul - Sudeste Distribuidora Energia S/A	2017 a 2026	264.290	484.892	476.207	425.308	441.012	8.115.161
Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	2017 a 2027	404.659	620.352	488.122	261.929	88.033	82.469
		<b>2.595.414</b>	<b>5.138.777</b>	<b>5.162.021</b>	<b>4.636.118</b>	<b>4.592.405</b>	<b>69.104.634</b>

\*Não inclui os valores referentes à Quota do Proinfa e Itaipu.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelas empresas médio corrente no final de junho de 2017 e foram homologados pela ANEEL.

## Notas Explicativas

A controladas EMG, ENF, EPB, EBO, ESE, EMT, ETO, EMS, CAIUA, CFLO, EDEVP, EEB e CNEE efetuaram análises dos compromissos de energia contratados que excedem o limite de 5% de sobrecontratação, os quais eventualmente podem não ser considerados para repasse na tarifa por serem considerados voluntários. De acordo com as projeções de demanda e estimativa de preços de mercado a Administração sensibilizou os resultados e não foram considerados significativos para suas operações.

### 37. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, as movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa consolidado da Companhia, referentes à combinação de negócios, são como seguem:

	30/06/2017	31/12/2016
<b>Outras transações não caixa</b>		
Contas a receber da concessão - Bifurcação de Ativos	328.257	527.173
Contas a receber da concessão - Ativo financeiro indenizável da concessão	21.452	125.095
<b>Atividades operacionais</b>		
Pagamento de Fornecedores	96.483	91.779
Estoques - transferência para o intangível	-	2.728
Incorporação de redes - transferência para obrigações especiais	53.760	49.464
<b>Atividades de investimentos</b>		
Aquisição de intangível com pagamento a prazo	96.483	91.779
Obrigações especiais - transferência para incorporação de redes	53.760	49.464
Intangível - transferência para estoques	-	2.728
<b>Venda da aeronave</b>		
<b>Atividades operacionais</b>		
Outras Contas a Receber	11.630	-
Depósitos e Cauções Vinculados	9.661	-
Impostos a recuperar	5.620	-
Tributos e contribuições sociais	3.593	-
<b>Atividades de investimentos</b>		
Intangível	1.718	-
<b>Atividades de financiamento</b>		
Arrendamento mercantil	32.222	-

### 38. Eventos subsequentes

#### - ANEEL autoriza unificação das empresas Sul-Sudeste

A partir de 3 de julho de 2017, o Grupo Energisa unificou em uma única empresa, os processos e operações das cinco distribuidoras que compõem a Energisa Sul-Sudeste. Com a mudança, Energisa Caiuá, Energisa Bragantina, Energisa Vale Parapanema, Energisa Nacional e Energisa Força e Luz do Oeste passam a se chamar Energisa Sul-Sudeste (ESS). Após a unificação, a ESS atenderá 739 mil clientes em uma área de cobertura de pouco mais de 30 mil km<sup>2</sup>, que envolve 82 municípios. A empresa vai continuar com 1,4 mil colaboradores, número total de todos os profissionais que hoje já compõem as cinco distribuidoras.

O objetivo do agrupamento, aprovado no dia 25 de abril de 2017 pela ANEEL, a autorização obedece às regras estabelecidas no decreto nº 8.461/15, é obter sinergia nos processos para melhorar, ainda mais, os serviços prestados aos consumidores por meio da integração dos sistemas utilizados pelo Grupo. A migração possibilitará que a ESS passe a utilizar uma mesma plataforma, já em vigor no Grupo, contribuindo para a padronização dos sistemas das empresas, beneficiando, principalmente, as áreas de logística, suprimentos e o financeiro.

No âmbito interno, as antigas nomenclaturas das distribuidoras mudarão, a partir do dia 3 de julho, e elas passarão a ser identificadas por região da seguinte forma:

- EBR - passará a se chamar Regional Leste;
- ECI - passará a se chamar Regional Oeste;
- EVP - passará a se chamar Regional Centro;
- ELO - passará a se chamar Regional Sul;
- ENA - passará a se chamar Regional Norte;

**Notas Explicativas**

Para o dia a dia do consumidor, na prática, serão três mudanças principais: a fatura da conta de luz ganhará um novo layout proporcionando mais facilidade na leitura dos dados e transparência das informações, a identificação das Unidades de Consumo (UC) terá o acréscimo de uma letra inicial e um dígito final. Não haverá mudanças nas estruturas físicas e as sedes de cada uma das atuais empresas continuarão funcionando normalmente onde já existem.

Será estabelecido uma única data para os reajustes tarifários da nova área de concessão agrupada. Em função da fusão dessas distribuidoras, o reajuste das concessões foi adiado para 12 de julho, prevê ainda o estabelecimento de uma única data para os reajustes tarifários da nova área de concessão agrupada.

A Companhia está avaliando os impactos contábeis e fiscais das incorporações e não espera efeitos relevantes sobre os ativos e resultados.

**- Captação de R\$374.946 em oferta pública de debêntures**

A Energisa concluiu em 19 de julho de 2017, a liquidação financeira da oferta pública de distribuição de 374.946 debêntures da sua 8ª emissão, considerando as debêntures adicionais e as debêntures suplementares, todas nominativas, escriturais, simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real, em duas séries, perfazendo o montante de R\$374.946, conforme segue:

8ª Emissão de Debêntures						
Descrição	Data da Emissão	Nº de Títulos Emitidos	Valor Unitário	Montante Total (R\$ mil)	Remuneração	Vencimento
Primeira Série	15/06/2017	197.598	R\$1.000,00	R\$197.598	IPCA + 5,6000%	15/06/2022
Segunda Série	15/06/2017	177.348	R\$1.000,00	R\$177.348	IPCA + 5,6601%	15/06/2024

Para essa emissão, a Companhia contratou derivativo financeiro objetivando a troca integral da remuneração para aproximadamente 102% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

A totalidade dos recursos líquidos captados pela Companhia por meio dessa emissão destinar-se-á ao pagamento futuro e/ou ao reembolso de gastos que tenham ocorrido em prazo igual ou inferior a 24 (vinte e quatro) meses anteriores à data da divulgação do Anúncio de Encerramento da Oferta e que sejam relacionados aos projetos de investimentos em Linhas de Distribuição (SDAT) e em Subestações (SED) já realizados ou a serem realizados pelas distribuidoras controladas dos projetos.

**- Bandeiras tarifárias**

A Aneel definiu a aplicação da Bandeira Vermelha Patamar 1 para o mês de agosto 2017, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

Com a vigência dessa bandeira, as faturas de energia observarão um adicional de R\$ 3,00 a cada 100 kWh de consumo.

**- Empréstimos contratados****1. Recebimentos de parcelas do subcréditos - BNDES pelas controladas:**

Em 25, 26 e 28 de Julho de 2017, foram liberadas parcelas do subcrédito constantes do contrato de empréstimos e financiamentos junto ao BNDES Participações S.A - BNDESPAR, no banco Itaú, Citibank e Bradesco, referente à 1ª tranche do programa do Acordo de Investimento para as controladas, conforme segue:

Controladas	Valor
ESS	1.430
EMT	43.280
EMS	24.400
ENF	463
<b>Total</b>	<b>69.573</b>

**2. Recebimentos de empréstimos pela controlada - Energisa Soluções Construções.**

Em 19 de Julho de 2017, foi liberado empréstimos finame junto ao banco Itaú, no montante de R\$815.

**3. Em 19 de Julho de 2017 a Companhia capitou Debêntures em moeda corrente no valor de R\$197.598 referente a 8ª Emissão 1ª Série com vencimento em 15/06/2022 e remuneração de IPCA mais 5,60% ao ano, e R\$177.348 referente a 8ª Emissão 2ª Série com vencimento em 15/06/2024 e remuneração de IPCA mais 5,6601% ao ano.**

4. Em 19 de Julho de 2017 as controladas indiretas capitaram Debêntures em moeda corrente com vencimento em 15/06/2022 e remuneração de IPCA mais 5,60% ao ano para a 1º Série e com vencimento 15/06/2024 e remuneração de IPCA mais 5,6601% ao ano para a 2ª Serie, conforme segue:

### Notas Explicativas

Controladas	Valor
ESE	17.709
EMG	15.924
EMT	155.379
EPB	28.791
ESS	81.676
ETO	75.467
<b>Total</b>	<b>374.946</b>

#### - Antecipação de dividendos do exercício de 2017 - Controladora

O Conselho de Administração da Energisa S/A aprovou em 09 de agosto, a distribuição de dividendos intermediários à conta dos resultados do exercício de 2017, no montante de R\$96.870, o que equivale a R\$0,28 por Unit ou R\$0,056 por ação ordinária ou preferencial. Esses dividendos serão pagos a partir de 01 de setembro de 2017 e fazem jus aos dividendos os acionistas da Companhia detentores de ações em 14/08/2017, respeitadas as negociações em Bolsa até aquela data.

#### - Distribuição Dividendos - Controladas

Em Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 09 de agosto de 2017, aprovou a distribuição de dividendos intercalares apurados com base no balanço patrimonial das controladas de 30 de junho de 2017, conforme segue:

Controladas	Valor dividendos	Valor por ação	Data pagamento
Energisa Borborema	12.422	42,40715409	a partir de 31 de agosto de 2017
Energisa Sergipe	29.287	149,7975653	a partir de 31 de agosto de 2017
Energisa Mato Grosso do Sul	30.921	47,78970971	a partir de 31 de agosto de 2017
Energisa Tocantins	28.310	43,44607765	a partir de 31 de agosto de 2017
Energisa Minas Gerais	12.767	15,59592582	a partir de 31 de agosto de 2017
Energisa Paraíba	69.180	75,34621144	a partir de 31 de agosto de 2017

#### - Distribuição de dividendos - Energisa Tocantins

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de julho de 2017 foi aprovado: (i) a distribuição de dividendos das reservas de lucros de exercícios anteriores no montante R\$67.861, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de abril de 2017, que serão pagos a partir de 27 de julho de 2017; (ii) na qualidade de mutuária, a celebração de contrato de mútuo com a controladora direta Rede Energia S.A., no valor de R\$52.030, pelo prazo de 04 (quatro) anos, conforme anuído pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") no despacho nº 1.637, de 09 de junho de 2017; e (iii) nos termos do Contrato Reluz e legislação pertinente, a destinação dos dividendos que cabem ao acionista Estado do Tocantins, no montante de R\$15.831, para abatimento de parte da dívida contabilizada como contas a receber que a Companhia tem em face do Estado do Tocantins, referente ao Programa Reluz.

#### - Alteração da denominação social

Através da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) do dia 21 de julho de 2017 foi homologada a alteração da denominação social da Rede Energia S.A que passará a ser denominada Rede Energia Participações S.A

# **Energisa S.A.**

**Informações Contábeis Intermediárias Individuais  
e Consolidadas Referentes ao Semestre/Período  
Findo em 30 de junho de 2017 e  
Relatório sobre a Revisão de Informações  
Trimestrais**

**Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes**



Deloitte Touche Tohmatsu  
Rua São Bento, 18 -  
15º e 16º andares  
20090-010 - Rio de Janeiro - RJ  
Brasil

Tel: + 55 (21) 3981-0500  
Fax: + 55 (21) 3981-0600  
www.deloitte.com.br

## RELATÓRIO DOS AUDITORES SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Energisa S.A.  
Cataguases - MG

### **Introdução**

Revisamos as informações financeiras intermediárias correspondentes, individuais e consolidadas, da Energisa S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais ("ITR") referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2016, que compreendem as demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas. Essas informações correspondentes estão sendo apresentadas, para fins de comparação, no ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2017.

### **Responsabilidade da administração sobre as informações financeiras intermediárias**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão das informações financeiras intermediárias correspondentes**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias correspondentes**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que, as informações financeiras intermediárias correspondentes, individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2016, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.



## Ênfase

Em 12 de agosto de 2016, emitimos um relatório de revisão sem modificação sobre as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, para o trimestre findo 30 de junho de 2016. Conforme mencionado na nota explicativa 3.2, as informações correspondentes acima referidas foram alteradas em relação àquelas informações financeiras intermediárias anteriormente divulgadas relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2016 pelas razões mencionadas na referida nota explicativa 3.2. Nossa conclusão está limitada às informações correspondentes acima referidas. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as informações financeiras intermediárias da Companhia, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2017 e, portanto, não expressamos opinião, conclusão ou qualquer outra forma de assecuração sobre estas informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto. A presente conclusão sobre as informações financeiras intermediárias correspondentes não contém modificação relacionada a este assunto.

## Outros assuntos

### *Informações correspondentes sobre as Demonstrações do valor adicionado*


Revisamos, também, as informações correspondentes relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações correspondentes, alteradas para contemplar as reclassificações descritas na nota explicativa 3.2, foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias correspondentes, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

### *Auditoria dos balanços patrimoniais correspondentes*

Os valores correspondentes referentes aos balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins de comparação no ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2017, foram por nós auditados e nosso relatório datado de 23 de março de 2017, não contém ressalvas.

Rio de Janeiro, 9 de agosto de 2017

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

  
Antonio Carlos Brandão de Sousa  
Contador  
CRC 1RJ 065.976/O-4

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório dos Auditores Independentes sobre Revisão de Informações Trimestrais

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Energisa S.A.

Cataguases – MG

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Energisa S.A. (“Companhia”) contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - (R1) Demonstração Intermediária, e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Valores correspondentes ao exercício e período anterior

Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2016, e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, referentes aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2016, e das mutações do patrimônio líquido e do valor adicionado, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, apresentados para fins de comparação foram auditados e revisados por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria e relatório de revisão sobre informações financeiras intermediárias em 23 de março de 2017 e 12 de agosto de 2016, respectivamente, sem modificações.

Os valores correspondentes relativos às demonstrações do resultado, referentes aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2016, e dos fluxos de caixa e do valor adicionado, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, apresentados para fins de comparação, ajustados e reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa 3.2, foram revisados por outros auditores independentes que emitiram um relatório de revisão em 9 de agosto de 2017 com uma conclusão sem modificação.

Rio de Janeiro, 9 de agosto de 2017.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC - 2SP 015.199/O-6-F-RJ

Roberto Cesar Andrade dos Santos

Contador CRC - 1RJ 093.771/O-9

## **Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**

Não se aplica à Companhia.

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Declaração dos Diretores da Energisa S.A. ("Companhia") sobre as Informações Trimestrais do período compreendido entre 1º de janeiro de 2017 e 30 de junho de 2017

Os diretores da Energisa S.A. abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, § 1º, VI, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Informações Trimestrais, relativas ao período compreendido entre 1º de janeiro de 2017 e 30 de junho de 2017, tendo aprovado as referidas informações.

Cataguases, 9 de agosto de 2017.

Ricardo Perez Botelho

Diretor-Presidente

Maurício Perez Botelho

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Alexandre Nogueira Ferreira

Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

Gustavo Nasser Moreira

Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo

Diretor de Gestão de Pessoas

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes**

Declaração dos Diretores da Energisa S.A. sobre o Parecer dos Auditores Independentes, relativo Informações Trimestrais do período compreendido entre 1º de janeiro de 2017 e 30 de junho de 2017.

Os diretores da Energisa S.A. abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, § 1º, V, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, relativo às Informações Trimestrais do período compreendido entre 1º de janeiro de 2017 e 30 de junho de 2017, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 9 de agosto de 2017.

Ricardo Perez Botelho

Diretor-Presidente

Maurício Perez Botelho

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Alexandre Nogueira Ferreira

Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

Gustavo Nasser Moreira

Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo

Diretor de Gestão de Pessoas